

**UEMS**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

**TATTIANA ALVES PRADO**

**PROSTITUIÇÃO, EDUCAÇÃO E BIOGRAFIAS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**  
**EM JALES/SP**

**PARANAÍBA**  
**2024**

**UEMS**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

**TATTIANA ALVES PRADO**

**PROSTITUIÇÃO, EDUCAÇÃO E BIOGRAFIAS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**  
**EM JALES/SP**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, junto a linha de Pesquisa: Currículo, formação docente e diversidades, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Guimarães Oliveira da Silva.

**PARANAÍBA**

**2024**

---

P921p Prado, Tattiana Alves

Prostituição, educação e biografias de travesti e transexuais em Jales/SP/ Tattiana Alves Prado. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2025.  
153p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação –  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2025.  
Orientador: Prof. Dr. Fernando Guimarães Oliveira da Silva.

1. Educação. 2. Prostituição. 3. Travestis. 4. Transexuais. 5. Biografias I. Silva,  
Fernando Guimarães Oliveira da. II. Título

CDD 23. ed. - 306.76

---

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
(UEMS)

Susy dos Santos Pereira CRB1°1783

**TATTIANA ALVES DO PRADO**

**PROSTITUIÇÃO, EDUCAÇÃO E BIOGRAFIAS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS  
EM JALES/SP**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovado em 26/09/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fernando Guimarães Oliveira da Silva  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Orientador  
Participação por videoconferência

---

Prof. Dr. José Antonio de Souza  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) –  
Participação por videoconferência

---

Profa. Dra. Eliane Rose Maio  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
Participação por videoconferência

*Às travestis e transexuais trabalhadoras  
sexuais que participaram de minha  
pesquisa: Agatha, Amanda, Monique,  
Nicole, Patty e Tattiana.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente aos(às) colegas do Núcleo de estudos e pesquisas em educação antirracista, em diversidades e em direitos humanos (NEPEADDH).

Agradeço ao Eder e Heitor, discentes da minha turma de 2021, que foram essenciais para a análise e discussão do levantamento teórico desta pesquisa.

Agradeço à coordenadora Maria Silvia que não mediu esforços para que eu não desistisse.

À Professora Maju que me deu forças para seguir em frente.

Sem meu orientador que prefiro chamar de anjo Fernando Guimarães que fez o possível e impossível para que esse sonho se realizasse.

O professor José Antonio Souza e a professora Eliane Rose enviados por Deus para que esse momento fosse concluído

E todos que de alguma forma colaboraram. Muito obrigada. Não tenho palavras para expressar o quanto estou feliz e o quanto são importantes para mim. Nunca esquecerei.

*E nessa cozinha antropofágica do cutucar, o cu me parece dispositivo universal, uma vez que todes o tem, que processas forças diversas num fluxo (des)contínuo que tanto permite entradas, como saída, se colocando, portanto, sempre no meio. O cu é passagem, ele dá passagem, nem sempre dá, as vezes ele cobra passagem. As teorias coloniais temem que as coisas passem pelo cu em sentidos controversos, ora quem pode impor versos ao cu se ele é fábrica de poesia? A ciência colonial sacraliza o conhecimento. Mas, o cu é profano. Por isso mesmo, eu assim como Paul Preciado, me coloco como uma trabalhadora do cu, como alguém que aberta ao possível pensa uma ciência do impossível. Penso, uma ciência travesti, e, portanto, uma ciência puta e marginal. Eu não sou apenas pirata de gênero, o mais profundo do meu trabalho é piratear, contrabandear teorias.*

**Prefácio (isso não é um prefácio),  
Letícia do Nascimento (2022).**

## RESUMO

Este estudo surgiu no interior da linha de pesquisa Currículo, formação docente e diversidades do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, unidade de Paranaíba/MS). Encontrou força para a sua conclusão no âmbito da humanidade de pessoas lindas que tive o prazer de conhecer e que são muito bem orientadas pelo líder do Núcleo de estudos e pesquisas em educação antirracista, em diversidade e em direitos humanos (NEPEADDH). O objetivo foi o de pesquisar biografias de seis mulheres transexuais profissionais do sexo moradoras de Jales/SP, tendo como especificidade: 1) problematizar por meio das biografias, as dificuldades sociais de se tornar travesti ou transexual na interlocução com as ruas e a prostituição; discutir a produção científica sobre a temática (dissertações e teses) e desenvolver eixos temáticos como escolarização, família, prostituição, violência. Tattiana (eu), Agatha, Paty, Nicole, Monique e Amanda foram as colaboradoras deste estudo e apresentaram lindamente as experiências vividas de transição de gênero na relação com as suas famílias, nas escolas, no trabalho e na prostituição. Utilizou-se como recurso metodológico, a pesquisa autobiográfica, onde elas escolheram o local para fazer uma narrativa de suas experiências. De posse dessas informações, foram feitas transcrições e revisões linguísticas do material coletado a fim de propor uma análise e interpretação das informações colhidas sob o enfoque dos estudos na área de travestis, transexuais e educação. Foi feito o levantamento de dissertações de mestrado e teses de doutorado com o uso de descritores para compreender o conhecimento científico produzido sobre travestilidade, transexualidade e educação no nosso país. Além desse levantamento, a instrumentalidade ética da pesquisa utilizou-se de um documento de declaração das participantes da pesquisa com informações sobre a participação e a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa conforme orientações da Associação Nacional de Pesquisas e Pós-graduação em Educação (ANPEd). As conclusões apontaram que travestis e transexuais possuem poucas oportunidades de projetos de vida em instituições normatizadas por um sistema-mundo-ocidentalizado. As possibilidades de sobrevivência, tendo o trabalho e a educação como aliados desde o início da transição de gênero tem sido poucas uma vez que diferentes instituições que deveriam oferecer apoio de todas as formas tornam-se limitadas para um acolhimento humano e digno, como é o caso das instituições escolares e as famílias.

**Palavras-chave:** Educação. Prostituição. Travestis. Transexuais. Biografias.



## Abstract

This study emerged within the research line Curriculum, teacher training and diversity of the Postgraduate Program in Education at the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS, Paranaíba/MS). I found the strength to complete it in the humanity of the beautiful people I had the pleasure of meeting and who are very well guided by the leader of the Center for Studies and Research in Anti-Racist Education, Diversity and Human Rights (NEPEADDH). The aim was to research the biographies of six transsexual women sex workers living in Jales/SP, with the specific aim of: 1) problematizing, through their biographies, the social difficulties of becoming a transvestite or transsexual in relation to the streets and prostitution; discussing scientific production on the subject (dissertations and theses) and developing thematic axes such as schooling, family, prostitution and violence. Tattiana (me), Agatha, Paty, Nicole, Monique and Amanda were the collaborators in this study and beautifully presented their experiences of gender transition in relation to their families, schools, work and prostitution. Autobiographical research was used as a methodological resource, where they chose the place to narrate their experiences. With this information, transcriptions and linguistic revisions were made of the material collected in order to propose an analysis and interpretation of the information gathered from the perspective of studies in the area of transvestites, transsexuals and education. A survey of master's dissertations and doctoral theses was carried out using descriptors to understand the scientific knowledge produced on transvestitism, transsexuality and education in our country. In addition to this survey, the ethical instrumentation of the research used a declaration document from the research participants with information on participation and the possibility of withdrawing at any time during the research, in accordance with the guidelines of the National Association for Research and Postgraduate Studies in Education (ANPEd). The conclusions show that transvestites and transsexuals have few opportunities for life projects in institutions standardized by a Westernized world-system. The possibilities of survival, with work and education as allies from the beginning of the gender transition, have been few, since different institutions that should offer support in all kinds of ways are limited to a humane and dignified welcome, such as school institutions and families.

**Keywords:** Education. Prostitution. Transvestites. Transsexuals.

## LISTA DE SIGLAS

ANPED: Associação Nacional de Pesquisas e Pós-graduação em Educação

ANTRA: Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ATGLT: Associação Três-lagoense de *Gays*, Lésbicas e Trans

BDTD: Biblioteca digital de teses e dissertações

CAPES: Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CBO: Classificação Brasileira de Ocupações

COVID-19: coronavirus

EJA: Educação de Jovens e Adultos

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

EPEJA: Grupo de estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos

GRAB: Grupo de resistência Asa Branca

IBTE: Instituto Brasileiro Trans de Educação

IES: Instituição de Ensino Superior

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LGBT: Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Travestis

LGBTI+: Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Intersexo e outros

LGBTT: Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LGBTQIA+: Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis/Trans, Queer, Intersexo, Agênero e outros

NEPEADDH: Núcleo de estudos e pesquisas em educação antirracista, em diversidades e em direitos humanos

NUDISEX: Núcleo de estudos e pesquisas em diversidade sexual

OASIS: Portal brasileiro de publicações e dados científicos em acesso aberto

ONGs: Organizações Não-Governamentais

OSC: Organização da sociedade civil

PNE: Plano Nacional de Educação

PROMISAES: Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

SCFV: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos

SCIELO: Scientific Electronic Library Online

SEIVA: Serviço de esperança e incentivo à vida agora

SJRP: São José do Rio Preto

SUPED: Sujeitos, processos educativos e docência

SUS: Sistema Único de Saúde

TTT: Travestis, transexuais e transgêneros

UECE: Universidade Estadual do Ceará

UEM: Universidade Estadual de Maringá

UEMS: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

UFU: Universidade Federal de Uberlândia

UNE: União Nacional de Estudantes

UNESP: Universidade Estadual de Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	14
<b>1. CAMPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS EM EDUCAÇÃO</b> .....	22
1.1 Travestis, transexuais e transgêneros .....	22
1.2 Prostituição e intelectualidade .....	27
1.3 Levantamento teórico .....	32
1.3.1 Dissertações .....	33
1.3.2 Teses .....	52
<b>2. BIOGRAFIAS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS QUE SE PROSTITUEM NA CIDADE DE JALES/SP</b> .....	66
2.1 Eu, Tattiana .....	67
2.1.1 Cena 1 - No casulo .....	67
2.1.2 Cena 2 - A transição .....	71
2.1.3 Cena 3 - O voo e a intelectualidade .....	75
2.2 Aghata .....	80
2.3 Amanda .....	80
2.4 Monique .....	81
2.5 Nicole .....	82
2.6 Paty .....	82
<b>3. NEM AO CENTRO, NEM À MARGEM!</b> .....	84
3.1 Transição e escolarização .....	85
3.2 Religiosidade e famílias .....	96
3.3 Violências, prostituição e mercado de trabalho .....	101
3.3.1 Bombadeiras, prostituição e transição .....	104
3.3.2 Envolvimento com as drogas .....	108
3.3.3 A prostituição .....	117
3.4 Experiências de transfobia e sobrevivência às ruas .....	127
<b>Considerações Finais</b> .....	140
<b>Referências</b> .....	150
<b>Apêndices</b> .....	151

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Levantamento do Catálogo do CAPES .....	32
<b>Quadro 2</b> – Dissertações eleitas no Catálogo do CAPES .....	32
<b>Quadro 2</b> – Teses eleitas no Catálogo do CAPES .....	50

## Lista de Figuras

<b>Figura 1</b> - Mapa de pesquisas sobre travestis, transexuais e educação .....	89
<b>Figura 2</b> - Jales no Estado de São Paulo .....	91

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa vincula-se à linha de pesquisa Currículo, formação docente e diversidades do Programa de Pós-graduação em Educação, nível de mestrado, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, unidade universitária de Paranaíba). Ele foi desenvolvido junto ao projeto de pesquisa **A necropolítica educacional a partir de itinerários formativos projetados por travestis, transexuais e transgêneros trabalhadoras sexuais e/ou putas em Jardim/MS** (vigência ago/2021 a ago/2024) vinculado ao Núcleo de estudos e pesquisas em educação antirracista, em diversidades e em direitos humanos (NEPEADDH), sob coordenação de meu orientador, o Prof. Dr. Fernando Guimarães Oliveira da Silva.

Inicialmente quero trazer um relato de como cheguei ao Mestrado da UEMS. Certo dia, conversava com algumas amigas professoras sobre estudos, graduação e outras coisas que não me recordo bem. Aí, uma dessas amigas falou que no mestrado existia cotas para pessoas travestis e transexuais. Eu fiquei pensando o que viria a ser um mestrado, aí elas foram trazendo que se tratava de uma formação científica que também refletia no aumento salarial para professores e professoras da educação básica. Um ponto que também nos atrai muito na educação básica, considerando que recebemos pouco. Nesse sentido, entrei no mestrado por meio de ações afirmativas. Acredito que é importante caracterizar esse momento para dar destaque à relevância das ações afirmativas para gerar equidade social e educacional.

Utilizo deste estudo para me manifestar criticamente sobre os diferentes espaços que passei e me fizeram sentir anormal. Família inicialmente, escola, o atendimento de clientes na prostituição, os relacionamentos, o uso de drogas, a violência para se proteger... Apresento um relato autobiográfico com um desejo de não ser julgada e mais criticada ainda pelos erros (mais erros neste caso). Falo dos erros, porque, nós, travestis e trans, somos levadas a viver estilos de vida completamente distante daqueles considerados padrões pelo sistema moral. E é óbvio, eu não fui santa ou compensei perdas de normalidade durante toda a minha vida. Vivi do jeito que qualquer pessoa deveria viver, intensamente.

Da mesma forma, pretendo pesquisar os processos de se sentir incluída ou excluída por meio da autobiografia de travestis e transexuais que se prostituem em Jales/SP. Olhar para os projetos de vida delas se faz pertinente para envolve-las num

espaço, o acadêmico e o da ciência, que elas não se viram ocupar. Metodologicamente, fui levada a aprender que as epistemologias com as quais quero dialogar tem que ser aquela que me permite estar presente no texto sem ter o medo de ser criticada como se o meu texto e a minha pesquisa fossem desqualificados da condição de ciência.

Neste caso, a epistemologia que mais se enquadrou para eu me sentir tranquila em realizar esta pesquisa foi a de base decolonial. Criticar os padrões moralistas e eurocentrados para o ser, homem e mulher, baseados em um sistema<sup>1</sup>-cisheteroterrorista-branco-elitizado. Conversei com as minhas amigas de rua, de prostituição, de vida, abertamente, do jeito que dialogamos umas com as outras no dia a dia. Elas narraram as suas trajetórias com tanta informação e vontade que parecia um bate papo entre nós, um momento em que podíamos nos ver enquanto pessoas normais, olhar para erros e acertos na luta pela vida, pessoas que desejamos ter mais próximas enquanto família, projetos profissionais, enfim, da vida.

Olhar para a trajetória da transição durante eventos familiares, educacionais e do campo do trabalho nas ruas da prostituição torna-se relevante para confrontar com um campo teórico que utiliza de pessoas travestis e transexuais como objetificação de pesquisa, causando epistemicídio ao validar a experiência trans como algo ruim relacionado apenas com a morte e a cenas de sofrimento.

Todas as histórias da trans que aqui exponho, estiveram envoltas por cenas de uso abusivo de drogas e de uma vida completamente distante de padrões e expectativas sociais circunscritas em torno de gênero e das sexualidades. De forma alguma, o meu objetivo é falar bem do uso de drogas. Mas entender como é a vida na prostituição e as diferentes vulnerabilidades que as trans estão expostas para sobreviver. Todas trouxeram experiências de vida de negação, de expulsão, familiar e/ou escolar, que contribuíram sim para que seus corpos e suas existências fossem levados para a prostituição.

A ausência de oportunidades sociais que acolhessem tais corpos na época em que viveram o processo de transição, as fizeram usar de diferentes estratégias para ter acesso à renda. Não estamos fazendo apologia a formas de viver e conviver na

---

<sup>1</sup> Viviane Vergueiro (2014, p. 15) utiliza este conceito a partir de uma apreensão crítica de um conceito de Ramon Grosfoguel sobre sistema-mundo moderno colonial. A autora destaca, em sua dissertação de mestrado, que vivemos em um (c)istema-mundo para dizer que: “A corruptela ‘cistema’, entre outras corruptelas do tipo, têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – ‘cistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia”.



drogadição e na prostituição, mas de olhá-la como uma profissão demarcada por uma série de estigmas sociais. E que existe historicamente.

Estamos apenas olhando para vidas que foram demarcadas pela ausência de oportunidades sociais e experimentação de privilégios por uma série de rompimentos na família, na sociedade, no mercado de trabalho e na escolarização básica. Esperando, neste caso, que estas memórias demarquem um lugar que não se pretende voltar para pessoas trans, mesmo sabendo das inúmeras limitações que o nosso país ainda tem para ver uma vida trans como uma vida que também merece responsabilização, proteção e defesa por parte do estado e das políticas para viver bem.

Por mais de uma década, vivi e convivi na prostituição. Vi inúmeras dificuldades que as travestis e as transexuais enfrentam diariamente. Muita gente conservadora vai dizer, ao me ler, que: nós escolhemos este estilo de vida. No entanto, sempre me perguntei se realmente, nós escolhemos tanto sofrimento e violação do nosso direito de ser vista como qualquer outra pessoa que está no fluxo, ganhando a vida. Somos trabalhadoras também. Do sexo. Estamos lutando para ganhar o nosso sustento diário. É uma luta como de qualquer outro(a) trabalhador(a). A diferença é que os percalços que enfrentamos na prostituição e nas ruas não são os mesmos que de outros(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) no mercado (in)formal de trabalho.

O mundo do trabalho possui um endereço cisheteronormativo. Faz parte de um estilo de vida historicamente atrelado ao espaço da família patriarcal. Tudo que foge ao modelo de organização familiar tradicional formada por homens e mulheres cisgêneros(as)<sup>2</sup> e seus(as) filhos(as), trabalhadores(as) (in)formais, (in)felizes, brancos(as), como as propagandas de “margarina Dorian”, é tratado de forma desumana e cruel.

Relegada às piores condições de vida. Quando passei e ouvi nas memórias de minhas amigas travestis e transexuais das ruas, cenas cruéis de vida na violência, espancamento diário, assassinato, drogadição e outras formas desumanas direcionadas a nós, comecei a me questionar se realmente somos nós, que escolhemos estar nessa vida. Será que não pensamos em outros projetos de vida e

---

<sup>2</sup> O conceito de cisgênero pode ser entendido a partir das orientações dadas por Jaqueline de Jesus (2012, p. 10): “Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. Como já foi comentado anteriormente, nem todas as pessoas são assim, porque, repetindo, há uma diversidade na identificação das pessoas com algum gênero, e com o que se considera próprio desse gênero”.

de felicidade tal como pessoas normatizadas pelas regras morais fazem como citei anteriormente?

O sistema quer que nos imaginemos produtoras de fracasso. O reflexo da meritocracia caindo sobre nós e nos colocando na posição de “lixos humanos”. As travestis e transexuais que se prostituem e convivem com o reflexo das desigualdades sociais já nascem, durante a transição, geralmente após uma expressão homossexual, com a precariedade inscrita em seus corpos. No passado, como as experiências minhas e de minhas interlocutoras trazem, nós não nos pensávamos ocupantes de lugares institucionalizados. A gente só se via nas ruas, na prostituição, era um destino predefinido. Poucas foram, as que tiveram apoio e oportunidades sociais, para enfrentar o (c)istema.

Em 2019, eu li um texto, por cima, sem tanto aprofundamento, porque a docência na educação básica, às vezes, nos impede de dar atenção para a nossa formação. Neste texto, duas professoras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e uma aluna do programa de pós-graduação em educação desta universidade, trouxeram uma discussão sobre a docência trans na educação básica e as suas relações com a prostituição. No começo do texto, é possível visualizar falas de três travestis que atuam na prostituição e a possibilidade de se verem docentes durante um evento em 2011. Maria Rita Cesar, Dayana dos Santos e Amanda Silva (2019, p. 575) apontam que há uma relação direta entre travestis e prostituição: “Assim, no que se refere a transexuais, o argumento discursivo produz-se no campo do binômio saúde-doença, já em relação a gays e travestis, o argumento produz se por uma moral”.

Ao entrevistar em torno de 6 professoras travestis ou transexuais, as participantes da pesquisa de Cesar, Santos e Silva (2019) fizeram questão que os seus nomes fossem identificados. Assim, Cesar, Santos e Silva (2019), trazem no caso de algumas interlocutoras que a necessidade leva, as professoras trans a continuarem atuando como profissionais do sexo.

Em relação aos requisitos para atuar como profissional do sexo, Laysa afirma de forma incisiva: “O pré-requisito pra ser profissional do sexo é vir do planeta fome, como dizia Elza Soares. Do planeta sobrevivência! Esses são os requisitos” (Laysa Carolina). Laysa Carolina define como requisito principal para a atuação como profissional do sexo a necessidade da sobrevivência. Esta narrativa complementa aquela já elaborada por Laysa a respeito da impossibilidade de formação e a negação de oportunidades de

emprego formal para as pessoas trans\* (Cesar, Santos e Silva, 2019, p. 580).

Não de diferente da minha pesquisa, onde utilizei de um momento para dialogar com as minhas interlocutoras para pensarem sobre si a partir de um movimento de sentipensar como coloca Orlando Falsborda (2003). Pensar sobre si, entre o sentido passado e o sentido presente, a fim de produzir formas diferentes de se ver e olhar para os problemas enfrentados.

Como objetivo geral, pretendo pesquisar as biografias (temática) de travestis e transexuais nos pontos de prostituição na cidade de Jales-SP. E os específicos:

- Problematizar por meio das biografias, as dificuldades sociais de se tornar travesti ou transexual na interlocução com as ruas e a prostituição;
- Discutir a produção científica sobre a temática (dissertações e teses);
- Desenvolver eixos temáticos como escolarização, família, prostituição, violência e outros encontrados durante a análise e interpretação das informações colhidas.

A metodologia deste estudo foi pensada para não ser tão rigorosamente definida, mesmo sabendo que uma pesquisa científica demanda um esforço intelectual para gerar informações relevantes. Mas falo que não pretendo me guiar com tanta rigorosidade porque o enrijecimento na abordagem das travestis e transexuais que se prostituem pode ser distanciar do que aproximar. Além disso, eu preciso usar de uma linguagem que me faça presente na pesquisa, porque eu também vivi e convivi com a prostituição.

Trabalhei com as discussões decoloniais na construção da base de pensamento deste estudo, porque me permiti questionar a entrada das travestis e transexuais que se prostituem ao campo formal da universidade. Em muita conversa com o meu orientador, eu percebi que a ciência também precisa se travestilizar ou transexualizar-se. Gera um impacto até em mim em propor uma visão desta.

Mas Walter Dignolo (2004), um teórico que discute no âmbito do grupo modernidade/colonialidade, uma necessidade de deslocamento científico no campo da ciência tradicional especialmente para a gente, travestis e transexuais, que são corpos que se localizam fora dos padrões pensados para o humano a partir de uma visão do gênero e das sexualidades cisheterossexistas. Assim:

A ciência (conhecimento e sabedoria) não é separada da língua; as línguas não são meros fenômenos “culturais” em que os povos encontram a sua “identidade”, são também o lugar em que o conhecimento está inscrito. E, uma vez que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo que os seres humanos são, a colonialidade do poder e do saber veio a gerar a colonialidade do ser (Mignolo, 2004, p. 669).

Enquanto travestis e transexuais, precisamos produzir estes deslocamentos da norma. Estar aqui é um exemplo de fazer isso. Levar as biografias e a minha autobiografia para o campo científico da pós-graduação objetiva gerar este estranhamento. Tal como trouxe Letícia do Nascimento (2022, p. 8), em uma obra recentemente prefaciada, precisamos “Cutucar” a ciência tradicional com práticas sociais pertinentes aos nossos modos de ser sem vergonha e com muita provocação, sendo desobediente:

Eu quero cutucar os sagrados livros de receitas das universidades, essas grades curriculares coloniais. [...] Penso, uma ciência travesti, e, portanto, uma ciência puta e marginal. Eu não sou apenas pirata de gênero, o mais profundo do meu trabalho é piratear, contrabandear teorias. [...] Cutucar o cânone é pensar outras possibilidades desde e para além do cânone. Também pensar sem cânone. Também unir os pensamentos além do cânone ao cânone.

Janaina Souza e Luiz Antonio Senna (2023) apresentam que a autobiografia possibilita reconhecer-se pelas narrativas. Um momento em que as vivências particulares alcançarão um *status* de conhecimento a partir do momento em que há um trabalho reflexivo por parte de quem está sendo entrevistado(a). A autora e o autor compreendem que surge um método de fazer pesquisa que só será entendido por pesquisadores(as) sensíveis a uma compreensão de método que amplia a visão científica da forma como o conhecimento é gerado:

Esse conhecimento passa por uma lógica interpretativa profunda, já que a narrativa, por si só, não produz dados para o pesquisador verificar quaisquer situações. Ela produz “saberes”, e estes só serão compreendidos se houver por parte de quem escuta sensibilidade para saber ouvir as palavras ditas num determinado contexto (Souza; Senna, 2023, p. 5).

A metodologia adotada foi buscar a narrativa autobiográfica, o espaço em que as sujeitas entrevistadas foram as mulheres travestis e transexuais que de alguma forma tiveram contato com a prostituição. Devido ao meu conhecimento, enquanto trans que também passei pelas ruas, por residir em Jales/SP, o estudo da

autobiografia também me permitiu estar presente na pesquisa e junto de minhas amigas trans e travestis, sentir-me potência para a realização deste estudo.

Agatha, Amanda, Monique, Nicole e Paty trouxeram com suas memórias, contribuições riquíssimas para este estudo. Com o auxílio de um gravador do celular, eu elaborei um instrumento com algumas perguntas sobre família, educação, transição, prostituição e trabalho (Apêndice 1). Elas escolheram o lugar de entrevista e foi assim que a pesquisa foi realizada.

Optei por utilizar também um levantamento teórico, baseando-me em possibilidades teóricas trazidas pela pesquisa bibliográfica com os recursos de um estado do conhecimento. Mas, um estado do conhecimento suscinto feito com descritores que associassem os termos: travestis, transexuais e educação, a fim de conhecer a produção concluída no site do banco de dissertações e teses do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

No que se refere à instrumentalidade ética da pesquisa, segui algumas orientações contidas em normatizações da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd) que caracteriza que a finalidade da ética é a de resolver questões específicas da pesquisa “[...] com seres humanos surgidas em diferentes instâncias do processo investigativo, que envolvem o contexto, as consequências éticas das decisões, os pesquisadores, as instituições e os participantes nela envolvidos” (Hermann, 2019, p. 22).

Utilizei a autodeclaração por escrito para aplicar às minhas colegas das ruas de prostituição para cumprir com a dinâmica da ética do estudo, posto que não consegui submeter à plataforma Brasil. Entendo que é preciso ter maturidade intelectual para colocar essa questão por representar uma integridade ética com o estudo tal como aponta as orientações normativas de Jeferson Mainardes e Isabel de Carvalho (2019, p. 130):

A autodeclaração de princípios e de procedimentos éticos na pesquisa é a manifestação escrita pela qual o próprio pesquisador explicita os princípios, os procedimentos e as demais questões éticas envolvidas no processo de pesquisa. Constitui-se em um exercício de explicitação, de reflexividade e de vigilância sobre as questões éticas. A autodeclaração não substitui a revisão ética do projeto de pesquisa, realizada por Comitês ou Comissões de Ética. No entanto, emerge como fundamental nos casos em que o Projeto de Pesquisa não foi submetido a nenhum processo de revisão ética.

Além disso, estou presente no campo da pesquisa e nas relações sociais junto com as minhas interlocutoras. Desse modo, este estudo foi organizado da seguinte forma: 1) Primeira seção: apresento o campo de estudos e pesquisas sobre travestis, transexuais e educação em nosso país, valendo-me de alguns materiais encontrados por meio da pesquisa bibliográfica; 2) Segunda seção: apresento os relatos autobiográficos das travestis e transexuais pesquisadas, me incluindo nas discussões; 3) Terceira seção: discutir sobre transição de gênero; religiosidade e famílias; violências; drogas; transfobia e a sobrevivência às ruas.

## 1. CAMPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS EM EDUCAÇÃO

Esta seção interessa apresentar os principais conceitos pertinentes às identidades de gênero não normativas. Para isso, se faz urgente discutir sobre travestis, transexuais e transgêneros sobretudo como o campo de estudos na área de humanidades e sociais tem lidado com os assuntos relacionadas às demandas e pessoas trans.

Nesse sentido, apresenta-se um levantamento teórico a partir do retorno dado pelo filtro na plataforma de dissertações e teses do CAPES.

### 1.1 Travestis, transexuais e transgêneros

Existem diferenças em ser travestis, em ser transexuais e em ser transgênero? Essa discussão é pertinente para este estudo, porque nos coloca diante de uma discussão história apensa aos usos e abusos das letras TTT dentro da sigla LGBTI+. Muitas mudanças ocorreram entre 1980 (momento de patologização das identidades LGBTI+, especialmente trans) até hoje.

Berenice Bento (2005), na obra, **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**, apresenta que a patologização estava relacionada com a presença de um desequilíbrio entre o órgão sexual e o gênero, sendo necessário tratar como uma questão de saúde por meio de uma intervenção cirúrgica como foi dado por estudiosos(as) da área biomédica.

Bento (2005) entendeu, à época de sua pesquisa, que há pluralidade de interpretações e construções de sentido entre corpo e subjetividade na experiência de pessoas trans. A autora optou por utilizar de termos como transexuais femininas ou mulheres transexuais para as pessoas que se definem como mulheres e o mesmo com os transexuais masculinos ou homens trans para se referir àqueles que se definem como homens: “Quando afirmo que os critérios aqui estabelecidos partem da subjetividade dos próprios sujeitos e de suas narrativas, não estou levando em conta o fato de terem se submetido à cirurgia ou o desejo de realiza-la, como critério para esta nomeação” (Bento, 2005, p. 44).

Nota-se muito essa discussão sobre diferenciar travestis e transexuais tendo como critério de demarcação o uso de cirurgias de redesignação sexual. Inclusive

entre as travestis e transexuais participantes desta pesquisa, isso faz parte de um processo de construção social feminina de suas identidades.

Uma questão sem tanta importância para entender as questões ligadas às identidades de gênero como bem pontua a Jaqueline de Jesus (2012) quando a questão envolve pensar o sistema de classificação social. A autora diz ao olhar para a questão da transgeneridade, é importante frisar dois aspectos que reflete sobre as diversas formas de expressar o gênero de identidades trans: “1. Identidade (o que caracteriza transexuais e travestis); OU como 2. Funcionalidade (representado por crossdressers, drag queens, drag kings e transformistas) (Jesus, 2012, p. 10)”.

As travestis, segundo Jesus (2012), foram as identidades trans mais estigmatizadas socialmente, posto que ao serem violentadas socialmente, a única alternativa para o rendimento e sobrevivência era a prostituição. O termo travesti é mais antigo que transexual, o que justifica o excesso de seu uso: “Pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Referir-se a ela sempre no feminino, o artigo “a” é a forma respeitosa de tratamento” (Jesus, 2012, p. 27).

Mesmo com esta multiplicidade de formas de se entender a experiência travesti e transexual, aqui é relevante apresentar diferentes formas de compreensão dessas identidades e expressões de gênero. Larissa Pelúcio (2005a, p. 16)), ao pesquisar sobre travestis apontou que se tratam de pessoas que nasceram com órgão genital masculino “[...] (por isso a grande maioria se entende como homem) e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar a genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos”.

Pelúcio (2005a) realizou uma pesquisa com travestis que se prostituíam em São Carlos e classificou a partir do grupo de travestis que entrevistou como elas se classificam. As suas interlocutoras trouxeram que ser travesti é algo contínuo e que se constrói na feminilidade o tempo todo, sendo que esse processo é caracterizado pela autora: 1) ser um *gayzinho*; 2) montar-se; 3) transformar-se e 4) quando já se é uma travesti.

A transformação seria esse processo de feminilização que se inicia com extração de pêlos da barba, pernas e braços, afina a sobrancelha, deixa o cabelo crescer e passa a usar maquiagem e roupas



consideradas femininas nas atividades fora do mundo da casa. A seguir, começam a ingestão de hormônios femininos (pílulas e injeções anticoncepcionais e/ou de reposição hormonal), passando por aplicações de silicone líquido nos quadris e, posteriormente, nos seios, até chegar (e nem todas podem fazê-lo por absoluta falta de dinheiro) a intervenções cirúrgicas mais radicais – plástica do nariz, eliminação do pomo-de-adão, redução da testa, preenchimento das maçãs do rosto e colocação de prótese de silicone (Pelúcio, 2005a, p. 225).

Não tão diferente das travestis e transexuais que entrevistei em minha pesquisa, todas trouxeram a ideia de construção corporal feminina por meio de diferentes mudanças sob o efeito de intervenções cirúrgicas ou não. O que nos leva a uma aproximação com a ideia de travesti.

Berenice Bento (2003) entende que as mudanças corporais de travestis e transexuais não são motivadas por uma questão de sexualidade, mas para assegurar maior inteligibilidade social, um melhor trânsito social. Nesse sentido, a autora considera que a questão da experiência transexual não tem a ver com a cirurgia, mas uma questão de estar socialmente bem com a identidade feminina.

Além da importância de relacionar a enunciação dos discursos aos campos sociais nos quais são proferidos, pode-se sugerir outra possibilidade explicativa para que se representem os/as transexuais como “reprodutores dos estereótipos de gênero” e que se refere à forma como entram no campo do gênero identificado. As/os transexuais foram socializados/as em instituições que os/as prepararam para atuar de acordo com o gênero que lhe foi atribuído (Bento, 2003, p. 45).

Dito isso, Bento (2003) sugere um entendimento dimensionado no contexto social em que as diferenças são acionadas para caracterizar o que é a experiência trans sem estereótipo de fixação e definição plena sobre as identidades de gênero. Já para Ana Paula Vencato (2003), foi possível observar que mesmo que haja discursos prontos capazes de identificar características comuns entre as travestis, transexuais e transgêneros que demonstram semelhanças e aproximações identitárias; ainda assim, é possível ao se atentar para trajetórias específicas, notar explicações que caminham para um sistema particular próprio do mundo delas para diferenciar essas identidades de gênero.

Vencato (2003, p. 196) pontuou que as diferenças entre as drags queens e as travestis e transexuais relacionam-se à temporalidade, teatralidade e corporalidade: “Temporalidade porque a drag tem um tempo “montada”, outro “desmontada” e, ainda,

aquele em que “se monta”. Diferente de travestis e transexuais, as mudanças no corpo são feitas, de modo geral, com truques e maquiagem. A corporalidade drag é marcada pela teatralidade, perspectiva que é importante para compreender esses sujeitos”.

Em relação às travestis, a autora faz uma narrativa a respeito de uma fala que teve de um amigo sobre como agem. Segundo este amigo, as travestis tomam hormônios femininos e alteram os comportamentos equiparando-se ao momento da fase pré-menstrual da mulher:

Essa fala me fez pensar um pouco que o fato do corpo da travesti estar sendo modificado no sentido masculino--feminino pode ser suficiente para dar a ela uma atribuição de feminilidade, principalmente porque o fato da travesti estar tomando hormônios femininos justifica que ela tenha um comportamento mais agressivo, beirando o fora do controle, assim como à mulher são dados esses atributos na fase pré-menstrual, sendo os responsáveis também por tal comportamento os hormônios (Vencato, 2003, p. 200).

Vencato (2003) enfatiza que há um discurso biomédico que permeia as formas de caracterizar as diferenças entre travestis e transexuais, sendo que às transexuais estariam discussões teóricas que despertam certa desconfiança para se aprofundar nas caracterizações oriundas posterior a 1953, ao campo da Psicologia e da Medicina. Acreditamos necessário pontuar essa questão, porque os aspectos teóricos vão se alterando com o tempo e tais caracterizações não são fixas e estanques. Elas precisam ser vistas no campo das relações sociais e das corporalidades.

Cabe a crítica sobre a despatologização das identidades transgêneros, travestis e transexuais. Beatriz Bagagli (2016) entende que para dar conta de despatologizar, precisamos entender os aspectos inerentes à cisnormatividade<sup>3</sup> e cisgeneridade como problematizações que fazem do transfeminismo. Especialmente, porque a ideia que se cria reiterada vezes, histórica e culturalmente, sobre as relações sociais é o que permite conservar formas de subjetividade que se alinham ao sistema biológico.

---

<sup>3</sup> Para entender este conceito, Bagagli (2016) faz menção à pesquisa de Luiz Fuganti (2007 *apud* Bagagli, 2016, p. 91-92) entende que o: “ideal da conservação funcional do corpo orgânico, manifesto na eficácia de seu mecanismo sensório-motor, e o domínio da intencionalidade no desejo ou do bom senso na vontade como determinação da consciência normal ou civil. Esse ideal se traduz no cultivo, no cuidado e na defesa de uma suposta condição natural da subjetividade humana (mas que, na verdade, é histórica e socialmente produzida), bem como na desqualificação implícita de um desejo constituído pela Falta, que o torna refém de uma ordem extrínseca, ao mesmo tempo que enfraquece e sabota sua capacidade própria de efetuação”.

A partir do estabelecimento deste sistema de normas cisgêneros (alinhamento sexo-gênero-sexualidade) é que se criam concepções de sujeito natural e, a partir disso, uma visão de “verdade” sobre as relações sexuais e de gênero e a subjetividade das pessoas: “Tais efeitos se realizam através do seu próprio mascaramento, em uma relação específica entre o mesmo e o outro na qual a transgeneridade é alocada numa posição de objeto e a cisgeneridade em uma posição de transcendência em relação ao próprio gênero” (Bagagli, 2016, p. 92).

E Bagagli (2016, p. 93) ainda adiciona sobre a patologização:

É sintomático, nesse aspecto, o entendimento por vezes tão comum (ou espontâneo) das transexualidades e travestilidades como uma dissonância entre corpo e mente. Nesse processo de construção de dicotomias hierárquicas, a coerência da cisgeneridade é (re)estabelecida, através da denegação da iminência do sexo significar de outra forma, que, por sua vez, retorna insistentemente sob a forma (do medo) do delírio, loucura, falsidade, ilegitimidade, incoerência, mentira...

A autora entende que a patologização está presente quando a pressão por categorizar a pessoa transexual envolve pensar a falta de uma relação boa com o seu órgão genital. Sendo este, por sua vez, interpretado como um problema, o que viria a caracterizar essa pessoa como sendo transexual. A patologização conforme nos apresenta Bagagli (2016, p. 98) se torna um dispositivo que regula as diferenças sobre as identidades travestis e transexuais, permitindo, legitimando, autorizando...

A patologização cria uma disjunção em relação ao binário “travesti ou transexual”. Ela funciona a partir da disjunção exclusiva – só se pode “ser” transexual não “sendo” travesti, ou seja, através uma lógica binária que enfraquece as possibilidades múltiplas de existências transgêneras. As narrativas são homogeneizadas para serem diagnosticadas. Eis a lógica do diagnóstico “és isso e tão somente isso”, segundo um princípio de não contradição e da imutabilidade do ser

Para um processo de despatologização, a autora entende que será preciso que as profissões de saúde revisem suas concepções de homem universal, assumindo uma nova forma de pensar as identidades transgêneros considerando singularidades e transformações sociais na vida das pessoas.

## 1.2 Prostituição e intelectualidade

Prostituição em nosso país não é crime como bem retrata Marlene Rodrigues (2009). Trata-se de uma profissão que consta na Classificação brasileira de ocupações (CBO) e desde 2002 foi descriminalizada como bem pontua Rodrigues (2009). Naquele momento, o início dos anos 2000, tratava-se de um importante passo político para a ampliação de políticas públicas. No entanto, ainda se trata de uma questão que divide as pessoas, grupos e partidos políticos.

Quando pensam sobre a população transgênero, é preciso entender como as identidades sociais de travestis e transexuais foram se consolidando socialmente. As pesquisas demonstram que há um caráter de patologização social dessas identidades, sendo que o critério biomédico também perpassa essas questões. Histórica e culturalmente, a visão que se criou sobre as travestis foi a de que estavam sempre envolvidas com a noite e a marginalização, especialmente em diferentes momentos sociais em que prostituição e transgressão das normas de gênero eram vistas como ilegalidade acompanhada de imoralidade (Bento, 2003).

O uso do termo patologização social vem de encontro com a leitura de Bento (2011, p. 554) ao discutir a transgressão das normas de gênero e de sexo “[...] irradia a convicção de que são pessoas inferiores. Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirmar que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições”.

Às travestis restam os espaços da prostituição em espaços acessíveis e de ampla circulação de pessoas, os lugares marginalizados da noite (pistas, rodovias, barzinhos da ralé, banheiros públicos, enfim...). Às transexuais, as operadas, estariam em lugares de luxo para clientes com altos poderes aquisitivos e financiadas por pessoas riquíssimas.

Pode parecer estranha essa diferenciação, mas é assim que tudo ocorre e as experiências sociais vão sendo consolidadas. Pelúcio (2005a, p. 223) trouxe a partir do diálogo com travestis que se prostituíam que a prostituição pode ser entendida: “(1) como uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade”.

Indira Brum (2014) com o objetivo de entender inicialmente travestis que se prostituíam. Brum (2014, p. 13) ela observou que a questão da nomeação é algo muito forte e potente para entender que existem diferenciações no campo das identidades de gênero que merecem ser entendidas a partir das corporalidades e formas de sociabilidade que recorrentemente ocorrem entre travestis e transexuais: “No decorrer do movimento de pesquisa fomos entendendo que, seja na nomeação ou na prostituição, o corpo é evidenciado enquanto protagonista desses processos”.

Brum (2014) identificou nos 70 artigos científicos cuja abordagem da nomeação de travestis e transexuais encontram-se implicadas em incorporações modelares e incorporações sociais, sendo estas duas as linhas de análise de seu material interpretativo. No que se refere às incorporações modelares, Brum (2014) declarou que os textos científicos eleitos indicaram as seguintes diferenças:

Uma delas diz respeito às intervenções cirúrgicas as quais elas se submetem em busca de sua identificação e para marcarem as diferenças. A construção desses sujeitos acontece através de mudanças e atitudes que se inscrevem nos corpos. Entre ambos, esse processo de investimento e cuidado aparece como contínuo. Em linhas gerais, as travestis têm a pretensão de se passarem por mulheres e as transexuais reivindicam serem “mulheres de verdade” (Brum, 2014, p. 27).

A autora entende que o ser travesti é um processo contínuo e inesgotável a partir da ingestão de hormônios e da utilização de próteses como o silicone, usam roupas glamourosas, maquiagens, corpos bronzeados e outras ações sobre o corpo que são chamadas por Brum (2014) como intervenções.

No caso das transexuais, a dinâmica das incorporações modelares segundo Brum (2014, p. 32) diz respeito aos discursos patologizantes da Medicina, o que leva a um diagnóstico e posterior cirurgia de redesignação sexual: “Considera-se uma aparente unanimidade, no que tange às questões referentes ao incômodo com o sexo biológico e o desejo da cirurgia de transgenitalização como condição de sobrevivência e limite demarcador entre as transexuais e as travestis”.

Em relação às incorporações sociais, Brum (2014) destaca que a discussão vai para além dos saberes médicos. Não há como é apresentado pela autora uma discussão que envolve apenas as intervenções cirúrgicas como critério classificador, mas o ato de nomear está implicado em “[...] questões que se encontram na ordem social. Estabelecem-se outras fronteiras encarregadas de localizar quem são as

travestis e quem são as transexuais, a partir do que as escritas científicas apresentam” (Brum, 2014, p. 32).

Questões do tipo que são encontradas na pesquisa de Brum (2014) realizou: posturas de atividade ou passividade na relação sexual; diferenças e caráter moral ou social na reprodução das relações sexistas de gêneros entre homens e mulheres cisgêneros; maior associação da travesti à prostituição; maior presença de pessoas travestis e transexuais nos movimentos sociais. Brum (2014) entende que essas diferenciações são aproximações que os textos fazem, necessitando de revisão criteriosa em cada momento social.

É um questionamento, por exemplo, que permeia requisições e manifestos epistemológicos feitos por Vergueiro (2014). A autora utiliza o termo divagar para questionar qual o lugar que sobra para a mulher trans pesquisadora na academia?

Afinal, o texto acadêmico se dirige às pessoas trans, às travestis, às mulheres e homens trans e transexuais, ou se restringe a falar sobre elas, supondo (e produzindo) nossa inexistência na academia? E, se fala sobre elas, fala sobre elas para quem, e para quê? Estas questões, que agora orientam minhas fundamentações para a autoetnografia, também servirão para algumas reflexões sobre sistemas acadêmicos, mais adiante (Vergueiro, 2014, p. 22)

Mesmo que sob os enfoques dos recursos metodológicos da autoetnografia, há uma discussão que se relaciona com este estudo que seria a entrada do corpo trans, travestis ou transexual na ciência. Pensando em olhar para as alterações que este corpo provoca ao aparecer, questionando as condições e possibilidades que a academia oferece para aparecer.

Vergueiro (2014) pontua que corpos travestis, transexuais e trans são objetificados socialmente e levados para a desumanização por conta de uma leitura de inconformidade pela ditadura da cisnormatividade. É preciso levantar o questionamento sobre os corpos travestis e transexuais que são desumanizados para a profissão de prostituição, porque não podemos cair no discurso de que a oportunidade está aí para todos(as). Como se pessoas com a identidade de gênero incorpore nos termos da cisgeneridade não fossem relegadas às dificuldades sociais para se acessar direitos e seguranças sociais.

Amanda Câmara (2021), contextualizou o trabalho de travestis e transexuais na prostituição pelo viés da transfobia. A autora observou os aspectos inerentes à violação dos direitos dessa população e a negação destes corpos na sociedade.

Identificou que a maior exposição dessa população à prostituição como única alternativa de renda deve-se ao fato da maximização da invisibilidade social gerada pela ausência de políticas redistributivas e reparadoras das desigualdades sociais.

Câmara (2021) abordou 3 mulheres travestis e transexuais que tiveram relações de semelhança no processo de transição de gênero, sendo que conviveram com negações em suas famílias, nas escolas e nas comunidades. Situações que as levaram para a exploração sexual inicialmente por terem sido aliciadas ainda menores de idade.

Essa realidade cria um círculo vicioso de intolerância pois a mesma visão estereotipada que relaciona a prostituição a pessoas travestis e transgêneros é responsável por alimentar a discriminação que as afasta da oportunidade de ter condições legais de sustento. Isso resulta em uma maior invisibilização social, inclusive nas instituições que deveriam assegurar seus direitos. O que demanda destas pessoas a luta por reconhecimento e respeito à identidade de gênero (Câmara, 2021, p. 55).

Acredita-se que a luta vai para além daquela que deve ser encampada por pessoas travestis e transexuais, mas deve ser parte da reflexão e das práticas de trabalho de profissionais que atuam diretamente com os direitos humanos, educação e trabalho. As pesquisas de Bento (2003), Pelúcio (2005a), Vencato (2003) demonstram as dificuldades sociais dessas pessoas de passarem pelo processo de transição sem o apoio de suas famílias e das unidades escolares, reduzindo significativamente as possibilidades de êxito em projetos de vidas não voltadas à prostituição.

Em 2012, Luma de Andrade (2012), a primeira travesti Doutora do Brasil, realizou a sua tese de doutorado, pesquisando sobre a presença de travestis nas escolas da rede estadual de ensino do Ceará. Ela identificou que existia à época de sua pesquisa cerca de 184 municípios do estado e cerca de 25 estudantes travestis na rede. Nesse sentido, Andrade (2012) foi pesquisar sobre os assujeitamentos e as resistências dessas travestis nas escolas. Já nos aspectos introdutórios de sua pesquisa, a autora já pontua que por mais que exista travestis e transexuais que correspondem ao estereótipo, há ainda aquelas que tentam sobressair a essas imagens e criar outras possíveis:

A imagem socialmente exposta é aquela em que a travesti é rejeitada pela família, escola ou sociedade, tendo como única saída à prostituição. Esse modelo, obviamente, não deixou de existir, mas as

travestis não estão presas a este —destino. A realidade atual das jovens travestis traz mudanças decorridas dos enfrentamentos e lutas travadas por travestis no decorrer da história recente (Andrade, 2012, p. 15).

Andrade (2012) entende que a escolarização ainda permanece um sonho para muitas travestis e transexuais e a esquina, uma realidade, para a maioria. Em sua pesquisa, muitas daquelas que tentaram não ficar às margens, mas próximas ao centro das oportunidades sociais de escolarização não tiveram uma boa recepção por parte das pessoas. Situações como essas transferem para elas a culpa por não ter dado nada certo em suas vidas.

A autora questiona que até a data de realização de sua pesquisa de doutorado, a maior parte dos estudos e pesquisas sobre travestis estiveram voltado para entender a prostituição como isso fosse um destino final para elas. No entanto: “A presença destas nos espaços de convivência, de trabalho, de aprendizagem, de decisões políticas pode ajudar a desmitificar essa ideia de que toda travesti se constrói na prostituição” (Andrade, 2012, p. 17).

E acrescenta:

Senti necessidade, após o mestrado, de pesquisar outras travestis que buscam, como eu, a escola como alternativa para uma vida no centro da sociedade. Neste contexto, percebi a necessidade de revelar outro espaço de sociabilidade das travestis diferente da prostituição, não para negar a existência desta condição, mas para promover a visibilidade delas no centro da estrutura social (escola), e não na margem (nas pistas de prostituição) (Andrade, 2012, p. 21).

Andrade (2012) tem como ponto de partida a escolarização ao invés da prostituição para estudar corporalidades travestis em espaços normatizados pela cisgeneridade, sobretudo para conhecer como elas criam formas de resistência para no espaço da escola permanecer. Dentre as experiências de suas interlocutoras de pesquisa, Andrade (2012) encontrou a experiência de vida de Fran. Travestis que esclarece que teve e tem acesso à escolarização, porque não se vê na prostituição, porém as suas amigas que também são travestis e transexuais não tiveram a mesma oportunidade de uma vida digna em sociedade e a busca por uma cidadania plena.

Raquel, por sua vez, outra interlocutora relata que se por meio da educação não conseguir alcançar uma vida dignamente possível com recursos financeiros, ela vai buscar na prostituição e nas bombadeiras (outras travestis e/ou trans que aplicam



silicone industrial clandestinamente) os recursos suficientes para o seu processo de transição feminina.

No Manifesto Travesti de Sara York, Megg Rayara e Bruna Benevides (2020, p. 2), as autoras realizam uma usurpação da autora soberana no campo científico de definir termos, saberes e práticas sobre travestis e transexuais: “Trata-se da subversão dos métodos, da reapropriação dos termos, do roubo criativo de ideias e da extrema antropofagia: um pensamento Travesti”.

Ao contrário do imaginário do senso comum, ser uma travesti é o reconhecimento de um outro corpo possível, legítimo, além daquele normatizado. É a constituição de uma identidade real (quando apresenta materialmente seu corpo), social (quando transita entre os espaços) e política (quando reivindica direitos – de fato e de direito). Essa mesma identidade social, que é produtora de cultura, rompe com os signos binários estáticos e expressa-se como pertencente ao gênero feminino. A ruptura às normas sociais, ao longo da história, colocava as travestis às margens sociais, expondo ou naturalizando práticas de violência (estrutural, simbólica, patrimonial, psicológicas e físicas), além da exclusão social comumente praticada por parte da população contra nós (York, Rayara, Benevides, 2020, p. 2).

As autoras se propõem a construir uma trans-epistemologia a partir de escutas, arquivos, memórias e vozes travestis múltiplas no campo do conhecimento contrário ao transepistemicídio (silenciamento) que levaram corpos travestis e transexuais para os espaços da prostituição, como sendo o único espaço em que pudessem ser pensadas. York, Rayara e Benevides (2020) destacam que é preciso desfolclorizar a travestilidade e a transexualidade com sendo a prostituição a única forma de subsistência. Assim, as autoras indicam no manifesto que

Prostituição não é crime no Brasil, poderia ser uma opção para muitas de nós, mas numa sociedade justa não podemos suportar que qualquer pessoa esteja nesta profissão enquanto destino compulsório, inicial e final de sua existência (York, Rayara, Benevides, 2020, p. 9).

Ocupar o campo do conhecimento não é enchê-lo de fatalidades do vitimismo como muitos e muitas pesquisadores(as) cisgêneros(as) colocam. Mas cutucar o campo científico a fim de qualificá-lo com as demandas que levam vidas travestis e transexuais para lugares mal vistos pela sociedade.

### **1.3 Levantamento teórico**

Nesta parte do texto, fiz um levantamento teórico em diferentes fontes de informação como dissertações, teses e artigos científicos na área da educação a respeito dos seguintes descritores: travestis, transexuais e educação; associados a fim de tabular as informações obtidas por meio do título, autoria, localização em que a pesquisa foi realizada, Instituição de Ensino Superior (IES), ano.

As bases de informação utilizadas foram: 1) Catálogo de teses e dissertações do CAPES e os artigos científicos foram levantados no *Google Acadêmico*. O intervalo de tempo para a elaboração do filtro realizado foi de 2000 a 2023, cerca de 23 anos de pesquisa. A tabulação abaixo descreve a quantidade de estudos encontrados, o tempo e as áreas a respeito dos principais descritores eleitos.

**Quadro 1 – Levantamento do Catálogo do CAPES (2024)**

Descritor	Nível de pesquisa		
	Dissertações	Teses	Total
Travestis, transexuais e educação	49	13	62

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A quantidade de estudos encontrados no CAPES com o descritor travestis e educação foram 62, sendo que na eleição dos textos que tratavam sobre o assunto, foram filtradas em torno de 38 estudos, descartando-se 14. O levantamento abaixo indicado foi realizado no mês de maio de 2024, em que foram colocados os termos eleitos como descritores no espaço de procura e feito o levantamento a partir do filtro feito.

### 1.3.1 Dissertações

Das 50 dissertações encontradas, foram selecionadas em torno de 29 que se voltaram para a discussão sobre travestis e educação.

**Quadro 2 – Dissertações eleitas no Catálogo do CAPES**

Autoria	Título	IES	Ano
Santos, Ailton da S.	Corpo educado? Percepção do risco de contrair HIV e práticas educativas entre travestis profissionais do sexo.	UFBA	2007
Almeida, Neil F. P.	A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero	UFU	2009

Montreazol, Jeferson R.	Sobre a educação aqüendada: uma análise da relação entre a identidade sexual travesti e o processo de educação formal	UFMS	2011
Shimura, Joyce M.	Memórias escolares de travestis: a formação dos sujeitos nos discursos da Ciência'	UEM	2012
Sales, Adriana	Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis'	UFMT	2012
Brum, Indira S.	Da nomeação às práticas de prostituição: um olhar sobre travestis e transexuais a partir de artigos científicos encontrados na Scielo'	FURG	2014
Rodrigues, Patricia G. O.	Corpos em movimento, educação em questão: a trajetória escolar das travestis negras	CEFET RJ	2014
Silva, Luciano M. da	Trajetórias de alunos e alunas Transgêneros na Educação de Jovens e Adultos do município de Nova Iguaçu/RJ	UFRRJ	2015
Oliveira, Maria Isabel Z. de	Nas margens do corpo, da cidade e do estado: Educação, saúde e violência contra travestis'	USP	2015
Bravin, Rodrigo	(Trans) pensando a educação social: os sentidos de ser (trans) educadora social	UFES	2016
Cruz, Elioneide C.	Educação e travestilidades, no foco: trajetórias escolares das travestis em situação de "pista" na cidade de Macapá	UFRJ	2016
Porcino, Carlos Alberto.	Quem você pensa que ela é?": representações sociais de estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia acerca da travesti'	UFBA	2016
Martins, Lucivando R.	Entre ocós, truques e atraques: a produção de confetos sobre as experiências de educadoras Trans do projeto TRANS FORMAÇÃO'	UFPI	2016
Silva, Tamires B. R.	Experiências multissituadas: entre cursinhos trans e ativismos: quais narrativas, que cidadania é essa?'	UNESP	2017
Junior, Waldyr Barcellos	Trajetórias escolares das travestis do interior: história, (des)aprendizagens e educação	UFF	2018
Fernandes, Sanderson F.	As trajetórias de "jovens trans" na fronteira Brasil/Bolívia: (in)visibilidade nas escolas públicas de Corumbá (MS).	UFMS	2018
Cruz, Edimilson C. da	Travestis e transexuais no mercado do sexo em Três lagoas/MS	UEMS	2019
Silva, Luciana R. da.	Educação e diversidade: uma análise do uso do nome social no CEFET-MG na perspectiva de sujeitos transexuais e travestis'	CEFET MG	2019
York, Sara W.	Tia, você é homem? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os "sistemas" de pós-graduação	UERJ	2020
Ribeiro, Ruy T. C.	Educação e diversidade de gênero: experiências escolares de travestis em São Luís-MA	UFMA	2020
Andrade, Daniel F. de	Os desafios de transgêneros em sua trajetória escolar em um município do interior do estado de São Paulo	Moura Lacerda	2020
Pereira, Ernane A.	Docências TRANS em evidências: entre TRANSições, TRANSfobias e práticas pedagógicas TRANSformadoras	UERJ	2020
Ercules, Clara H.	Sereias do asfalto e suas trajetórias educacionais	UEM	2020
Souza, Fabio P. R. de.	Orelhões emoldurados: A expulsão escolar de mulheres trans e travestis na cidade do Rio de Janeiro'	UERJ	2021
Rabelo, Samuel F.	A intolerável companhia que me faço": a presença das mulheres transexuais e travestis no campo da educação	UNIT	2022
Silva, Rosilaine C.	(TRANS)formando no Ensino Superior: Trajetórias de estudantes Travestis e Transexuais na Universidade Federal de Uberlândia'	UFU	2022
Lima, Antonella G. de	Os corpos das mulheres travestis e a sua exclusão no processo educacional'	UNILA	2023
Costa, Mariana E. da	"Cis"tema de educação e alunas travestis e transexuais: Representações Sociais de professores e professoras da rede pública de Belo Horizonte'	UFMG	2023

Domingos, Kylderi L. dos S.	Educação sistematizada com mulheres trans e travestis no sistema penitenciário do estado do rio de janeiro: formação humana e processo de exclusão'	UFRRJ	2023
-----------------------------	---	-------	------

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024.

No que se refere às dissertações, o filtro feito retornou que a primeira pesquisa sobre o assunto se data de 2007, demonstrando o crescimento exponencial dos estudos e pesquisas sobre travestis, transexuais e educação. Alguns trabalhos não estavam disponíveis na plataforma pesquisa, como: Ailton dos Santos (2007); Adriana Sales (2012); Luciana Silva (2019). A descrição do material colhido no CAPES considerou a quantidade de texto retornado, sendo que os trabalhos foram descritos abaixo seguindo a ordem do quadro 2.

Neil de Almeida (2009), pesquisou professores e professoras que transitam nas fronteiras das identidades de gênero e de sexualidades dentro do espaço escolar. O objetivo de sua pesquisa foi o de problematizar as experiências de três professores *gays*, duas professoras travestis e uma professora lésbica. Segundo o autor, o fato de estarem na posição docente não foi o suficiente para não passarem por uma experiência de Lgbtfobia.

Um dos principais aspectos evidenciados foi que o/a professor/a gay, travesti e lésbica ao exercer a profissão docente não se desvincula das marcas da sexualidade e do gênero inscritas em seu corpo, mesmo que não as anuncie, deixando flagrantemente a diferença provocando impactos tanto em alunos/as, docentes e em outros sujeitos envolvidos no processo educativo, confirmando a estreita relação da escola com os princípios religiosos e morais desde a sua criação permanecem determinando as diretrizes da profissão docente atribuindo aos profissionais dessa área (sob a concepção de sujeito estável, fixo e hegemônico) o “legado de modelo a ser seguido” e “exemplo” (Almeida, 2009, p. 213).

Com isso, o autor observa que a heteronormatividade justifica o tratamento vivido por professores(as) em razão da forma como o ambiente institucional da escola se organiza. A pesquisa de Jefferson Montreazol (2011) seguiu as orientações epistemológicas da Psicologia Sócio-histórica, uma teoria psicológica de orientação materialista Histórico-dialética, procurando correlacionar a identidade sexual travesti e a educação formal. Com essa inspiração teórica, o autor analisou, utilizando a

técnica de Análise Gráfica do Discurso<sup>4</sup>, o indivíduo com identidade sexual travesti. Ainda temos uma sociedade capitalista no entendimento da sexualidade, em que leva o entendimento de uma reprodução ideológica, de cunho machista, tendo como principal meio de manutenção da ordem social a heterossexualidade.

Com base nesse fundamento, Montreazol (2011) identificou a desistência dos sistemas de escolarização por parte das travestis. O autor aponta que o principal objetivo de sua pesquisa era entender o motivo pelo qual, mesmo enfrentando a discriminação social, se manteve firme e não desistiu da conclusão de seu nível superior de escolarização. O desenvolvimento desta pesquisa teve como base a explicação de como a educação exerce influência na constituição destes conteúdos, sendo mediador da relação do homem (termo utilizado em sua pesquisa) com a sociedade. A busca pelo descobrimento das características particulares da educação institucionalizada, e o modo como a mesma influencia no desenvolvimento das funções psicológicas superiores<sup>5</sup>.

A pesquisa mostrou que a estruturação de uma cultura machista vem atrelada a educação formal, que é uma instituição social, que traz no seu DNA o heterossexismo. Em contrapartida, quando se trata em vivência da realidade de mundo, o modelo de ensino que melhor representa é a da educação formal, posto que desenvolve de forma mais lapidada o ser humano. Portanto, Montreazol (2011) entende que o sujeito de pesquisa adota a atividade de estudo como estruturação subjetiva, e tenta encontrar na escola o conhecimento das relações sociais e da própria identidade sexual travesti.

A pesquisa de Joyce Shimura (2012) vem com o intuito de conhecer a vivencia de travestis, fazendo o uso de relatos de seus hábitos sociais pertinente com a educação e a ciência. A base para desenvolver esta pesquisa se deu pelos estudos feministas e foucaultianos, em especial nas noções de vida infame, sexualidade e sexo.

---

<sup>4</sup> O autor entende segundo os estudos de Lane (1989 *apud* Montreazol, 2011, p. 36) que a análise gráfica do discurso é um tipo de técnica que possibilita “distinguir no procedimento de análise o que é do sujeito e o que é do pesquisador. Encontrar uma técnica de análise do discurso que, não importa quem faça, chega-se a uma mesma estrutura básica sobre a qual incidirá a leitura do pesquisador”.

<sup>5</sup> Trata-se de um conceito Vigotskiano que para Montreazol: “No campo da Psicologia, a Teoria Sócio-Histórica retoma a noção de historicidade para ratificar que as Funções Psicológicas Superiores são funções exclusivamente humanas, desenvolvidas sobre as Funções Psicológicas Primárias, dadas na evolução filogenética. Porém, diferentemente destas, as Funções Psicológicas Superiores têm no contexto sócio-histórico sua origem. É na mediação da sociedade por meio da educação, isto é, na socialização, que temos a relação com a realidade material, na qual o homem se constitui como sujeito, como ser humano” (Montreazol, 2011, p. 25)..

Shimura (2012) atribuiu a sexualidade como um mecanismo de poder que tem como justificativa a introdução do sexo em sistemas de normatização do poder. Outro ponto é o questionamento da marca de um binarismo hegemônico, que estabelece tanto a linguagem quanto os costumes sociais e sexuais. Além disso, indaga-se de fato os corpos travestis são modificados em sujeito ou se esses corpos ao debaterem com a fala de poder são modificados para sujeitos infames.

Shimura (2012) questiona se o modo como os(as) médicos(as) e as políticas públicas falam dos corpos travestis poderiam influenciar na transformação de tais corpos em sujeito? Com isso, gênero, sexualidade, sexo, corpo e a lembrança escolar foi a base na análise das entrevistas inscrita por meio do relato oral.

A pesquisa de Shimura (2012) comprova que pessoas travestis afetam as ordens do sexo binário, evidencia a exigência sobre modelo masculino/feminino, macho/fêmea, normal/anormal que tornam os corpos sujeitos ao poder simbólico e material. Os corpos travestis se encontram em duas vertentes, sendo sujeitos, seguindo os discursos médicos e políticas públicas, mas infames na vivências.

Indira Brum (2014) pesquisou em 70 textos do *Scielo* como travestis e transexuais eram nomeadas nos textos científicos. Neste material, a autora problematizou quem vem sendo nomeada como travestis e quem sendo nomeada como transexuais, considerando entender as diferenças existentes pelo material eleito. Assim, ela trouxe que o ser travesti é: “[...] um processo inesgotável, aparece marcado por intervenções como as que consideramos e o corpo aparece como participante ativo dessa construção de significados” (Brum, 2014, p. 31). E o ser trans: “Nos artigos científicos analisados a busca pelo diagnóstico da transexualidade e posterior realização da cirurgia faz com que os sujeitos, valendo-se dos saberes médicos, reiterem seu incômodo com o órgão genital” (Brum, 2014, p. 31).

Brum (2014) problematiza que mesmo que as pesquisas utilizem de fontes patologizantes para interpretar corporalidades e subjetividades travestis e transexuais, não há como fixar tais processos de identificação de gênero. Segundo esta autora, não há separações que definidas apenas por aspectos biologizantes, mas também de cunho social e cultural.

Patrícia Rodrigues (2014), em sua pesquisa de mestrado em relações étnico-raciais, faz uma discussão da instituição escolar como um espaço que reproduz a heteronormatividade e os privilégios da branquitude. Rodrigues (2014) entende que

ao mesmo tempo em que a escola reproduz o machismo e patriarcado em suas relações, ela também se produz racista.

Por meio de uma pesquisa aplicada com travestis negras, Rodrigues (2014) estudou as discriminações sociais vividas na complexa tríade raça-gênero-sexualidade. Ao olhar para os resultados de seu estudo, a autora fez uma discussão interseccional que a levou a confirmar que o reflexo das desigualdades sociais relacionadas à interação desses três elementos das diferenças torna-se entraves para anular quaisquer possibilidades de conquistas materiais e sociais.

Desta maneira, quando este corpo rompe as barreiras impostas pelo ordenamento binário e pela heteronormatividade, ele não somente subverte, mas age dentro de uma estrutura que supostamente não lhe cabe e que o abomina. Não há um espaço para qualquer alteração identitária e de sexualidade negra dentro da subversão branca, pois, para que isso ocorra, é preciso antes que este corpo seja considerado humano. A travesti negra não somente finda contratos com o que é socialmente esperado, ela estremece todo padrão branco heterossexual, pois, ao romper as barreiras do gênero e da sexualidade, mostra que há, em seu corpo, a humanidade que lhe foi socialmente usurpada pelo racismo. Ao mesmo tempo, a travesti negra o faz dentro de uma estrutura discriminatória que tende a abolir o que não lhe condiz (Rodrigues, 2014, p. 104).

Rodrigues (2014) demonstrou que a travesti negra desestabiliza o (c)istema-mundo (Vergueiro, 2014) existente dentro da instituição escolar. Ao olhar para a experiência de suas entrevistadas, ela vai observar que as travestis negras com dois sistemas: o do gênero/sexualidade e da raça. Em ambas as discussões, é possível observar a presença da eliminação da travesti por não a reconhecer digna e na condição de possuidora de humanidade. Isso se torna visível na experiência de todas as suas interlocutoras, quando narram que foram expulsas da escola.

Visando discutir essa questão da trajetória escolar e da permanência de estudantes transgêneros nas escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Luciano dos Santos (2015) revelou a inexistência de matrículas de estudantes travestis e transexuais nessa modalidade de ensino. No entanto, mesmo que as matrículas não estejam registradas como de estudantes travestis e transexuais, essa população está existente em posições de identidades “[...] organizadas através de uma complexa rede de identificações que se efetiva mediante movimentos de negação e afirmação aos modelos disponibilizados socialmente para se definir o que

seja um/a homem/mulher de “verdade” (Santos, 2015, p. 16). Naquele momento de sua pesquisa, o autor concluiu que:

Essas narrativas revelam que a escola ainda se mostra um ambiente difícil, altamente transfóbico, para a população trans. Primeiro porque suas identidades são negadas já nos primeiros momentos na sala de aula quando a lista de chamada nega a identidade de gênero dessas pessoas não utilizando o nome social para se dirigir a elas. Depois, pelo fato de não usarem o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero. E ainda por serem, a todo tempo, confundidas com outras identidades a partir de um olhar essencializador das sexualidades (Santos, 2015, p. 18).

A pesquisa de Santos (2015) demonstrou que o registro da ausência de estudantes travestis e transexuais se faz por meio da negação de suas presenças mesmo em situações que é possível identificar alunos e alunas trans nas escolas. O sentimento de estar inconforme com as expectativas cisheteronormativas para o gênero e a sexualidade impõe um cenário de silenciamento e auto apagamento dessa população.

Maria Izabel de Oliveira (2015) pesquisou por meio da etnografia as demandas por cidadania de travestis e transexuais trabalhadoras sexuais e conviventes em uma residência coletiva no município de Campinas/SP. O bairro pesquisado, o Itatinga, segundo informações da autora naquela época, situava o maior complexo de prostituição da América Latina: “[...] residindo e trabalhando no local cerca de dois mil profissionais do sexo que exercem suas atividades nas ruas e calçadas, em boates, casas de show erótico, pequenos motéis, bares e prostíbulos onde trabalham mulheres e travestis” (Oliveira, 2015, p. 19).

Oliveira (2015) enfatiza que no bairro Itatinga de Campinas, a principal atividade é a prostituição ou atividades laborais ligadas à ela. A casa de prostituição pesquisada por Oliveira (2015) é conhecida por ser administrada por uma travesti, a Alice, também chamada Maezinha. Oliveira (2015) aponta que Alice é militante ativa nos direitos das travestis, transexuais e trabalhadoras sexuais.

A despeito dos direitos de cidadania dessa população, Oliveira (2015, p. 50) entende que:

A residência coletiva trans, por sua vez, é uma comunidade ocupada por indivíduos que não têm acesso apropriado a direitos tais como saúde, educação e segurança que levem em conta suas



especificidades, em razão de sua orientação sexual, performance de gênero e atividade profissional que exercem. Porém, este campo de lutas pelo reconhecimento de direitos encontra-se em transformação dada a atuação dos movimentos sociais nas instâncias governamentais, fomentando políticas públicas que garantam o acesso à transformação corporal, o reconhecimento de um nome social pelos serviços públicos, bem como a retificação de registro, o atendimento adequado nas unidades escolares e pelos servidores públicos em geral com a polícia.

O bairro apresenta, em si, como apontou Oliveira (2015) um sistema de regulação moral ou econômico peculiar que reflete no grupo que ali convive cotidianamente. De modo geral, as travestis e transexuais pesquisadas demonstram dificuldades durante a escolarização básica, sendo que algumas não eram alfabetizadas; outras não tinham documentação; algumas não apresentavam uma visão sobre a importância da saúde em suas vidas. Todas as questões específicas da vivência trans e travestis aponta para a ausência do Estado em suas vidas.

Rodrigo Bravin (2016) pesquisou sobre os sentidos de ser uma trans educadora social. Bravin (2016) buscou discutir o trabalho pedagógico de uma educadora trans na área de educação social, visando descrever os enfrentamentos realizados frente às desigualdades sociais que afetam a população atendida no serviço em que a sua pesquisada atua: Serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos (SCFV). Deste modo, ao lidar com as desigualdades sociais direcionadas para pessoas trans, a educadora social pesquisada, Lady Débora, vai explicar que a vida das travestis e da transexual por si só já é construída em meio a diferentes estratégias de eliminação desses corpos. Assim:

Ser Lady Débora (trans) educadora social na rua é compreender seu trabalho como um compromisso com a população trans. É estar misturada com a defesa da cidadania dessa população e no cotidiano causar desconforto questionando brincadeiras e falas preconceituosas que foram naturalizadas em nossa sociedade (Bravin, 2016, p. 97).

Dentre as categorias eleitas para entender o trabalho socioeducativo desenvolvido por Lady Débora, Bravin (2016) traz: compromisso, fé, aprendizado, resistência e educando na rua. Lady Débora vai explorar as dimensões do ser mundo a partir da interlocução com a sua responsabilidade profissional com a vida do outro: “Ser-no-mundo para a educadora social é ser-com-o-outro e transformar angústias em

possibilidades de enfrentamento e em ações políticas para o resgate da cidadania dela e outras pessoas que experimentam a exclusão” (Bravin, 2016, p. 98).

Bravin (2016) traz com as experiências de Lady Débora que a dor e o sofrimento experienciado por ela em diferentes momentos de sua vida foi o combustível para auxiliá-la a interpretar os problemas que afetam as outras pessoas especialmente no caso de pessoas LGBTI+ que demandam a sua intervenção profissional.

Elioneide Cruz (2016) estudou a trajetória educacional de travestis trabalhadoras sexuais ou de pista como considerou. Partindo da hipótese de que o cotidiano escolar é hostil à presença de travestis nas escolas, Cruz (2016) objetivou apontar as aproximações e os distanciamentos entre as narrativas das travestis e o discurso de inclusão escolar e de direito à educação contido em instituições como: a Secretaria de Educação, Conselho Estadual de Educação e movimento LGBT do Estado do Amapá.

Cruz (2016) observou que são raríssimas as pessoas que atuam na Secretaria de educação e que conhecem ou já estudaram com pessoas travestis. A conclusão de seu estudo caminhou para apontar os seguintes resultados:

As respostas dadas e transcritas aqui representam neste contexto, mais que uma momentânea reflexão, pois, percebeu-se com a conclusão dessa pesquisa que todas as instituições colaboram de alguma forma e em menor ou maior grau, para a construção de sujeitos abjetos. As declarações das Travestis pesquisadas na cidade de Macapá, denunciam que a escola aparece como aquela que se cala, nega, e numa posição de cumplicidade multiplica essa abjeção. As respostas que aqui se desvelam, além de confirmarem a nossa hipótese central, de que a escola é lugar hostil a permanência das Travestis, os dados demonstram algo mais grave, que o sistema educacional do Amapá não está politicamente comprometido com as demandas escolares das Travestis. Decorre desse não comprometimento sistemático um agravamento das violências que comprometem as trajetórias escolares desses sujeitos, impulsionando – as para a atividade de prostituição nas “pistas”, ou seja, nas ruas da cidade de Macapá (Cruz, 2016, p. 187).

É interessante pontuar que a ausência de responsabilidade dos profissionais que assume as instituições públicas e os movimentos sociais contribuem para duas questões trazidas pelo estudo de Cruz (2016): 1) transformar travestis em seres abjetos; 2) a prostituição como o único lugar profissional destinado a acolher travestis e transexuais. A educação seria um dos espaços que deveria contribuir para provocar

mudanças necessárias na forma como essa população é vista bem como oferecer outras possibilidades profissionais para que a prostituição não seja a única.

Carlos Alberto Porcino (2016) investigou sobre as representações sociais de estudantes de um bacharelado interdisciplinar em saúde, e as suas concepções sobre travesti. O autor utilizou de softwares para organizar as informações colhidas com os 243 estudantes participantes da pesquisa (167 mulheres e 76 homens, com idade entre 18 e 63 anos, devidamente matriculada(o)s no semestre 2014.2. Porcino (2016) demonstrou que os(as) participantes demonstram-se preocupados(as) e sensibilizados (as) com as situações violentas que esses grupos enfrentam.

Na medida em que foram analisados os conteúdos das representações sociais para o objeto proposto, pode-se confirmar o pressuposto inicial que, apesar da sensibilidade e respeito para com a pessoa travesti, de maneira geral a(o)s participantes não apontaram diferenças entre a orientação sexual e a identidade de gênero travesti. Ademais, frente ao modo como a pessoa travesti foi retratada pelo grupo investigado, através das evocações obtidas com o auxílio do TALP, emergiram reflexões sobre a necessidade da discussão dessa temática, de modo transversal, especialmente no que tange à formação em saúde (Porcino, 2016, p. 75).

Tais informações tornam-se pertinentes para alterar as concepções de futuros(as) profissionais que atuarão na área da saúde, visando sensibilizar a respeito do tratamento dado às travestis. Aponta também para a importância de se discutir no processo formativo inicial de profissionais da área da saúde questões ligadas à identidade de gênero<sup>6</sup> e orientação sexual<sup>7</sup>, posto que muitos (as) ainda entendem que as demandas de travestis e transexuais situam-se no campo da sexualidade e não da identidade de gênero.

Lucivando Martins (2016) abordou em sua pesquisa, as experiências educacionais de trans participantes de um projeto denominado TRANS FORMA AÇÃO. Martins (2016) escreve o seu texto de dissertação em primeira pessoa, porque entende que as afetações e experiências fazem parte do pesquisador e não podem se descolar dele. Ele se posiciona em primeira pessoa, sobretudo por aproveitar para

---

<sup>6</sup> Para Jesus (2012, p. 24), a identidade de gênero é: “Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero”.

<sup>7</sup> E por orientação sexual, Jesus (2012, p. 26) entende que: “Atração afetivossexual por alguém. Vivência interna relativa à sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero”.

fazer a apresentação de diferentes dimensões de seu estudo sobre o enfoque das linguagens pajubás<sup>8</sup>.

Martins (2016) pesquisou as pedagogias de professoras trans no curso acima mencionado. Apresenta que aprendeu com as educadoras trans mais do que com a sua pesquisa posto o academicismo doentio da universidade. Nesta pedagogia, é possível entender com questionamentos provocadores os conceitos e práticas de gênero e de sexualidades com e nas diferenças entre as pessoas.

Desta forma, permeadas pelos saberes que produzimos 167 na pesquisa, criamos a Pedagogia Trans, que é um disparador que transversaliza as comunicações entre os diferentes, pois é despida de hierarquias e permite que os saberes tornem-se mestiços, de modo que não há um saber mais, nem um saber menos, há uma bricolagem de saberes que se interconectam, se comunicam e se multiplicam rizomaticamente (Martins, 2016, p. 167).

Martins (2016) vai considerar que no curso pesquisado, as professoras trans trabalham com as suas existências e isso, não compõem os materiais e os livros didáticos do curso. Na mesma medida da proposta de cursos para a população trans, Tamires Silva (2017) propôs a sua pesquisa junto à Universidade Estadual de Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Silva (2017) discute sob o enfoque da etnografia multissituada a educação não formal, os ativismos sociais de travestis e transexuais aliando a discussão com as políticas públicas educacionais.

Dentre os espaços políticos analisados por Silva (2017), temos o “Cursinho Trans” como uma ferramenta política por meio da participação nos movimentos sociais e no cursinho, o que movimenta um cenário de ampliação de possibilidades de resistência com consequência para a politização de pessoas trans. Durante a exposição de seu conteúdo de pesquisa, Silva (2017) faz menção a um acontecimento interessante sobre a atuação como professora de Sociologia na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

Ela faz menção a um evento que ocorreu com uma aluna que estava em processo de transição de gênero:

---

<sup>8</sup> De acordo com João Gomes Júnior (2021, p. 306), o pajubá é uma variação linguística que caracteriza aspectos relacionados a gênero, sexualidades, raça: “o pajubá constitui-se no contexto heterogêneo do português brasileiro, mas se faz compreensível por aquelas/es que o compartilham, por fazerem parte de um grupo social marginalizado cujas experiências coletivas e vivências individuais atuam sobre a língua que falam”.

Um dia estava sentada no refeitório da escola e uma aluna havia cortado o seu cabelo curto, até então a aluna se reconhecia como lésbica, no entanto neste dia ela veio me apresentar o seu corte novo, e por algum motivo que dificilmente saberei o porquê, brinquei com ela e a indagando se ela seria trans, naquele momento ela disse que sim, e inúmeras vezes usávamos os nossos intervalos para conversar sobre questões relacionadas ao seu processo de transição (Silva, 2017, p. 28).

Esta experiência me chamou a atenção, porque, muita gente, acredita que durante a fase de escolarização ou na infância ou na adolescência não é possível identificar processos de transição da identidade de gênero. Silva (2017) entende que a quem insiste em falar de gênero e de sexualidades nas escolas tem sido um trabalho cada vez mais urgente e ao mesmo tempo penoso em razão dos eventos ultraconservadores que atingem as unidades de ensino.

Ao olhar para os cursinhos, a autora entende que:

Os cursinhos trans são novas formas de existência, novos modos de garantir a visibilidade destes sujeitos, no qual a estrutura dos cursinhos cria uma rede de apoio e de solidariedade nas iniciativas que pode prover um sentimento de pertencimento e humanidade aos discentes e demais sujeitos envolvidos (Silva, 2017, p. 123).

Silva (2017) propõe que os cursinhos para trans e travestis sejam vistos como uma nova estratégia de experiências de acesso à problematização da cidadania acessada por este grupo identitário.

Waldyr Barcellos Júnior. (2018) se preocupou em pesquisas trajetórias educacionais de travestis de cidades pequenas do interior do estado do Rio de Janeiro. Teve como público de pesquisa três histórias de travestis, abordado com recursos de pesquisa do/no cotidiano. Tomou o cuidado para fazer narrativa da forma como essas participantes se montava e desmontava para a realização das entrevistas colhidas por ele: “As cidades do interior têm experiências ricas; não se trata de um lugar mofado, antigo e úmido. Possuem todas as suas complexidades, e muita coisa pode ser vista e pesquisada; é um grande lugar de (des)aprendizagem” (Barcellos Júnior., 2018, p. 32).

Barcellos Júnior (2018) aponta em cada tópico do estudo as formas como as sociabilidades se dão no interior do estado, levando em consideração o tamanho da cidade, a velocidade de acesso às informações sobre os moradores e etc. Dentre as dificuldades encontradas para a elaboração de sua pesquisa, Barcellos Júnior. (2018)

aponta a inibição que suas três participantes fazem quando o assunto é a escola. E assim, caracteriza:

Uma das dificuldades é a abordagem pelo medo que essas relações passam, uma travesti no interior tem medo de algumas exposições, outras se orgulham de sua história e querem passar a imagem de que não sofrem, de que são bem aceitas e conquistaram a felicidade. Em algumas entrevistas em um primeiro contato, senti uma dificuldade de conseguir um material apropriado para minha dissertação. As meninas queriam falar sobre tudo, menos sobre a escola, que sabemos que não é um lugar muito amistoso. Também comecei a ouvir sobre suas ansiedades. Tudo que elas queriam relatar eu entendia como importante, e logo algumas falas sobre como era a escola foram saindo (Barcellos Júnior., 2018, p. 48).

Como é possível ver nas considerações do estudo de Barcellos Júnior (2018), as travestis não costumam criar uma visão positiva da instituição escolar, especialmente porque lá tiveram inúmeras experiências de serem vistas em um lugar fora daqueles que lhes foram destinados a elas. Explora o conceito de desaprendizagem para demonstrar que nem toda travesti e transexual tem a prostituição como única fonte de renda. No interior, essas travestis ressignificam suas existências: “inventar novos sentidos em se enxergar sobre si mesma: ora travesti, ora homem, ora mulher, ora alguém, ora ninguém, ora personagem, ora sujeito inventado” (Barcellos Júnior, 2018, p. 95).

Edimilson Cruz (2019) discutiu a prostituição de mulheres trans e travestis em Três Lagoas/MS, explorando as experiências de 20 entrevistadas: 13 travestis e 7 transexuais com idades entre 21 e 40 anos. Em sua pesquisa foi possível identificar que as 20 entrevistadas possuem o seguinte perfil educacional: 5 possuem Ensino Fundamental Incompleto; 1 com Ensino Fundamental Completo; 5 com Ensino Médio Incompleto; 7 com Ensino Médio Completo e 2 cursando Ensino Superior. Observo assim que 75% possuem a conclusão do Ensino Fundamental, 45% o Ensino Médio Completo e 10% chegou ao Ensino Superior.

O autor chega à conclusão de que todas as suas interlocutoras entendem que a escola não é um lugar para pessoas trans e travestis. Esta situação segundo o autor fica mais crítica nas interlocutoras acima de 35 anos: “[...] o que revela as dificuldades e impactos de processos de discriminação sofridos na vida escolar, considerando que quase todas desde a infância e adolescência já demonstravam comportamentos não héteros” (Cruz, 2019, p. 20).

O autor optou por desenvolver uma pesquisa de base qualitativa e etnográfica para a cessar as experiências das travestis que se prostituem nos principais pontos, o da Rodovia Ranulpho Marques Leal, em três Lagoas/MS.

Percebi que o ingresso na rua de prostituição pelas entrevistadas vincula-se, diretamente, com o histórico de vida delas, mesmo cada uma apresentando seus motivos específicos. Suas histórias são bastante parecidas pelo que pude observar e, em geral, estão associadas às mudanças corporais (ainda em construção) que iniciaram na adolescência. As condições socioeconômicas desfavorecidas pela falta de emprego, desfavorecimento, na maioria das vezes, ocasionado por não ter escolaridade e idade para o ingresso no mercado de trabalho formal, com carteira de trabalho assinada, praticamente não deixou alternativa as TTs que entrevistei, a não ser, ingressar na atividade de profissional do sexo, um meio rápido de ganhar dinheiro, sem a necessidade de qualificação educacional e a possibilidade de continuar a ressignificação de seus corpos (Cruz, 2019, p. 187).

Cruz (2019) explora diferentes explicações sobre o envolvimento das travestis e das transexuais de projetos de vida próximo das normatividades tanto nas famílias, quanto nas escolas e nas instituições de emprego.

Considerando os dados educacionais da população investigada por Cruz (2019), é válido trazer o estudo de Sara York (2020). Ela pesquisou os impasses para o acesso e permanência de travestis e transexuais na educação, considerando as pouquíssimas que chegam nesta etapa de formação científica. York (2020) se propõe a fazer um estudo descritivo crítico desconstrucionista a partir da seguinte indagação: “Como alguém, cujo grupo identitário é marcado em 99,98% pela exclusão educacional conseguiu ir tão longe na Educação?” Uma pergunta pertinente se analisarmos que a maioria das trans não concluem a escolarização básica como os dados tem demonstrado.

Para elaborar a proposta de estudo, York (2020) baseou-se também em suas experiências, considerando as políticas de cotas e as condições de produção da permanência de travestis e transexuais na pós-graduação. A autora considera que a presença de corpos travestis e transexuais geram resistência frente às pedagogias tradicionais das escolas e do sistema de pós-graduação *strictu sensu* brasileiro.

York (2020) olha para a construção da universidade e do academicismo a partir de sua inclusão como mulher. Ela destaca que pretende responder ao que uma aluna do 6º ano lhe perguntou: Tia! Você é homem?: “Não, eu não sou um homem, sou

mulher! Mas, estive homem por muitas vezes, sempre levada pelo braço, por outros, para sobreviver a rua, ao frio, a fome e a dor, levada como quem conduz quem não tem vontade própria e escolhe pelo outro” (York, 2020, p. 146).

Ao olhar para inúmeras partes do material construído por York (2020), me lancei também como um corpo que teve inúmeras dificuldades para na universidade permanecer, situação bem mais complicada na pós-graduação. Acreditei que podia dar conta de levar um mestrado, porém observei que precisamos de apoio para dar certo. É muita cobrança que uma vida de trabalho cansativo e no formato que York (2020) entende como uma escravização, é difícil na pós-graduação permanecer.

Outra pesquisa encontrada no ano de 2020 foi a de Ruy Ribeiro (2020), que realizou estudos já conhecidos nos apontamentos de outros estudos aqui levantados também, porém voltou-se para o processo de escolarização de travestis de São Luiz no Maranhão. As experiências de suas interlocutoras trouxeram que a transição de gênero durante o período de escolarização ou quando do retorno a este mesmo espaço por não ter escolarizado na idade da infância e adolescência, traz cenas de exclusão e situações de transfobia que podem refletir na subjetividade de travestis e transexuais. Tais elementos refletem também em projetos de vínculo com o mercado de trabalho no futuro bem como em perspectivas de melhorias da qualidade de vida.

Na mesma direção de Ribeiro (2020), Daniel de Andrade (2020) olhou para os desafios enfrentados por travestis e transexuais paulistas. Segundo Andrade (2020), o sistema escolar propõe oportunidades desiguais entre estudantes cis e estudantes trans. Trouxe a partir das narrativas de suas participantes de pesquisa que as experiências de ser homens trans e mulheres trans são particulares a cada pessoa. No entanto, elas tornam-se coletivas e agem por meio de reproduções sociais quando são lançadas nas interações sociais e na sociedade. Faz essa discussão a partir da história de um homem trans:

Vale ressaltar que a princípio Ceneu não sentiu a necessidade de mudanças externas para se reconhecer como homem, entretanto ao conviver em sociedade esse desejo vai se transformando, o que nos leva a pensar que mesmo de uma forma indireta a sociedade gera uma expectativa nele para que haja uma intervenção em seu corpo, podendo assim ser reconhecido e aceito. Em muitos casos a cirurgia de reaparelhamento genital é essencial para a diminuição ou eliminação do sofrimento psíquico (Andrade, 2020, p. 79).



Andrade (2020) entende que as suas participantes e os seus participantes não tem dificuldades apenas porque as instituições que fazem parte, família e escola, são preconceituosas. Mas, porque tem impedidos e não autorizados o direito de existirem como bem entendem em relação as suas identidades de gênero:

Assim a escola, segue ausentando-se do seu papel de construção de conhecimento e construção de seres críticos, e ocupa o papel de policiamento e controle como é ilustrado pela Afrodite que relata que há um certo prazer da direção em persegui-la e policiá-la dentro da escola esperando assim qualquer deslize para que pudesse puni-la (Andrade, 2020, p. 84).

Nesse sentido, Andrade (2020) entende que a trajetória escolar de estudantes transmasculinos e transfemininas são marcadas por falta de conhecimento da equipe das unidades escolares e pouco esforço desta mesma comunidade para apropriarem-se de assuntos pertinentes ao debate de gênero e de sexualidades.

Ernane Pereira (2020) discutiu a articulação entre a identidade de gênero de pessoas trans e as suas constituições enquanto docentes da educação básica. Pereira (2020) questionou quatro professoras trans sobre os discursos que circulam sobre essas professoras na educação básica. Segundo as narrativas de suas interlocutoras, o autor concluiu que, as professoras apontam que na relação com a comunidade escolar, as pessoas vão aprendendo que não devem acionar as suas ideias tradicionais de sexo, gênero, sexualidades e orientação sexual. Mas estarem dispostas a aprender com as professoras trans a revisão de conceitos e práticas relacionadas a isso para não reproduzirem transfobia.

Clara Ercoles (2020), por sua vez, investigou as trajetórias educacionais de travestis profissionais do sexo de Maringá/PR. A autora entende que a sociedade não somente abomina estes corpos, mas os coloca em situação de expulsão constante por não se construírem nos moldes cisheteronormativos. No entanto, as travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo constroem aprendizagens que as colocam em condição de resistência.

Ercoles (2020) pesquisou duas mulheres trans cuja caracterização segue abaixo:

Carol Melo tem 25 anos, é mulher transexual, negra e é de Barbosa Ferraz/PR. No momento reside em Maringá. Sua profissão é a prostituição. Ela tem o ensino básico completo, ou seja, concluiu até o

fim do ensino médio. Anne tem 50 anos, é mulher transexual, branca e é de Uruguaiana-RS. No momento reside em Paranaíba. Recorreu à prostituição na adolescência. É organizadora do Coletivo LGBTI+ Paranaíba. Ela tem o ensino fundamental I incompleto, concluído até a 3ª série, interrompendo os estudos na 4ª série da antiga seriação do ensino fundamental I (1ª a 4ª série) (Ercoles, 2020, p. 51).

Ercoles (2020) demonstra que a prostituição foi a única maneira dessas mulheres transexuais conseguirem acesso à autonomia de renda. No que se refere a entender o espaço da escolarização e da universidade, Carol e Anne narram para a autora que “[...] podem representar essa ponte ou perpetuar a cultura de expulsão das pessoas trans” (Ercoles, 2020, p. 125).

Fabio de Souza (2021), examinou o processo de exclusão escolar enfrentado por mulheres trans e travestis no Rio de Janeiro. Souza (2021) abordou como a marginalização dessas mulheres começa desde cedo no ambiente escolar, preconceitos e discriminação sistêmica levam à sua expulsão, seja formalmente ou por meio de ambientes hostis que tornam impossível sua permanência.

No presente estudo, Souza (2021) utiliza o termo "orelhões emoldurados" como uma metáfora para destacar como essas mulheres são relegadas ao espaço público de forma indesejada e forçada, sendo afastadas do ambiente escolar que deveria ser um local de inclusão e aprendizado. O estudo também discute as consequências desse processo de expulsão, que vão desde o comprometimento do desenvolvimento educacional até a exclusão social e econômica.

Souza (2021) sublinha a necessidade de reformular políticas educacionais e sociais para criar um ambiente escolar que acolha e respeite as identidades de gênero de todas as estudantes, garantindo que mulheres trans e travestis possam acessar e permanecer na escola com dignidade e segurança.

Samuel Rabelo (2022) investiga a presença e a experiência das mulheres transexuais e travestis no ambiente educacional. Rabelo (2022) analisa como essas mulheres enfrentam um campo educacional que muitas vezes as vem como uma "companhia intolerável", devido ao preconceito, à discriminação e à violência que ainda permeiam as instituições de ensino. A pesquisa destacou como a educação, ao invés de ser um espaço de emancipação, frequentemente reforça as desigualdades e a exclusão dessas mulheres, tanto no aspecto estrutural quanto nas interações cotidianas.

O autor discute as dificuldades que essas estudantes enfrentam para serem reconhecidas e respeitadas em suas identidades de gênero, o que compromete seu direito à educação e à cidadania plena. Além disso, o trabalho explora as implicações psicológicas desse cenário de exclusão, bem como as estratégias de resistência que essas mulheres adotam para sobreviver e afirmar sua existência em um ambiente hostil. O estudo conclui enfatizando a importância de transformar o campo da educação em um espaço verdadeiramente inclusivo, que respeite e valorize a diversidade de gênero, e que acolha as mulheres transexuais e travestis como sujeitos plenos de direitos.

Rosilaine Silva (2022), explora as experiências e desafios enfrentados por estudantes travestis e transexuais no contexto do ensino superior. Analisa as trajetórias desses estudantes na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), destacando as barreiras sociais, acadêmicas e institucionais que dificultam sua permanência e sucesso acadêmico.

Silva (2022) investiga como a discriminação e a falta de políticas inclusivas impactam essas trajetórias, levando muitas vezes à evasão escolar ou ao comprometimento do desempenho acadêmico. A pesquisa também discute as estratégias de resistência e resiliência adotadas por essas pessoas para superar os obstáculos impostos por um ambiente universitário que ainda não está plenamente preparado para acolher a diversidade de gênero. Ao final, o estudo aponta para a necessidade de mudanças institucionais que promovam a inclusão e o respeito às identidades de gênero, além de destacar a importância de políticas afirmativas e de apoio psicológico e social para garantir que estudantes travestis e transexuais possam exercer plenamente seus direitos à educação e à cidadania.

Antonella de Lima (2023), investiga a exclusão das mulheres travestis no ambiente escolar, com ênfase nas questões relacionadas à corporeidade e identidade de gênero. Discute como o sistema educacional, que tradicionalmente opera sob normas cisnormativas e heteronormativas, não leva em consideração as particularidades dos corpos das mulheres travestis. Isso acaba por gerar práticas de exclusão, discriminação e violência simbólica. O estudo examina como as normas rígidas de gênero, juntamente com a ausência de políticas educacionais inclusivas, contribuem para a marginalização dessas mulheres, restringindo suas oportunidades de aprendizado e integração no ambiente escolar. Além disso, o trabalho aborda as

consequências psicológicas e sociais dessa exclusão, sublinhando a importância de uma abordagem pedagógica que valorize a diversidade corporal e identitária.

Lima (2023) enfatiza a necessidade urgente de transformar o ambiente educacional em um espaço mais acolhedor e inclusivo, que não apenas aceite, mas também celebre a presença e a diversidade das mulheres travestis, reconhecendo-as como sujeitos plenos de direitos e dignidade.

Mariana Costa (2023), pesquisa as representações sociais que um grupo de professores e professoras da rede pública de Belo Horizonte têm sobre alunas travestis e transexuais. O estudo examina como as concepções cisnormativas, ou seja, a normalização da identidade cisgênera, influenciam as práticas pedagógicas e as relações educacionais dentro das escolas, afetando diretamente a experiência escolar dessas alunas. Costa (2023) analisa como os preconceitos e estereótipos perpetuam a exclusão e a marginalização dessas estudantes, muitas vezes limitando seu acesso à educação de qualidade e dificultando sua integração no ambiente escolar.

Costa (2023) ressalta a necessidade de formação docente que aborde a diversidade de gênero de forma crítica e inclusiva, promovendo uma educação que reconheça e respeite as identidades de todas as alunas. Em última análise, o trabalho sublinha a importância de políticas educacionais que combatam a transfobia e que favoreçam a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e igualitário para alunas travestis e transexuais.

Kylderi Domingos (2023), investiga a realidade vivida por mulheres trans e travestis dentro do sistema prisional do Rio de Janeiro, com um foco especial nas questões educacionais. Expõe como a exclusão social, o preconceito e a discriminação estrutural perpetuam a marginalização dessas mulheres, limitando severamente seu acesso à educação e, conseqüentemente, à sua formação humana. Além de discutir os desafios impostos por um ambiente prisional hostil, o estudo analisa as iniciativas de educação sistematizada disponíveis para essa população, questionando a eficácia dessas ações frente às necessidades específicas das detentas trans e travestis. O trabalho sublinha a importância de políticas públicas que vão além do simples oferecimento de programas educacionais, mas que também promovam uma transformação social, garantindo inclusão, respeito à diversidade e o fortalecimento da cidadania para essas mulheres. Por fim, reforça a urgência de se criar estratégias que considerem as particularidades dessa população, visando à

construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e emancipador dentro das instituições prisionais.

### 1.3.2 Teses

Das 14 teses de doutorado levantadas no Catálogo, foram definidas 10 por se tratar de travestis, transexuais e educação.

**Quadro 3 – Teses eleitas no Catálogo do CAPES**

Autoria	Título	IES	Ano
Alves, Claudio Eduardo De Resende	Um nome sui generis: implicações subjetivas e institucionais do nome (social) de estudantes travestis e transexuais em escolas municipais de Belo Horizonte/MG	PUC MG	2016
Molina, Luana Pagano Peres	“Vamos por Más”: O Bachillerato Popular Mocha Celis na experiência educacional das travestis e transexuais em Buenos Aires/Argentina	UFSCAR	2017
Casteleira, Rodrigo Pedro	(Des)pregamentos e táticas nos cotidianos narrados por travestis: desalojamentos nos espaços prisionais como modos de (r)existências'	UEM	2018
Silva, Fernando G. O. da	Vidas precárias de estudantes trans: educação, diferenças e projetos de vidas possíveis	UEM	2019
Matos, Camila Saraiva De.	Narrativas de travestis em situação de rua: cultura, educação e sexualidade.	UFCE	2021
Lima, Tatiane Da Silva	O acesso de transexuais e travestis à educação superior	UFMS	2023
Costa, Maria Aparecida Alves Da	Educação e docência da travesti Leticia Carolina Pereira do Nascimento (2007-2018)	UECE	2023
Duarte, Jessyca Barbosa	Transpassando os limites da educação: os significados do acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras'	UFCE	2023
Silva, Gabriela Da	(Trans)trajetórias de vida e de escolarização de travestis e transexuais no contexto da educação de jovens e adultos em Santa Catarina'	UFSC	2023

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Observa-se um aumento dos estudos das teses de doutorado sobre a presença de travestis e transexuais nos processos de escolarização. Abaixo, fizemos uma discussão sobre os objetivos, os aspectos metodológicos e os principais resultados que tais estudos trouxeram para o campo de estudos e discussões sobre travestis, transexuais e educação. Porém, é válido considerar que a plataforma Sucupira destacou que alguns estudos não possuem divulgação autorizada, como é o caso de: Luana Molina (2017); Camila Matos (2021) e Maria Aparecida Costa (2023). O que nos levou a caracterizar sete estudos com os textos de acesso disponível na plataforma acessada.

Em **Um nome sui generis: implicações subjetivas e institucionais do nome (social) de estudantes travestis e transexuais em escolas municipais de Belo Horizonte/MG**, Claudio Alves (2016) construiu uma tese de doutoramento em Psicologia investiga os processos de subjetivação de docentes, discentes e funcionários administrativos de duas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte/MG, focando na influência da legislação municipal sobre o nome social e a presença de estudantes travestis e transexuais no ambiente escolar.

O nome social é aquele pelo qual travestis e transexuais preferem ser chamados, pois reflete sua identidade de gênero, diferente do nome civil. Utilizando a metodologia de análise documental, foram analisadas a Resolução CME/BH Nº 002/2008 e o Parecer CME/BH Nº 052/2008, que legitimam o uso do nome social nas escolas municipais. Essas legislações visam garantir o direito ao acesso, permanência e educação de qualidade para todos, independentemente da identidade de gênero e orientação sexual.

Teoricamente, a tese se baseia em estudiosos pós-estruturalistas de gênero, que analisam as masculinidades e feminilidades pela diversidade e assimetria nas relações de poder, onde o nome social é um dispositivo de identificação de gênero. A pesquisa de campo incluiu observação participante, rodas de conversação e entrevistas semiestruturadas com profissionais de educação e duas estudantes trans. O uso do banheiro escolar por estudantes trans foi analisado como um efeito secundário do nome social, e o nome social foi identificado como uma estratégia linguística fluida e transgressora. A tese conclui que a política pública educacional investigada é insuficiente para preencher as lacunas entre a legislação e a prática social, evidenciada pela diminuição no número de estudantes trans matriculados ao longo do processo investigativo.

Alves (2016) utilizou como estratégia inicial para delimitação do campo, a leitura crítica de alguns documentos públicos municipais que tratam da temática. Assim foi utilizada a metodologia da análise documental, onde o pesquisador utiliza documentos com o objetivo de extrair dados, informações, para subsidiar sua análise. Ademais, a metodologia utilizou procedimentos, organizou e categorizou informações, para elaborar as sínteses.

Para o autor, a aplicação desse procedimento metodológico tem como objetivo a interpretação das informações de modo a evidenciar indicadores que permitam inferir sobre outras realidades, além das contidas no documento (Bardin, 1977).

Portanto, a metodologia de análise documental apresenta um importante potencial investigativo, segundo o qual serão desenvolvidas categorias analíticas, eixos de discussão e correlação com a prática social. Elegemos as seguintes categorias para análise dos documentos: 1. Contexto histórico e sociopolítico; 2. Autoria dos documentos; 3. Autenticidade, confiabilidade e natureza do texto; e 4. Conceitos-chaves e estrutura lógica do texto.

Alves (2016), informa que três meses após a pesquisa de campo, ele foi informado que a estudante Sofia/Tomar havia abandonado a sala de aula novamente. O autor disse que ao manter contato com a escola, foi informado que a aluna não foi encontrada e que tentaram manter vários contatos com ela e todas foram sem sucesso, mas, uma outra estudante disse a coordenadora que Sofia/Tomar havia se mudado para a região metropolitana de Belo Horizonte.

Rodrigo Casteleira (2018), em sua tese intitulada **(Des)pregamentos e táticas nos cotidianos narrados por travestis: desalojamentos nos espaços prisionais como modos de (r)existências'**, analisou narrativas de quatro travestis que passaram pelo sistema prisional, com diferentes durações de encarceramento, para discutir suas formas de resistência. As entrevistadas foram acessadas através de conexões diversas, como amizades em comum, redes sociais ou telefonemas, refletindo um campo aberto e flexível.

A análise busca entender a categoria "travesti" através das autoras travestis e suas autodeterminações, configurando uma espécie de autobiografia guiada por um roteiro semiestruturado. A ligação entre elas se dá pelo acesso ao sistema prisional e pelas formas encontradas para sobreviver ao encarceramento, elaboradas no cotidiano como táticas de resistência.

A tese foca nas práticas comuns dessas travestis, interpretadas como uma "educação menor", que resiste à educação formal e cria fissuras dentro do sistema hegemônico. Essas travestis, vistas como "monstros" pela sociedade, desenvolvem táticas de sobrevivência que incluem afetos inesperados, como aqueles de alguns homens dentro do sistema prisional, desafiando masculinidades e promovendo sobrevivência através das diferenças.

O objetivo da pesquisa foi colher narrativas de travestis que passaram pelo sistema prisional para tentar dar corpo às suas vivências cotidianas. O pesquisador se desdobrou no tempo das pessoas, que ora estão alegres, ora estão um porre. Nesse caso, as travestis que fizeram uma narrativa de si, de suas vivências, seus

modos de educação, propondo para si que a realidade cotidiana fosse o mais vivível possível. A pesquisa trabalha com discussões pós-coloniais e decoloniais que tensionam o papel da linguagem deformadora da originalidade cultural, bem como as relações de classe, etnia e identidades em confronto ao que as nações colonizadoras praticaram historicamente.

Casteleira (2018) utilizou-se de narrativas de quatro travestis que passaram pelo sistema prisional, com tempos diferentes de permanência, buscando trazer discussões sobre os modos de resistências efetuados por cada uma delas. Os dados foram colhidos por entrevistas, por amizades em comum, por redes sociais e telefonemas.

Casteleira (2018) entrevistou Mariê, que foi a segunda entrevistada (no dia 21 de fevereiro de 2018) na cidade de Maringá-PR. Ela pediu para ser demarcada com o seu nome, quis ser reconhecida “não para aparecer... preciso ser citada” (Mariê). Essa entrevistada era amiga em comum de uma Travesti chamada Naomi Neri, e o pesquisador a conheceu no Grupo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX) que da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O contato com Mariê foi pelo Facebook (ferramenta virtual de relacionamento). Segundo Casteleira, Maitê estava reticente para participar da pesquisa com o seguinte pensamento: quem quer chutar cachorro morto? Mariê tinha 20 anos, era branca, travesti desde a infância e estudou até o segundo ano do ensino médio em um colégio público na cidade de Sarandi, cidade próxima a Maringá.

Ela já hormonizou seu corpo, porém, agora não mais.

[...] Já ouvi muitas mulheres trans, chega pra mim e fala: "aí, não tenho a leitura de você como mulher trans porque você não se hormoniza" qual a obrigação do meu corpo ser hormonizado? Se tem uma leitura minha assim, imagina da Linn da Quebrada, entendeu?... e a gente não precisa se hormonizar, entendeu? A gente não precisa disso [...]  
(Mariê).

Seu contato com corpos e identidades como a de Linn da Quebrada acabam por corroborar as noções identitárias de si sem a necessidade da hormonização, mesmo com a cobrança ou o não reconhecimento de outras travestis. Sua presença, conforme ela, não deveria ocupar determinados espaços, como a escola, a solução encontrada é hackear esses mesmos espaços (Casteleira, 2018, p. 46).

Casteleira (2018), afirma que Maitê foi presa porque ela e alguns amigos, ficaram sabendo que acabou a comida da escola, fizeram um rateio mas levantaram



pouco dinheiro, assim, resolveram ir até um supermercado e furtar alguns mantimentos para levar para escola. Ao chegarem no supermercado uma travesti acompanhada de um monte de pessoas, logo os vigilantes já ficaram atentos e constataram que elas estavam furtando produtos da loja, foi quando Maitê foi presa, apesar de Maitê ter ficado presa não por muito tempo (segundo a entrevista mais de 24 horas), ela percebeu que seu corpo travesti já era discriminado.

Apesar de não ter ficado presa na delegacia por mais de 24 horas, Mariê pôde perceber a mensuração de seu corpo e identidade travesti, as aferições, deboches e coações. Não apanhou como as demais pessoas junto dela, no entanto, a policial, a todo o momento, revelava o nojo pela sua presença quando afirmava que não a tocava, e o deboche pelo uso do short bem curtinho, segundo relata Mariê: “você veio de shortinho curto pra dá o cu mais rápido? Tá de shortinho curto pra dá o cu mais rápido né. Adora dá um cuzinho né?”. Uma outra travesti também foi enquadrada, mas apanhou por tentar corrigir o uso do masculino quando falaram de Mariê, além do fato de ser preta: “Apanhou pra carai, porque ela é preta, entendeu?” (Casteleira, 2018, p. 48).

Na narrativa de 3.1.2 Nanda Soares, o autor diz que Nanda Soares (pseudônimo), foi a última entrevistada, ficou presa quase dois meses. Casteleira (2018), conheceu Nanda pelas redes sociais, onde uma Professora Universitária chamada Megg que também era travesti, disposta ajudar nas conexões de pesquisa, fez a ponte para o contato com Nanda.

Na sequência, encontrou-se nesta mesma instituição a pesquisa a de Fernando Silva (2019). Intitulada **Vidas precárias de estudantes trans: educação, diferenças e projetos de vidas possíveis**, essa pesquisa ocorreu na área da educação com foco em vidas que se constroem de maneira diferente, particularmente aquelas que fazem parte do universo trans (travestis, transexuais e transgêneros). Essas vidas, conforme Marcos Benedetti, são marcadas pela diferença na construção do gênero feminino e expressam subjetividades desvinculadas dos padrões heteronormativos.

O objetivo da pesquisa é reviver memórias de escolarização de estudantes trans na Microrregião de Andradina/SP, Oeste Paulista, e na Microrregião de Três Lagoas/MS, Leste Sul Mato-grossense. A pesquisa busca tensionar essas memórias para analisar discursos sobre ser trans como um acontecimento que poderia ajudar a compreender processos de transição feminina na escola e na família, reconhecimento

da diferença e locais de apoio nas Organizações da Sociedade Civil e movimentos sociais, além de entender a precarização de suas vidas.

Metodologicamente, a pesquisa utilizou de uma abordagem pós-crítica em educação, posicionando-se a favor de uma educação mais justa, humana e libertária. A metodologia inclui o uso de entrevistas semiestruturadas para coleta de dados e é organizada a partir do método arqueológico com foco no discurso. Os cenários de pesquisa são dois locais que promovem ações voltadas para pessoas LGBTQ+: a OSC Serviço de Esperança e Incentivo à Vida Agora (SEIVA) em Andradina/SP e a Associação Trêslagoense de Gays, Lésbicas e Trans (ATGLT) em Três Lagoas/MS.

O pesquisador entrevistou quatro pessoas trans: Angélica, Gabrielly e Luna (indicadas pela SEIVA) e Nicole (indicada pela ATGLT), todas atualmente vinculadas a instituições educacionais. As participantes compartilharam experiências que podem representar formas de enfrentamento de uma vida precária durante a escolarização básica, permitindo comparações com o atendimento escolar atual.

Os resultados apontam para a possibilidade de pensar as vidas trans em um novo espaço-tempo, considerando que suas experiências passadas e presentes podem promover uma educação voltada para a criação de novos projetos de vida. Se a educação puder representar um local de proteção e preservação de vidas trans, ela pode significativamente impactar os processos de precariedade enfrentados por essas pessoas.

O objetivo da pesquisa foi baseado na obra *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault (1972), onde o autor apresenta o conceito de “acontecimento” com uma série de situações dispersas no espaço/tempo. O pesquisador Silva (2018) interrogou a atualidade de vidas trans que já nascem com marcas precarizadas. O pesquisador questionou como foi o processo de transformação durante a escolarização reconhecendo as experimentações no campo das diferenças no ambiente escolar, nas suas famílias e em demais locais que as memórias trans acionem. Silva (2018) pautou-se no objetivo geral cunhado na busca de problematizar memórias discursivas durante processos de escolarização, buscando experiências de relações entre a subjetividade e o reconhecimento de sua diferença, inclusive de situações no ambiente escolar que precarizam vidas trans.

Como objetivos específicos o pesquisador Silva (2018), inteligir acontecimentos sobre educação, reconhecimentos da diferença e situações escolares que expressam a precariedade de vidas; problematizar se os enquadramentos trans nas escolas, no

ambiente familiar foram pautados de responsabilidades; investigar a possibilidade de preservação de vidas trans nas escolas; e por fim, gerar debates sobre as possibilidades de movimentação da sociedade civil e movimentos sociais na emancipação de pessoas trans.

Silva (2018), afirma que metodologicamente, lançou mão de uma série de procedimentos ligados à abordagem pós-crítica das pesquisas em educação. Teórica e politicamente nos posicionamos a favor de uma educação mais justa, humana e libertária, o que nos leva a elaborar instrumentos renovados de busca por apreender como vidas trans aparecem nos contextos escolares. Organizamo-nos a partir do método arqueológico com o enfoque no discurso. Como procedimento de coleta de dados, utilizamos a técnica da entrevista semiestruturada.

Os cenários de pesquisa foram dois locais promotores de ações voltadas para pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Uma se refere à OSC da área da saúde, localizada na microrregião de Andradina/SP, o Serviço de Esperança e Incentivo à Vida Agora, e, quanto à outra, trata-se de um movimento social organizado junto à Microrregião de Três Lagoas/MS, a Associação Trêslagoense de *gays*, lésbicas e trans.

Situamos nosso estudo, enquanto abordagem teórico-metodológica e ético-política no campo educacional, no que Dagmar Meyer e Marluce Paraíso (2014) caracterizam como pesquisas 'pós-críticas'. Afirmam que a utilização de metodologias de pesquisas adjetivadas como 'pós-críticas' causam estranhamento, pois se trata de modos de interrogar a realidade, movimentando-se com afastamento de definições rígidas, de essências, de convicções, de verdades que se dizem universais. No caso de nossa pesquisa, causamos deslocamentos de uma sociedade que disciplinariza por meio de verdades universalizantes o sexo, o gênero e a sexualidade como dado natural (Silva, 2019, p. 45).

Paraíso (2014, p. 28-29) fundamenta que o uso de teorias pós-críticas baseia-se nos seguintes pressupostos:

[...] primeiro, nosso tempo vive mudanças significativas em educação [...]; em segundo lugar, que educamos e pesquisamos em um tempo diferente[...]; [...] em terceiro lugar, que as teorias, conceitos e as categorias que podem explicar as mudanças na vida, na educação e nas relações que nela estabelecemos são outros; [...] em quarto lugar, que a verdade é uma criação ou uma invenção [...]; [...] em quinto lugar, com o pressuposto de que o discurso tem uma função produtiva naquilo que diz. [...] em sexto, o sujeito é efeito das linguagens [...]; em sétimo, em diferentes artefatos, estão presentes relações de poder de

diferentes tipos [...]; por fim, a diferença é o que vem primeiro e é ela que devemos fazer proliferar em nossas pesquisas.

Tais histórias refletiram sobre a transição feminina na época de escolarização, sobre o apoio familiar e o tratamento escolar adequado à construção feminina de gênero que poderia provocar projetos de vidas possíveis e/ou demarcados por estratégias de apagamento de suas existências, indicativos de que tais vidas podem não importar ou são precárias, como aduz a perspectiva teórica de Butler (2015a) usada pelo autor.

Nesse sentido, Silva (2019) afirma que,

A presente pesquisa oportunizou a mim, discente pesquisador, conhecer uma arqueologia de construção de um modo de ser diferente das referências heteronormativas já vistas. Caracterizo como arqueologia porque as trans apresentam dados significativos dos seus modos de vida por meio de discursos, memórias, experiências, enfim, narrativas de acontecimentos que requerem visibilidade. Mesmo que parte do grupo, elas não estão vinculadas a movimento sociais que cobram reconhecimento. Acredito que construir essa arqueologia a partir de suas demandas, permitirá conhecer como elas pertencem aos locais de decisão que permitam o seu acesso a oportunidades sociais. Se elas não ocupam pautas que ampliam oportunidades sociais, conseqüentemente elas não fazem parte de locais de decisão, não estão nas pautas de decisão, não são preocupação de ninguém, então (Silva, 2019, p. 151).

O estudo de Tatiane Lima (2023), por sua vez, discutiu **O acesso de transexuais e travestis à educação superior**. A presente pesquisa investiga as estratégias do Estado, movimentos de transexuais e travestis, e universidades federais para promover o acesso de transexuais e travestis à educação superior no Brasil entre 2003 e 2016. Especificamente, a tese contextualiza as condições sociais, históricas e políticas que influenciam esse acesso, explora a democratização da educação superior durante os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), e analisa como essas estratégias ajudam a democratizar o acesso para esse grupo. Utilizando o materialismo histórico-dialético e a teoria de justiça social de Nancy Fraser, a pesquisa foi realizada por meio de análise documental e bibliográfica.

As fontes incluem produções acadêmicas, notícias, políticas de educação superior, documentos normativos e dados quantitativos sobre o uso do nome social no ENEM. Os resultados destacam estratégias como visibilidade positiva, cursinhos trans, pesquisas quantitativas, regulamentação do nome social no ENEM e cotas em

universidades públicas. Essas medidas afirmativas reconhecem as identidades e podem democratizar o acesso, mas também evidenciam as condições discriminatórias e excludentes existentes no Brasil, que ainda não são suficientes para incluir e beneficiar todos, nem transformar as estruturas que geram desigualdades.

Lima (2023) teve como objetivo geral investigar as estratégias engendradas pelo Estado, pelos movimentos de transexuais e travestis e pelas universidades públicas para promover o acesso de transexuais e travestis à educação superior no Brasil, no período de 2003 a 2016. Em seguimento, os objetivos específicos foram contextualizar as condições sociais, históricas e políticas que interferem no acesso de transexuais e travestis à educação superior; explorar a democratização do acesso à educação superior durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e de Dilma Rousseff (2011 - 2016); e analisar como as estratégias engendradas pelos movimentos, pelo Estado e pelas universidades públicas contribuem para democratizar o acesso para transexuais e travestis à educação superior.

Em relação à metodologia do estudo de Lima (2023), utilizou os preceitos do materialismo histórico-dialético, mas com foco na teoria de justiça social de Fraser, nos propomos a investigar as estratégias engendradas pelo Estado, pelos movimentos de transexuais e travestis e pelas universidades públicas para promover o acesso de transexuais e travestis à educação superior no Brasil, no período de 2003 a 2016. Primeiro objetivamos sistematizar porque esse grupo, enquanto uma coletividade cuja identidade de gênero é seu modo de diferenciação, requer ações específicas, quais suas reivindicações e como se mobilizam politicamente.

Após apresentar as injustiças econômicas e culturais que interferem no acesso à universidade, exploramos o contexto da educação superior para discutir se as políticas implementadas durante os governos de Lula e de Dilma incluem as pessoas transexuais e travestis, e compreender por que as estratégias foram elaboradas. Por fim, identificamos as estratégias engendradas pelo Estado, pelos movimentos sociais e pelas universidades públicas, e as analisamos como contribuem para democratizar o acesso desse grupo à educação superior.

Para este estudo de abordagem qualitativa, Lima (2023) utilizou a coleta de dados envolveu pesquisa documental e bibliográfica. Como desde o início da pesquisa tínhamos clareza de que havia pouca bibliografia sobre o acesso de transexuais e travestis à educação superior, a autora partiu das produções que investigam contextos para além do acesso, e, conjuntamente, acessou outros dados para o estudo, como

os dossiês elaborados e divulgados no site da ANTRA sobre a violência e a prostituição de transexuais e travestis no Brasil. Como o objeto de estudo foi se estruturando conforme o avanço da pesquisa, haja vista sua dinamicidade, complexidade e ausência de respostas prévias e fixas, partindo das contribuições do referencial teórico, da revisão de literatura e de documentos e políticas, a autora assinalou que teve como fontes de informações notícias em mídias sociais que fornecessem mais evidências para o desenvolvimento do estudo.

Lima (2023), aborda a questão da “A (não) inclusão de transexuais e travestis”, e relata que no governo de Lula a aproximação entre o governo e os movimentos sociais foram muito satisfatórias, “nesse período, algumas demandas dos movimentos de transexuais e travestis se concretizaram em planos, programas, resoluções e portarias, tanto na área da saúde quanto na área educacional” (Lima, 2023, p.97).

Em 2023, também foi possível acessar à pesquisa de Jessyca Duarte (2023), intitulada **Transpassando os limites da educação: os significados do acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras, desenvolvida na Universidade Federal do Ceará (UFC)**. Esta pesquisa explora o significado do acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras que participaram do programa preparatório para o Enem chamado Transpassando, vinculado à Universidade Estadual do Ceará (UECE). Os objetivos específicos incluem investigar as trajetórias dessas pessoas no sistema de educação básica, analisar os principais desafios para o acesso ao ensino superior, identificar ações afirmativas direcionadas a elas, e observar os princípios que guiam o programa Transpassando.

Participaram da pesquisa seis pessoas, sendo quatro da população T e duas cisgênero. O estudo foi qualitativo e discutiu categorias como sexo, gênero, ensino superior e acesso. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e entrevistas semiestruturadas com os participantes. A análise dos dados utilizou a História Oral, valorizando as falas dos entrevistados para retratar suas vivências.

Os resultados indicam que a busca pelo ensino superior vai além da ascensão social, funcionando como uma estratégia para mudar a cultura transfóbica e elitista desse nível de ensino. A presença de pessoas T nas instituições de ensino superior provoca questionamentos e debates que podem levar à transformação. O princípio que norteia as ações do Transpassando é o acesso, que não se resume apenas ao ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Para Duarte (2023), a trajetória escolar desse grupo não pode ser resumida apenas aos preconceitos e violações na escola, pois outras esferas da vida social também os fragilizam. O mercado de trabalho, os vínculos familiares, as questões identitárias e a consubstancialidade entre classe social, gênero e raça/etnia se entrelaçam, impondo obstáculos não apenas para a conclusão dos estudos, mas também para a sobrevivência desses indivíduos.

Nesse sentido, compreendemos que para que o público T acesse o ensino superior, principalmente as IES públicas, é necessário que existam políticas públicas e estudantis para dar suporte aos/as alunos/as que estejam em vulnerabilidade social e econômica; além disso, o combate à transfobia e outras formas de preconceito deve ser uma luta constante da sociedade, estando presente nas escolas e universidades, a fim de que as diferentes expressões e identidades de gênero sejam respeitadas para a sobrevivência desses indivíduos (Duarte, 2023, p.161).

Para a autora:

os direitos de lésbicas, gays, travestis, transgêneros, bissexuais, intersexos eram vistos pelo referido governo como privilégios, que colocariam esse grupo em vantagem em relação ao restante da população. Tal pensamento de teor conservador representa a classe dominante brasileira, sendo expressão deletéria do sistema heteropatriarcal-racista e capitalista. A marginalização do segmento LGBTQIA+ e a sua exclusão em importantes pastas do governo reforçou a desproteção e desvelou o ódio e a intolerância do Estado com as diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. A LGBTQIA+fobia parecia, assim, ter sido institucionalizada (Duarte, 2023, p.177).

Duarte (2023), afirma que em 2023, concluímos esta tese com uma nova perspectiva, marcada pelo fim do governo Bolsonaro e o início do terceiro governo Lula, trazendo maiores possibilidades de resistência e acesso às políticas sociais essenciais para a sobrevivência de milhões de brasileiros. Uma das primeiras medidas do novo governo foi a reformulação do extinto Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQIA+. Este Conselho acompanha propostas legislativas que impactam a população LGBTQIA+, além de monitorar e avaliar as ações do governo relacionadas a esse grupo. As discussões sobre os direitos dessa comunidade voltam à visibilidade e retornam à arena política.

Por fim, o filtro das teses sobre travestis, transexuais e educação, possibilitou encontrar o estudo de Gabriela da Silva (2023) intitulado **(Trans)trajetórias de vida e**

**de escolarização de travestis e transexuais no contexto da educação de jovens e adultos em Santa Catarina**, apresentada junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A tese é parte do Programa de Educação da UFSC, na linha de pesquisa Sujeitos, Processos Educativos e Docência (SUPED). Ela se desenvolve teoricamente, metodologicamente e praticamente a partir da inserção no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (EPEJA) e de interações com movimentos sociais de travestis e transexuais, destacando leituras e referências a pensadoras travestis e transexuais.

Nesse contexto, o pensamento decolonial é explorado como uma teoria e prática política pedagógica insurgente para re-existir e sobreviver. O problema de investigação da tese é entender quais significados são expressos na vida cotidiana de travestis e transexuais a partir de suas experiências de escolarização, especialmente na Educação de Jovens e Adultos. O objetivo principal é compreender esses significados a partir das experiências vividas na escolarização.

A pesquisa adota uma perspectiva qualitativa, focada na análise de contextos expressos em produções escritas. Foram utilizados um questionário sociocultural identitário e a escrita de uma carta-corpo produzida por quatro autoras-participantes como instrumentos de coleta de dados. A pesquisa debate como a cisheteronormatividade serve como chave de compreensão do sistema normativo moderno/colonial de gênero, que se baseia na matriz colonial de poder, reproduzindo a lógica binária homem/mulher para dominação, exploração, controle e regulação de corpos, identidades e subjetividades.

Ao mesmo tempo, a cisheteronormatividade controla e nega tais corporalidades e identidades, silenciando as pluridiversidades de vivências, experiências e saberes. Os resultados indicam que há pessoas que resistem e sobrevivem a esse sistema. As cartas-corpo revelam que as experiências vividas e as vozes insurgentes constroem percepções de gênero e de educação. As autoras-participantes narram suas existências e as estratégias pedagógicas enfrentadas para se afirmarem, denunciando o sistema de subordinação, inferiorização e indiferença na escola e na vida cotidiana, e buscando estratégias de transgressão, resistência e empoderamento.

Silva (2023), apresenta sua metodologia utilizada em sua pesquisa. Trata-se de uma pesquisa de perspectiva qualitativa, com foco nas análises de contextos expressos nas produções escritas. Como instrumento de coleta de dados, foram



utilizados um questionário sociocultural identitário e a escrita de uma carta-corpo produzida pelas quatro autoras- participantes.

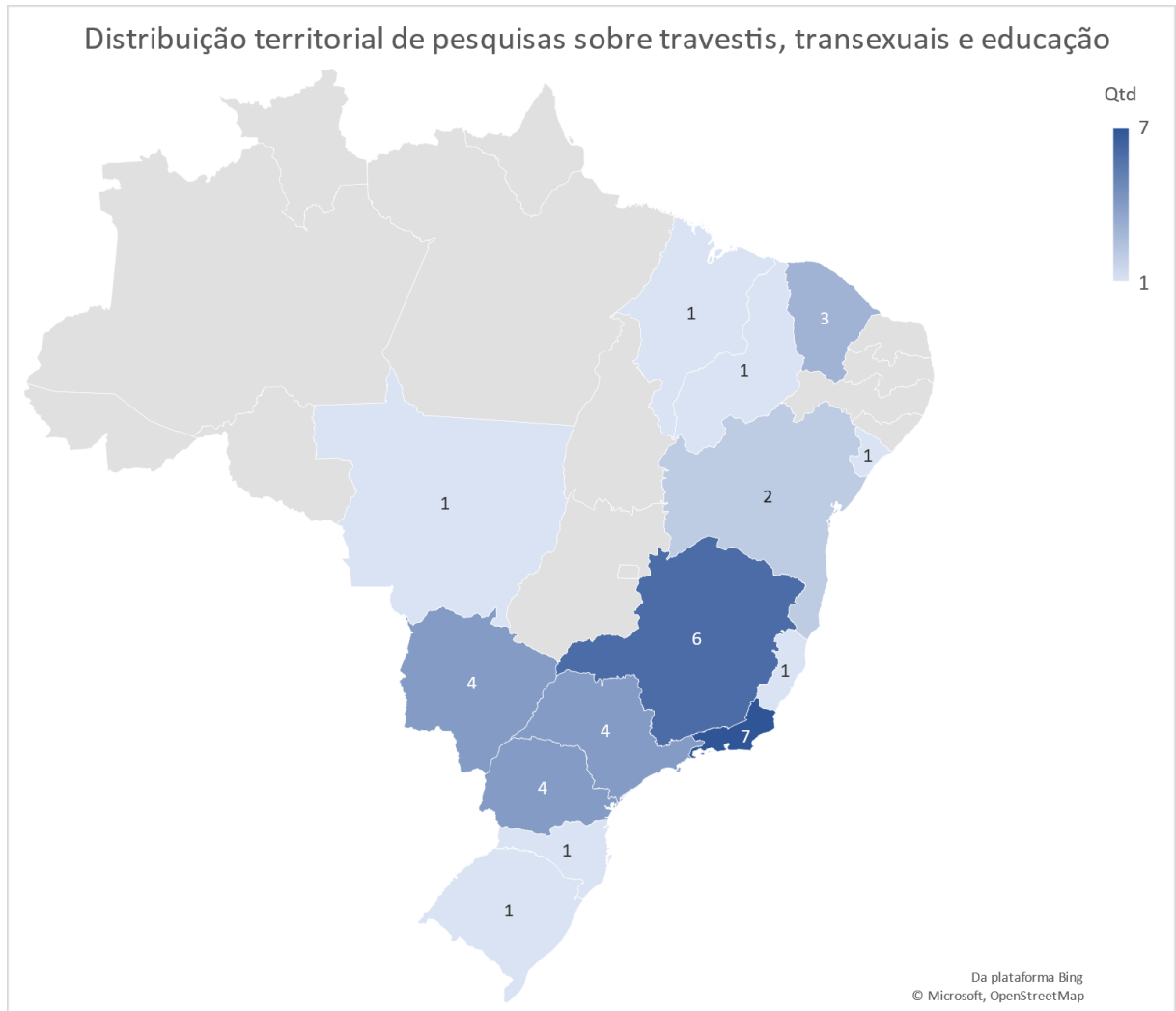
Na pesquisa, a autora debate de que forma a cisheteronormativa é utilizada como chave de compreensão para pensar o (CIS)tema normativo moderno/colonial de gênero, que se funda a partir da matriz colonial de poder, tendo na produção do saber, viver, sentir e existir a reprodução da lógica binária homem/mulher como um instrumento de dominação, exploração, controle e regulação de corporalidades, identidades e subjetividades. Ao mesmo tempo que controla e nega tais corporalidades e identidades, inviabiliza e silencia as pluridiversidades de vivências, experiências, saberes e outros.

Os resultados da tese indicam que há pessoas que (re)existem e (sobre)vivem a esse (CIS)tema. As cartas-corpo permitem apontar que as experiências vividas e as vozes insurgentes constroem suas “cosmopercepções” de gênero e de educação. As autoras-participantes narram suas existências, práticas e estratégias pedagógicas que tiveram que enfrentar para conseguirem ser mais para si, anunciando e denunciando o (CIS)tema de subordinação, inferiorização e indiferença que precisaram enfrentar na escola e na vida cotidiana, buscando estratégias de transgressão, de resistência e de empoderamento.

Silva (2023), conclui que o texto reflete sobre a sua contribuição para a produção de conhecimentos a partir das experiências vividas de travestis e transexuais, interligadas aos movimentos sociais, com o objetivo de decolonizar a pesquisa acadêmica. A autora buscou uma abordagem transgressiva e aliada com suas "irmãs" transgêneras, enfocando os saberes e as práticas de vida das participantes. Essa perspectiva permitiu ver a escola como uma prática e estratégia para compreender a realidade, valorizando e reconhecendo as experiências vividas como significativas para aprender sobre o outro. Isso visa aprofundar a discussão e a reflexão em sala de aula.

A junção das dissertações e das teses analisadas retornou o seguinte mapa de concentração dos estudos e pesquisas sobre travestis, transexuais e educação.

Figura 1. Mapa com estudos



Fonte: elaborada pela autora, 2024.

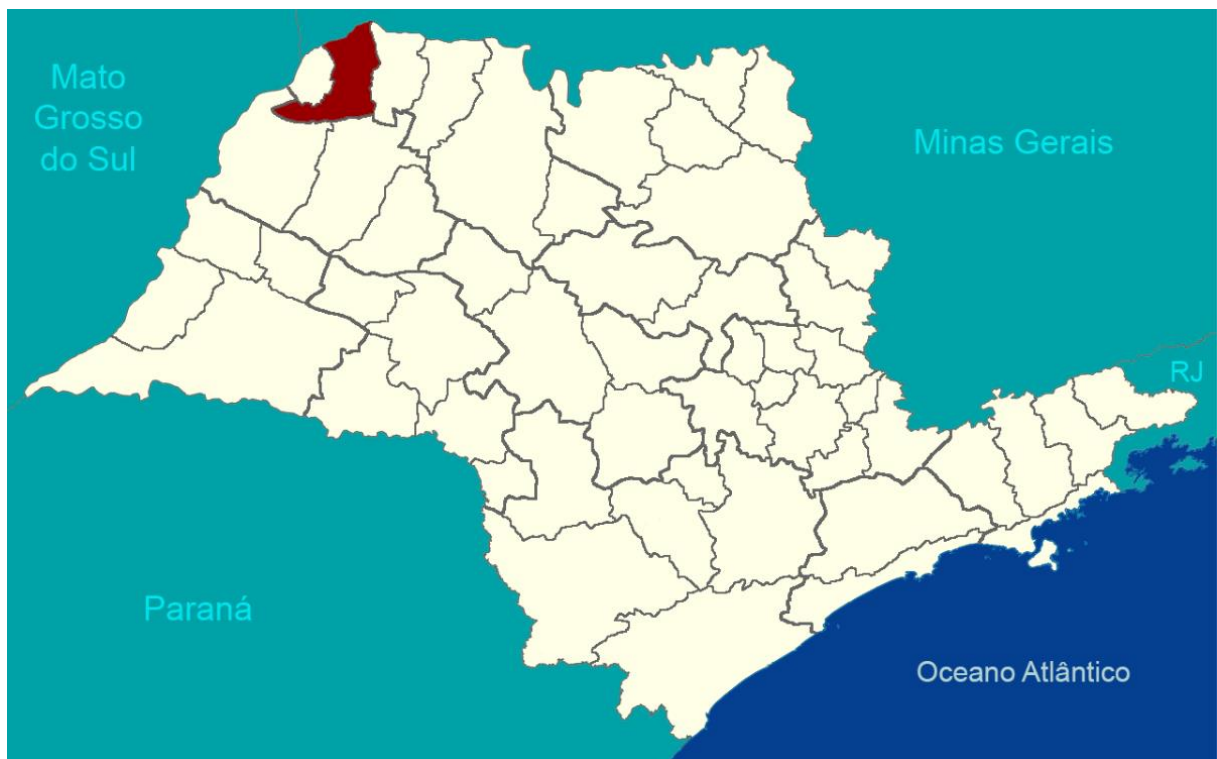
Com este mapa, pode-se afirmar que a maior parte dos estudos se concentram na região Sudeste como são os casos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. No entanto, notamos que São Paulo (Região Sudeste), Mato Grosso do Sul (Centro-oeste) e Paraná (Sul) tem apresentado a mesma quantidade de estudos.

## 2. BIOGRAFIAS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS QUE SE PROSTITUEM NA CIDADE DE JALES/SP

Nesta seção, pretendo trazer quem são e quem somos. Nós, travestis e mulheres transexuais que nos prostituímos e iniciamos as nossas vidas nestes espaços. Deixei esta parte do texto para fazer este relato de minhas experiências transição e de existência, apresentando brevemente quem são as minhas interlocutoras a fim de desenvolver os eixos de discussão sobre as experiências de travestilidades e transexualidades na seção 3.

Abaixo, apresento um mapa do município de Jales/SP e sua localização no Estado de São Paulo.

**Figura 2.** Jales no estado de São Paulo/SP



**Fonte:** São Paulo Localization Maps, 2024.

A região de Jales está próxima à fronteira com os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. A macrorregião geográfica a que está inserida no estado de São Paulo é a de São José do Rio Preto/SP, possui divisa com oito municípios, sendo: Pontalinda, Dirce Reis, São Francisco, Urânia, Paranapuã, Dolcinópolis, Vitória Brasil e Estrela D'Oeste.

## 2.1 Eu, Tattiana

### 2.1.1 Cena 1 - No casulo

O dicionário *on line* de Português (2023, s.p.) conceitua casulo como: “Envoltório, capa protetora, feita pelas larvas do bicho-da-seda ou por outros insetos, dentro da qual sofrem a metamorfose”. Resolvi iniciar esta autobiografia preocupada com apresenta o casulo (história de vida), vivenciei as primeiras experiências no campo do gênero e das sexualidades antes da transição de gênero.

Vinda de uma família que sempre morou na área rural, minha mãe, Rosimeire, sempre trabalhou em lavouras e plantações de cafés; meu(minha) avô(ó), Aparecida e Francisco, eram agricultores(as) no sítio na cidade de Jales/SP, onde eles e os(as) filhos(as) trabalhavam para sobreviver, chamado de Córrego do Quebra Cabaça. Em 1989, minha mãe ficou grávida, mas era mãe solo; meu pai, eu não conheci. Em razão disso, o meu avô bateu muito nela e a expulsou de casa. Ela foi morar na cidade de Jales, grávida, praticamente sozinha.

Sem apoio da família, fez curso de corte e costura, a vontade dela era ter uma filha. Comprou todas roupas e coisas para mim de menina, mas quando nasci, ela ficou muito chateada pois era um menino. Como ela morava sozinha, naquela época, ser mãe solo era muito difícil, pois ninguém ajudava. Ela começou a se prostituir para viver, me deixava sozinha em casa, um bebê, para ir ganhar a vida na noite.

Quando meu(minha) avô(ó) souberam do nascimento e que eu estava passando por praticamente abandono, ele(a) pediram para que ela me deixasse com eles. Sim, ela aceitou, pois para se prostituir, um bebê atrapalhava. Então, fui para o sítio morar com meus avós e, minha mãe se mudou para São José do Rio Preto/SP (SJRP) para poder ganhar a vida; meus avós, principalmente meu avô, tinha muita raiva dela “por sujar” o nome da família. Coisas que o patriarcado de base conservadora não conseguia lidar àquela época. Diante disso, a minha mãe ficou muito tempo sem frequentar a casa dos meus avós. Fui criada pelos meus avós, mas como fui crescendo, comecei a chamá-los de mamãe e papai, porque como cuidavam de mim, eu os considerava meus pais.

Minha avó conta que de vez em quando minha mãe começou a vir me visitar por saudade, em uma dessas vezes, me trouxe uma caixa de chocolate, eu tinha menos que 5 anos, e ela me entregou a caixa e falou: “Dá um chocolate para mamãe”.

Eu peguei um deles e entreguei para minha avó. Minha mãe começou a chorar muito, pois naquele momento viu que eu não a considerava como mãe e sim minha avó.

Fui crescendo e, desde muito pequena, comecei a frequentar as plantações de meus avós, primeiro ficava brincando enquanto eles trabalhavam, mas logo começava a ajudá-los com os serviços, que eram muitos, lembro que ajudava em tudo: plantar, adubar e colher as plantações de legumes como abóbora, pepino, batata doce, milho, amendoim, algodão, banana, quiabo, coco.

Comecei a frequentar a escola, ia de ônibus que passava na frente de casa, na estrada, me buscava e me trazia de volta, mas nunca deixei de auxiliá-los, pois eu praticamente era obrigada a ajudar, aquilo fazia parte da minha rotina ir para escola e trabalhar, mas como havia muitas crianças que moravam perto de nós, eu também brincava, às vezes, quando ia à casa delas.

Na escola, comecei a aprender sobre a vida, e os dias mais difíceis para mim eram o dia das mães e o dos pais, pois naquele período eu comecei a descobrir que por mais que eu chamasse meu avô de pai e minha avó de mãe, eles não eram meus pais, e sim meus avós; as outras crianças nestes dias eram acompanhadas de seus pais nas comemorações da escola e eu nunca tive isso, pois meus avós trabalhavam muito e não tinham tempo de ficar indo à festinha de escola, então por mais que eu já disfarçasse, por dentro, meu sentimento era de muita tristeza, pois conhecia minha mãe biológica e até então não entendia por que ela tinha me abandonado.

Ela vinha, às vezes, fazia festa de aniversário, e eu sempre ficava pensando: “Será que ela vai me levar com ela?” Tudo era guardado dentro de mim, eu não comentava com ninguém sobre meus sentimentos, mas eu tinha muita vontade de ter uma família igual às outras crianças. Fui criando um sentimento de raiva em relação a minha mãe, pois ela vinha raramente, mas não me levava junto. Não passei necessidades, pois meus avós me proporcionavam tudo que eu precisava. Minha avó ainda dizia: “Você tem o que meus filhos não tiveram”.

Um certo dia, com a idade de 10 anos, chega uma ambulância em casa. Como eu era bem curiosa, fui olhar para ver quem era, e era ela, minha mãe, que estava descendo, eu sabia que como sempre, ela tinha vindo fazer uma de suas visitas, e para me ver, só que como eu já tinha raiva dela, corri para o meio do mato me esconder, para que ela não me visse. Fiquei até a noite escondida, mas tive que voltar para casa, o que eu não sabia era que ela estava ali para uma despedida, que tinha sido praticamente desenganada pelos médicos, muito magra, mas sempre muito linda.

Dessa vez, eu percebi que passavam os dias e ela não voltava, então sabia que tinha alguma coisa errada, comecei a ir junto com minha avó e ela nos médicos que a atendiam, então sabia que ela estava doente, mas não entendia muito. Todos os parentes começaram a frequentar minha casa para vê-la, então percebi que aquilo poderia ser mais sério do que eu imaginava, porém, minha raiva por ela não passou. Eu a evitava de todas as formas, nem falava muito, só respondia o que me perguntava. Vi que ela tentava se aproximar de mim, mas meu ressentimento era maior.

Um certo dia, cheguei da escola à tarde e minha avó me disse: “Acho que sua mãe não passa de hoje”. Lembro que ela lavou todas as roupas de minha mãe e ouvi ela dizendo que tinha carregado minha mãe no colo até o carro para correr com ela para o hospital durante o dia. Eu fiquei um pouco abalada na hora, mas não levei muito a sério, jantei, fui dormir, e no meio da noite, acordei de repente, meus avós estavam do lado de fora da casa e eu pude escutar: “Você já disse para ele?” Naquele momento, eu já imaginei e meu coração apertou, já pensava que aquela fala de minha avó mais cedo tinha se concretizado, em poucos minutos minha avó entrou foi até onde eu estava e disse: “Sua mãe morreu”. Fiquei em choque naquele momento! Foi uma mistura de sentimentos, algo que não consigo descrever. Aquele sonho de morar com minha mãe tinha acabado, eu não iria mais tê-la. Tantas coisas que eu poderia ter falado. O carinho que eu poderia ter dado. Tudo isso foi perdido, o tempo não iria voltar.

Então fomos para a cidade para que meus avós pudessem cuidar do funeral. Logo, o corpo dela já tinha chegado ao cemitério. Eu estava lá junto, em estado de choque, mas sem demonstrar nada para ninguém. Os parentes começaram a chegar, e eu do lado de fora, todos pediam para eu ir vê-la no caixão, mas eu tinha um sentimento de raiva muito grande dentro de mim, mágoas.

Alguns dias antes, ela disse que iria me dar uma surra. Eu não tinha gostado, então eu não queria olhar para ela. Algo me dizia para eu não ir vê-la, pois, aquela cena iria ficar para minha vida e, por mais que eu tivesse raiva dela, eu queria guardar lembranças de sua beleza enquanto estava viva. Eu não fui! Fiquei todo tempo do lado de fora. Não chorei! Guardei tudo internamente.

Um certo dia, eu mexi nas coisas da minha mãe. Encontrei um diário que li escondida, onde ficaram marcadas algumas coisas que eram muito fortes: “Me perdoa, meu Deus, por eu ter me prostituído, por ter entrado no mundo das drogas, por eu ter abandonado meu filho”. Aquilo ficou gravado até hoje em minhas

lembranças, naquele momento eu senti a necessidade de perdoá-la por tudo. Toda aquela raiva, aquela mágoa que eu tinha dentro do coração de alguma forma foi amenizada. Claro, foi um choque de início, pois eu era muito inteligente. Percebi que ela tinha se arrependido de tudo que fez, que no fundo ela não queria ter feito.

Os anos foram se passando, eu fui crescendo e começando a ficar rebelde com meus avós. Eu não sabia explicar, mas eu tinha uma revolta muito grande, pois eu me sentia diferente das outras crianças da escola, eu não tinha um pai, uma mãe.

Meu tio que morava conosco sempre falava que eu fui achado em um saco de lixo. Aquilo me machucava muito por dentro, eu já não queria mais ajudar a trabalhar, xingava meus avós e meu tio, e assim os anos foram se passando. A adolescência chegou e eu via que tinha mais uma coisa que não estava se encaixando: todos os meninos gostavam de meninas, mas eu sentia atração por meninos.

Sempre fui muito delicada no jeito de falar, de agir. Esta forma afeminada começou a causar grandes dores, pois eu não queria ser daquela maneira. Eu queria ser igual aos outros meninos. Por conta disso, começaram os xingamentos na escola. Os meninos começavam a me xingar de *gay*, *veado*... Muitas vezes apanhava na escola, eles falavam que eu tinha que virar homem. Ouvi isso até de uma professora, aquilo me causava um grande sentimento de tristeza e eu me perguntava: “Por que eu era daquela forma? Por que eu não era igual aos outros?”.

Então aquele aluno que sempre tirava as melhores notas da escola começou a relaxar e ir se tornando um péssimo aluno. Em casa, eu também ficava cada vez mais nervosa e dava muito trabalho. Muitas vezes, chamado de louco pelo meu tio. Comecei a fazer psicoterapia, e mais uma vez eu ficava me perguntando por que eu tinha que passar por aquilo. Até que um dia, eu decidi não conversar com a psicoterapeuta e me sentei na frente dela e não falava mais nada. Ela decidiu que não tinha mais como dar prosseguimento à terapia.

As primeiras experiências vexatórias de ser capturada pelas práticas de gênero distante daquelas que eram caracterizadas para o masculino cisgênero começaram a fazer parte da minha vida. Desde pequena, todos os dedos cisnormativos demonstravam-se a inadequação social, a anormalidade e o erro. Pensar a cisnormatividade como: “a cisgeneridade pode ser resumida como sendo a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas” (Vergueiro, 2014, p. 44).

O primeiro contato o sistema-mundo cisnormativo fazia presente em minha existência, demarcando que naquele espaço da escola eu não poderia estar caso viesse a concretizar uma possível transição de gênero durante a década de 90, no meu período de escolarização na educação básica.

### **2.1.2 Cena 2 - A transição**

Ao entrar no Ensino Médio em torno dos meus 16 anos, já comecei a ter relações sexuais com outros meninos. Mas, intimamente falando, não queria ser daquela forma. Vivi um processo de autoflagelação por não se sentir normal, me sentia muito envergonhado e ficava tolhendo os meus sentimentos em muitas situações.

Foi aí que comecei a namorar uma menina. Um certo dia, a levei em casa, pois eu não tinha experimentado o sexo heterossexual. Por não aceitar minha condição homossexual, tinha que saber e tentar ser diferente, ser igual aos outros, ser normal, mas no momento do ato eu pude perceber que eu não gostava daquilo e consegui a certeza que eu era *gay* mesmo, e falei para ela depois: “Olha, eu não gosto de mulheres, gosto de homens”, não poderia ficar mais fingindo.

A partir desse momento, comecei a me identificar como um homem *gay*. Isso foi me libertando. Sentia uma sensação maravilhosa ao falar tão abertamente sobre isso. No entanto, eu escondi de meus avós e o restante da família. Estes eventos me lançam no campo teórico fazendo-me entender como as engrenagens da “pedagogia do armário” (Junqueira, 2013) formavam a minha identidade como uma pessoa que se entendia *gay*. Eu só seria eu, nos lugares onde fosse acolhida, diferente daqueles que demonstram a não aceitação.

Por meio da tradução da pedagogia do insulto em pedagogia do armário, estudantes aprendem cedo a mover as alavancas do heterossexismo e da homofobia. Desde então, as operações da heterossexualização compulsória implicam processos classificatórios e hierarquizantes, nos quais sujeitos ainda muito jovens podem ser alvos de sentenças que agem como dispositivos de objetivação e desqualificação: “Você é *gay*!”. Essas crianças e adolescentes tornam-se, então, alvo de escárnio coletivo sem antes se identificarem como uma coisa ou outra. Sem meios para dissimular a diferença ou para se impor, o “veadinho da escola” terá seu nome escrito em banheiros, carteiras e paredes, permanecerá alvo de zombaria, comentários e variadas formas de violência que a pedagogia do armário pressupõe e dispõe, enquanto sorratamente controla e interpela cada pessoa (Junqueira, 2013, p. 486).



Nos momentos em que a gente vai passando por isso, vamos tentando encontrar as nossas redes de apoio. Resolvi, então, como eu era muito amiga da diretora da escola, tentar uma abertura para uma conversa com ela sobre este assunto. Ela se propôs a falar com minha avó e explicar a minha condição. Prontamente, eu aceitei e foi tudo muito tranquilo. Concordo com Fernando Silva e Eliane Maio (2019), ao estudar a história de escolarização de um trans, a Gabrielly, que as redes de apoio nos fortalecem para que tenhamos condições de resistir às diferentes estratégias disciplinares que nos colocam como corpos que devem sentir vergonha de existir e, com isso, possuem meios de sobrevivência limitados e distantes das instituições cisnormativas.

Certo dia, passei por uma avenida em que havia travestis se prostituindo e comecei a conversar com uma delas. Ali nascia uma amizade. Depois disso, sempre passava lá para conversar e podia observar que elas saíam com homens e ainda recebiam por isso. Fui chamada, muitas vezes, para acompanhá-las em programas, mas até então eu nunca tinha feito um em minha vida. Ficava pensando: “Nossa, é assim que eu quero ser, uma mulher que os homens se atraem!”.

Comecei a frequentar balada *gay* com elas, mas descobri que eu não gostava de *gays*, e sim de homens, que eu queria ser igual a elas, que eu, na verdade, era uma mulher. Iniciei a questionar elas como eu fazia para ser daquela forma? Elas foram explicando que tomavam hormônios para o corpo ficar feminino. Passei a usá-los. Ainda frequentava a escola, mesmo vestida com roupas masculinas. Eu me sentia bem, passando lápis no olho, tinha amizade com meninas, e os hormônios foram fazendo efeito, fui criando seios femininos, mas em casa eu não falava nada sobre aquilo.

As minhas amigas travestis viajavam muito para outras cidades para se prostituírem. Em uma dessas viagens, eu acabei planejando acompanhá-las para experimentar a prostituição com o objetivo de fazer a minha transição, pois eu não tinha paz com roupas masculinas. Eu me identificava com elas, queria ser mulher, e assim eu fiz, deixei uma carta para minha avó explicando tudo.

Saí sem avisar antes, sem falar para onde iria, abandonei a escola, abandonei minha família, pois acreditava que não poderia ficar mais sofrendo no casulo. Eu tinha que ser feliz e o momento era aquele, não poderia esperar mais, e assim aconteceu, fui para São José do Rio Preto/SP com uma amiga que estava disposta a me ajudar.

Lá morávamos em um hotel no centro, eu me vestia de mulher e me prostituía naquelas redondezas. Tomava muitos hormônios femininos e fui me transformando em uma mulher. Nem lembrava muito de casa, pois estava me sentindo realizada. Tinha me encontrado, aquilo me fazia muito bem, os homens me pagavam e ainda me sentia mulher com eles. Tudo era um sonho realizado, mas nem tudo são flores. Muitos clientes usavam drogas e com muito incentivo deles, comecei a consumir maconha, depois cocaína. Eles pagavam muito mais para que eu me drogasse com eles, o sonho foi se tornando escuro e sombrio, pois eu sabia que tudo que tinha acontecido com minha mãe estava se repetindo comigo.

Naquela época, não se falava muito no combate às drogas, não tinha muita informação. Então, eu entrei para este mundo, e quando me vi, já estava dentro, muita balada, muita bebida. Eu tinha 16 anos e tudo para mim era festa. O dinheiro que ganhava estava indo todo em boates, roupas, bebidas, eu vivia muito bem, comia todo dia nos melhores restaurantes, já estava bem feminina. Até que eu comecei a usar muita cocaína, e aquilo me deprimia muito, mas eu não queria voltar, tinha uma vida muito boa, de luxo, e tinha vergonha de voltar diferente para casa de meus avós, pois eles ainda não sabiam como eu estava.

Então conheci um rapaz que vendia drogas, comecei a me relacionar com ele, até que um dia ele me chamou para morar junto com ele. Sim, eu aceitei, pois não iria mais gastar com elas. Ele sempre tinha, mas deixei claro que eu não iria parar de me prostituir. Ele aceitou. Nos primeiros meses foi bom, ele me dava de tudo, roupas, comida boa, drogas, todo luxo. Além disso, eu ainda ganhava meu dinheiro nos meus programas, porém ele começou a ficar doente de ciúmes.

Não aceitava mais meus programas, passando a me controlar demais. Certo dia, eu disse que não o queria mais, foi aí que eu apanhei muito. Ele estava decidido a me matar e eu estava morrendo enforcada por ele. No entanto, apareceram anjos que me salvaram, pessoas que eu conhecia que me tiraram dele. Ele jurou que iria me matar, que se eu não ficasse com ele, não ficaria com mais ninguém.

No outro dia, eu tive que fugir. Para onde eu iria? Minha família, meu(minha) avô(ó) precisamente, não sabiam que eu tinha me transformado em uma mulher. Mas, eu não tive escolha. Voltei para a casa dele(a)! Liguei para a minha tia, depois de anos sem dar notícia, anunciando minha volta. Ela ficou muito feliz e disse que iria me buscar na rodoviária para me levar à casa dos meus avós. Enfim, voltei!

Como todos(as) estavam com muita saudade, sem saber se eu estava viva ou morta, ninguém falou nada sobre minha transição. Afinal, eu tinha saído um menino e voltei como uma menina. Assim foi a minha volta para casa, porém eu continuava a sair para me prostituir na rua de minha cidade e minhas amigas me receberam bem.

Passava temporadas fora em outras cidades para ganhar a vida, até que coloquei minhas próteses de silicone nos seios. Foi uma realização muito grande, eu fui uma das primeiras em minha cidade a ter. Fiz rinoplastia, pois não era feliz com o formato do meu nariz, e buscava cada vez mais pela feminização. Assim, se passaram 10 anos na prostituição. Foi um período que tive muitas experiências boas, morava em lugares bons, saía com homens maravilhosos, frequentava muitas baladas, roupas caras, porém dependia do álcool e das drogas. Não ficava um dia sem maconha, comecei a fumar cigarro, aquilo, de certa forma, me fazia esquecer de tudo que eu tinha passado, me anestesiava e escondia todas minhas tristezas passadas.

Andrade (2012) pontua algo muito interessante que me faz trazer esta narrativa de envolvimento com o mundo da prostituição. Ela diz que toda experiência de travestilidade é importante, mesmo que a minha reproduz o óbvio: que todas as travestis e transexuais sobrevivem da prostituição. O meu caminho não foi diferente, mas me encontrei como um corpo possível.

Quanto mais diversificado for o campo de estudo sobre as travestis, maior será a possibilidade de compreendê-las. Assim como os heterossexuais são capazes de viverem em diversos contextos (sociais, educacionais, profissionais, etc.), o mesmo pode ocorrer com as travestis. A presença destas nos espaços de convivência, de trabalho, de aprendizagem, de decisões políticas pode ajudar a desmitificar essa ideia de que toda travesti se constrói na prostituição (Andrade, 2012, 17).

Eu me envolvi com a prostituição, porque nos meus 16 anos para alguém que se via *gay* tornar-se uma mulher trans, o caminho mais rápido era o da prostituição. São coisas de um tempo totalmente diferente do presente, onde é possível encontrar trans e travestis em espaços normatizados. Miranda Fricker (2007) fala da injustiça epistêmica é algo que se torna invisível no campo da produção do conhecimento. Leva com que muitas pessoas oprimidas se constroem distante dos espaços de construção do conhecimento.

Dito isso, reconheço que as minhas experiências possuem força para serem valoradas e credibilizadas no campo do conhecimento, querendo que aos(às) ouvintes

e leitores(as) tenham ética e sensibilidade para fazer uma interpretação interseccional das situações que me levaram ao espaço da prostituição em minha cidade.

Ao me ver produtora de conhecimentos, concordo com a proposição de Grosfogueil (2008 *apud* Vergueiro, 2014, p. 47) ao compreender as diferenças entre aqueles(as) que ocupam um lugar epistêmico e aqueles(as) que ocupam um lugar social:

O facto de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do [c]istema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes

Como travesti e transexual, nós passamos, às vezes, por tantas privações na sociedade e em nossas famílias que nos sentimos muito bem quando esbanjamos o luxo. A prostituição foi me deixando muito deprimida, pois começou a me fazer mal. Eu já não queria fazer parte daquele mundo. Eu tinha realizado o que buscava que era ser mulher. Vale registrar que para entrar nesse mundo foi fácil, mas para sair - foi difícil. Eu tinha que arrumar um serviço para viver, ganhar dinheiro, fui atrás, mas não consegui, as pessoas sempre davam alguma desculpa, falavam que eu não tinha terminado os estudos. Então, acabei desistindo por um tempo.

### **2.1.3 Cena 3 - O voo e a intelectualidade**

Visando sair da condição de prostituição, saiu um concurso em minha cidade. Preste, passei, fui chamada para abrir assumir a vaga. No entanto, quando fui assinar os papéis viram que eu não tinha concluído o Ensino Médio. Decorrente disso, eu estava impedida de ocupar a vaga. Aquilo me deixou muito triste, pois todos os meus familiares ficaram felizes que eu iria trabalhar.

Conversando com um amigo, falei em voltar a estudar. Ele disse: “Vamos, eu vou com você, agora tem a lei do nome social, você vai ser chamada e tratada por seu nome”. “As coisas mudaram”, disse ele. Assim, entrei na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nos primeiros dias na escola, eu já pude ver que tudo tinha mudado. De alguma forma, já não era xingada como na adolescência, que naquele ambiente eu poderia estar e fazer muitas amizades boas.

Cheguei a ser convidada para representante de nossa turma. Todos(as) gostavam muito de mim: professores(as), alunos(as) e etc. Me dedicava bastante aos estudos e sabia que ali estava a chave para o meu futuro. Alimentava a vontade de um concurso e que se eu passasse seriam obrigados a me contratar independente da minha transfeminilidade. Conclui o Ensino Médio!

Mas não desprezei completamente da prostituição, lembrando que eu estudava das 19:00 às 22:00 horas. Após a escola, ainda passava na rua para ganhar meu dinheiro na esquina, pois eu tinha que viver. Nos últimos dias do Ensino Médio, o Centro Universitário de Jales foi fazer um convite para que, nós da EJA, fôssemos conhecer as dependências da universidade. Disseram que estavam com um preço promocional para os cursos de graduação. Eu fui e pensei: “Vou fazer de tudo para poder estudar aqui, ter um curso superior, e assim eu fiz”.

Em 2016, ingressei no curso de Letras. Foi um pouco difícil, pois eu tinha que me prostituir ainda para pagar o curso, e à noite já não dava muito certo. Foi, então, que eu comecei a ir para uma rodovia durante o dia para ganhar meu dinheiro e à noite eu ia para a Faculdade. Fui muito bem recebida pelos(as) professores(as) e alunos(as), pois contei minha história e todos se comoveram.

No primeiro dia de aula, até me escolheram novamente para representar a turma. Havia uma professora chamada Tamar, era a coordenadora do curso, e foi uma de minhas maiores incentivadoras. Ela fez de tudo para que eu terminasse o curso, falava que eu iria mudar minha história. E assim aconteceu, depois de três anos me formei, foi o primeiro orgulho que dei para minha família, e logo, no ano seguinte, já consegui aulas em uma escola, foi o ano que começou a pandemia. Eu trabalhava remotamente com os(as) alunos(as), tinha um pouco de medo de qual seria a reação de todos quando voltasse o presencial e eu fosse para sala de aula.

No ano seguinte, assumi aula em outra escola da minha cidade, Ensino Fundamental II e Médio. Foi amor à primeira vista, eu fui muito querida pelos alunos, pela gestão, pelo corpo docente. Ali eu tinha estudado e hoje voltava como professora, tendo amigos de trabalho. Muitas colegas foram as minhas professoras, mais um motivo de orgulho para meus avós e minha família.

Não tive problema nenhum em ser transexual e lecionar, muito pelo contrário, sempre fui muito respeitada, sempre dei o melhor de mim, fazia de tudo, estudava os conteúdos, sempre tratava meus/minhas alunos(as) muito bem.

Certa ocasião, um amigo me disse que eu poderia fazer o mestrado, que estavam abertas inscrições, que tinha vagas de cotas para travestis e transexuais. Sinalizou que eu tinha muita chance de ser aprovada e ingressar na pós-graduação, e assim eu fiz, e consegui, fui aceita no Mestrado em Educação de uma universidade pública sul-mato-grossense. Mais um sonho realizado, onde tive a grande oportunidade de encontrar um orientador que me escolheu como orientanda, que sempre me ajudou e incentiva a concluir a minha pós-graduação.

Outro motivo de orgulho para minha família, hoje dou aula de inglês para crianças, Fundamental I, em outra escola, nunca imaginei ser tão feliz como estou. Chego na sala, muitas crianças vêm me abraçar. Me sinto muito querida! Quando vou sair da sala, eles(as) correm na porta e a fecham dizendo para eu não ir embora.

Olho para a minha trajetória e vejo que relações de poder lançavam a minha existência para outro campo. Se eu não tivesse incorporado a LGBTI+fobia em minha vida como uma sensação que mostrava para mim que eu não poderia ser diferente da cisheteronormatividade, o caminho poderia ter sido diferente. Penso que produzir intelectualidade e me sentir um corpo inteligível me faz crer como parte de uma epistemologia transfeminista que não se sente morta diante de erros do passado. Me faz ver que os erros não são resultantes de eventos que demonstram apenas os meus projetos de vida, mas as circunstâncias que contribuíram para que mulheres trans e travestis cheguem a projetos de sobrevivência na prostituição.

Vergueiro pontua que uma epistemologia transfeminista está em constante construção à medida que pessoas de corpos e gêneros inconformes à cisgeneridade possam sentir-se produtores de existências legítimas:

uma genealogia transfeminista se coloca fundamentalmente preocupada com compreender as condições, contextos e consequências (materiais, políticas, existenciais) produtores das 'anormalidades', 'monstruosidades' e diversidades corporais e de identidades de gênero: travesti não é bagunça, diz-se, e por isso precisamos revisar esse babado todo com a cautela e desconfiança de quem já foi e é criminalizada, ridicularizada, ojerizada, odiada com a brutalidade e o cinismo cissexista em doses cotidianas (Vergueiro, 2016, p. 49).

Ao me articular enquanto corpo-existência trans a um campo cujo padrão de poder existente me fazia se enxergar anormal, me faz pensar que também sou uma existência geradora de conhecimento. Silva (2022, p. 96) ao construir um ensaio sobre

a produção de conhecimento feito por mulheres travestis-transexuais-transgêneros ou transvestigeneres considerou que

é uma forma de acreditar que estar no ambiente acadêmico e universitário representa uma das armas que esses corpos arranjaram frente à luta pelo direito de existir, de ser diferente e de propor outras imagens de desterritorialização da cisheteronormatividade como requisito essencial para se existir.

Dayana Santos (2017) realizou uma pesquisa de doutorado sobre a docência trans e a presença destes corpos nas escolas. Segundo a pesquisadora, para ser docente da educação básica, é preciso reconhecer-se e enquadrar-se na condição de mulher transexual, a travesti neste caso não será bem-vinda. Isso se trata de um padrão de controle e disciplina da docência-decente na escola, onde o espaço da prostituição é reservado à travesti.

Na concepção da autora, a docência-decente vincula-se ao padrão de poder do patriarcado constituído na figura da mulher cis:

Desta forma, é possível compreender, por meio desta sucinta e interessada reflexão sobre a moral da docência feminina, que a profissão de professora foi produzida a partir de uma relação direta com a moralidade que liga o corpo feminino à pureza, ao casamento, à maternidade, ao sagrado e à castidade. Esta moralidade específica coloca ainda, sobre este corpo, a sanção reguladora e a punição em relação a qualquer desvio da norma, por menor que seja. Esta concepção moralizadora a respeito do corpo e da conduta da professora ainda hoje se faz presente na escola (Santos, 2017, p. 200).

Ainda segundo Santos (2017) há um investimento biopolítico para regular o corpo da professora trans a partir das considerações de decentes moralizadas para o corpo da mulher cis. A autora confirmou que a docência trans não existe fora das relações de poder que explicam gênero e as sexualidades normativas, há um trânsito que justifica a presença de práticas nem tão somente domesticadas nem tão somente subversivas: “Tais processos são múltiplos e variados e constituem uma carta cartográfica multifacetada. Isto é, um desenho único e singular. Diante disso, qualquer generalização passa a ser perigosa” (Santos, 2017, p. 410).

Na pesquisa de Santos (2017, p. 152) foi possível identificar que a maioria das suas interlocutoras mencionam ter conhecimento de professoras travestis, transexuais e cis que se constituem como professoras e prostitutas:

A partir de tais narrativas, é possível compreender que a dupla constituição das experiências de professora da Educação Básica e prostituta é comum. Ou seja, a prostituição não consiste em uma área de atuação para travestis somente. Nesta perspectiva a hierarquização entre as identidades travesti e transexual, e a articulação direta da identidade travesti com a prostituição e da transexual com a Educação Básica perde o sentido, uma vez que o exercício de uma função não impossibilita a outra.

Enquanto mulher trans, algumas cobranças sociais surgem a respeito da identidade de professora-decente que nos é cobrada para termos condições de ser uma figura de autoridade em sala de aula. Mas não passam a discutir as circunstâncias sociais que nos levam para as vias de sobrevivência dentro da profissão, professora e prostituta, que historicamente demarcam-se como precarizadas.

Romantizam os nossos sofrimentos e nos qualificam com seres dotados de humanidade apenas quando somos pobres que se matam para cumprir com todas as exigências morais caracterizadas pela classe dominante. Tipo assim: - Ah lá, ele é pobre, mas é limpinho. - Luta para sobreviver com pouco. - Vive com pouco e ainda está feliz! – Faz programa porque quer!

Pobres, travestis-trans, negras, periféricas... Diferenças coloniais que nos condicionam a processos de precarização, desumanização e outros sofrimentos. Pensar-nos como pessoas de resistência e em luta demanda questionar as formas de controle de todas as instituições que nos colocam na condição de seres indignos.

Algumas pessoas que se sentem dotadas de humanidade são vistas e reconhecidas quando tem boas condições para viver bem. Nós, travestis-transexuais, quando não estamos acolhidas pelos padrões de poder moralmente ditados para o viver o bem, vivemos do que sobra. Temos que viver diferentes formas de humilhação para tentar conviver, viver e sobreviver em sociedade.

Pode parecer uma discussão apelativa, mas pessoas que assim como passaram por diferentes estratégias de disciplinamento e tiveram as suas vidas gerenciadas para a viver ruim, sabem do que estou falando. Em 2016, Tertuliana Lustosa trouxe a discussão sobre o traveco-terrorismo. Ela trouxe alguns princípios considerados bafos e babados para entender o manifesto traveco-terrorista. Dentre eles, manifesta-se contra o epistemicídio que julga as nossas experiências como desqualificadas da posição de conhecimento reconhecidamente teórico e relevante: “O traveco-terrorismo, a despeito das censuras do academicismo, autodeclara-se



como arte brasileira em guerra pela sobrevivência. Após o medievo, quem atinge trinta e poucos anos de expectativa de vida? No Brasil, 35 anos é a expectativa de vida da travesti” (Lustosa, 2016, p. 395).

## 2.2 Aghata

A escuta de Aghata se deu em local de sua escolha e que não interferisse em sua rotina diária. Iniciei a nossa conversa, falando dos aspectos éticos da pesquisa, me identifiquei juntamente com o vínculo com o Programa de mestrado. Agatha se apresenta:

*Meu nome é Agatha Fernanda Brambila, nascida em Jales, meu pai chama A. e minha mãe, N. Tenho um irmão mais novo do que eu. A minha infância, eu passei com a minha avó. Foram momentos gostosos, entendeu? Eu sempre fui mais apegada pro lado da família da minha mãe, morava no quintal da casa dela. Então eu fui muito apegada com ela (Aghata, 2024<sup>9</sup>).*

Agatha relata que desde pequena demonstrava o seu lado feminino e, por ser à época a imagem de um menino cis, diz que viveu muitas situações de muita exposição vexatória, ridicularização na família e na escola. Antes de se envolver com a prostituição, relatou que passou por uma série de situações desagradáveis com a família, mas que tentou trabalhar em um salão de beleza.

Os relatos de envolvimento com a prostituição para Aghata não foram lembranças muito boas de serem feitas como demonstrou. Dentre as experiências que chamam a atenção é o fato de que a maioria das trans e travestis passam por procedimentos clandestinos para tornar os seus corpos próximos de um padrão de feminilidade.

## 2.3 Amanda

Amanda tem 42 anos de idade, é uma trans que veio da Grande São Paulo. Morou por muito tempo na capital junto de sua mãe e de seu padrasto que possuíam um bar e um restaurante. Sobre a escolarização, Amanda diz que as suas lembranças não foram muito boas, porque sofria muito preconceito e agressões na escola por

---

<sup>9</sup> As falas das minhas amigas travestis e trans serão transcritas em itálico para se diferenciar das citações diretas e/ou paráfrases.

parte dos alunos. Em sua narrativa, Amanda assinala que parou de estudar entre 12 e 13 anos de idade por conta do excesso de piadas e situações de ridicularização que enfrentava:

*Bom! Uma das coisas mais horríveis que eu passei assim na escola, que eu me lembro, foi: cinco alunos me pegaram, me agrediram, e dali eu parei de estudar. Já não fui mais na escola mais. Esse foi um dos piores. Ah, preconceito, né, todo dia, xingava, xingamento, xingava de viado, essas coisas sim.*

Com 13 anos de idade, Amanda relata que foi convidada para morar uma cafetina, mesmo acreditando que iria viver para trabalhar, o fato de ter ido muito nova representa um crime de violação de direitos das crianças e adolescentes. Porém, nota-se que a questão da falta de respeito e apoio vivida desde muito cedo, fez com que Amanda encontrasse em outros espaços essas questões.

## 2.4 Monique

Monique é uma trans nascida em Jales/SP, tem 56 anos de idade, filha de pai carpinteiro e mãe do lar, irmã de três irmãos. Vinda de uma família pobre, humilde, trabalhadora e honesta como bem caracteriza, a família de Monique sempre ensinou os filhos e as filhas a reproduzirem o mesmo.

*Me chamo Monique Afonso, sou natural da cidade de Jales, tenho 56 anos de idade. Sou uma das pioneiras, das únicas mais velhas da cidade, uma pessoa muito sucedida na cidade e eu venho de uma família pobre, mas humilde e nós somos quatro irmãos, dois homens, duas mulheres.*

Por ser muito conhecida, Monique se vê precursora das travestis e transexuais de Jales/SP. Sendo interessante se ver nesta posição, porque dá a sensação de orgulho e a gente se sente envolvida por uma sensação de empoderamento ao ver quão bela foi a sua história de vida. Ao iniciar a narrativa de sua vida, Monique diz que a família não deu tanta atenção aos estudos, porque o trabalho sempre era o que mais trazia rendimento.

Relata que desde os 12 anos não se percebia um menino cis e que a família também notava. Na vizinhança, Monique diz que se envolveu muito cedo com outro homem mais velho e que sempre fica o burburinho de todos(as) comentando e, que próximo dos 18 anos, tornou-se travesti. Iniciou a sua vida na prostituição muito cedo após o rompimento familiar e com a escolarização básica, decidindo ir para uma boate

de prostituição trans com 14 anos de idade em uma cidade distante de Jales, no interior de Minas Gerais. Segundo Monique, dentro da boate, ela fazia serviços de limpeza, mas também atendia alguns clientes. Tudo de forma escondida, por conta do policiamento que existia à época.

O envolvimento com a prostituição, na história de Monique, não se deu apenas durante o período em que viveu na boate anteriormente citada. Monique também foi para outros Estados e Países (Itália) para trabalhar, vivendo também um momento de destruição em sua história de vida por conta da religiosidade.

## 2.5 Nicole

Nicole tem 28 anos, nasceu em Taquaritinga/SP e veio com a sua família morar em Jales/SP com 5 anos de idade. Relata que em casa, eram em cinco irmãos, sendo quatro homens e ela de menina: *“Os pais trabalhavam na roça: Mas com garra, né, dificuldade, criou a gente. Eu sou a mais velha, que tenho 28, aí tem o Gabriel que tem 23, o Dani com 22, hoje em dia, né. O Thiago com 16 e o Pedro com 14, mas na época todos eles eram de menores.”*

Relata que sempre morou com a família e que com 18 anos “caiu na rua”. Com 16 anos, começou a trabalhar em diferentes empresas do comércio local e junto de seus amigos, Renato e Gustavo, viviam usando adereços femininos e se montando para ir para os pontos de prostituição de Jales/SP. Relata que foi conhecendo os pontos por Jales, conhecendo outras trans que indicaram pontos em outras cidades (SJRP) mais próximas como as casas de cafetinas.

## 2.6 Paty

Patrícia Sampaio, mais conhecida como Paty pelos(as) mais íntimos(as), tem 35 anos, nascida, criada e residente em Jales, interior de São Paulo. Relata que na sua infância nunca teve tantas relações de amizade ou referências masculinas, até mesmo nas escolas. Diz que sempre morou com o pai, a mãe e as irmãs. As irmãs se casaram e ela continua morando com os pais. Diz que se envolveu com o grupo de louvor na Igreja quando tinha em torno de 15 ou 16 anos e que já sabia que alguma coisa não estava certa dentro dela, porque demonstra sensações fora das expectativas sociais para o gênero masculino heterossexual. Mas que permanecia na Igreja como uma forma de fugir disso e para agradar ao pai e a mãe.

A transição ocorreu durante a fase de escolarização, envolvendo o ponto de prostituição da cidade que ficava na região central de Jales/SP. Começou matando aulas para observar o que as trans faziam em uma região central de Jales/SP, durante o dia e notava que ali ocorria cenas de prostituição.

A experiência de transição de gênero de Paty se iniciou durante a escolarização bem como a prostituição, sendo que se trocava no fim da aula dentro da escola para ir para o ponto. Paty relata que começou a fazer isso no meio do 8 ano, porque ela tinha ficado um tempo se frequentar a escola por conta da série de piadinhas e insultos que os alunos faziam. Ai, quando ela retornou, ela continuou a estudar, mas sem tanta satisfação.

Paty faz um relato de diferentes enfrentamentos feitos durante a escolarização por conta da forma como ela se senti acuada dentro da escola por estar transicionada e viver na prostituição. Relata que viveu um tempo no trecho da prostituição entre Jales e SJRP, o que lhe rendeu o envolvimento com as drogas, roubos e outros acontecimentos, sendo que a sua família sempre esteve próxima para prestar apoio no que se foi necessário.

Nesta seção, as histórias das participantes da pesquisa trouxeram eventos significativos segundo escolhas particulares de cada uma.

### 3. NEM AO CENTRO, NEM À MARGEM!

Nesta seção, pretendo explorar as falas das minhas amigas travestis e transexuais a partir de pontos explorados durante a entrevista: escolarização, família, religiosidade, prostituição, violência policial, as bombadeiras e a transição. Início esta seção a partir de uma leitura da obra de Megg Rayara (Oliveira, 2021). A autora diz que corpos travestis e trans negros escapam às normas de gênero e de raça. Concordo com Megg (Rayara, 2021) que se não olharmos para o registro histórico de tantas travestis e transexuais que vieram antes de nós e tiveram relações radicais e de enfrentamento às relações de poder que exterminam nossos corpos, de nada adianta ficar criando novas pautas. Tudo o que estamos experimentando, mesmo de forma precária, devemos a tantos nomes, como: Xica Manicongo<sup>10</sup>; Luana Muniz<sup>11</sup>; Dandara<sup>12</sup> e etc.

Há tantas atualmente que se movimentam politicamente em diferentes espaços em luta para que possamos conseguir experimentar um lugar pequeno nas políticas públicas e sociais. Levando em considerando que somos corpos e corpos que precisamos de estudos e pesquisas bem como ocupar esses lugares para escolhamos nossas melhores formas de protagonismo social.

Nesta parte do meu estudo, eu me proponho a fazer um exercício de não pensar nem o centro e nem a margem (apesar de que minhas interlocutoras iniciaram as suas trajetórias em lugar mais cruel que o centro – os porões, a podridão, o chorume das péssimas condições de vida). Quero observá-las como corpos em

---

<sup>10</sup> Jesus (2019, p. 253-254) traça a história de Xica Manicongo como a primeira travesti do Brasil: “Xica, por séculos, quando lembrada em nota de alguma pesquisa sobre as denúncias da primeira visitação do Santo Ofício à Bahia, foi chamada de Francisco, seu nome de batismo, e por tempo equivalente foi apontada como homem, até que sua história foi resgatada, nestes novos tempos de movimentos sociais, após estudos sobre a Inquisição no Brasil que consideraram a interseção com gênero e sexualidade algo necessário, que lhe apontaram como a primeira travesti alvo dos processos, e seu nome social atribuído postumamente por Majorie Marchi, militante travesti negra que presidia a ASTRA-Rio (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro), até seu falecimento”.

<sup>11</sup> Marcelo de Lima (2019, p. 2-3) diz que Luana Muniz foi conhecida como a rainha da Lapa: “Travesti empoderada, corpo político, Luana Muniz foi uma importante interlocutora entre a comunidade transvestigênera e a sociedade em geral. Sua performatividade subversiva contribuiu com a desnaturalização da matriz binária e hierárquica de gênero”.

<sup>12</sup> Anderson Cavichioli (2019), p. 1) diz que Dandara foi uma travesti violentamente assassinada no Ceará: “A repercussão nacional e internacional da história do assassinato de Dandara Katheryn ocorreu a partir da viralização nas redes sociais, no início de março de 2017, do vídeo que documentou a tortura que antecedeu seu assassinato, no bairro Bom Jardim, na periferia de Fortaleza.<sup>4</sup> No vídeo de um minuto e vinte segundos, Dandara está sentada em via pública. É dia. Sua camiseta está rasgada e há muito sangue em seu rosto, cabeça e roupas. Um dos agressores traz um carrinho de mão e determina que ela suba. Dandara não demonstrou resistência, mas não pôde cumprir a ordem. Mal conseguia ficar em pé”.

disputa nos diferentes lugares que foram. Disputa pela vida, por terem chegado até aqui diante de tantas cenas de violência e trabalho na prostituição em péssimas condições e estarem vivas para contar como é esse mundo.

### **3.1 Transição e escolarização**

É sempre comum ouvir em redes sociais, rodas de conversa enfim, em muitos eventos do nosso cotidiano, que só não consegue as coisas quem não quer, a oportunidade está aí. Se você não foi atrás ou não conseguiu, foi porque não quis. Um discurso muito meritocrático que transfere a culpa pelos nossos fracassos a uma péssima escolha que fizemos. No caso de pessoas trans como eu, a de ser travesti, transexual ou transgênero.

Mas sempre me perguntei se este discurso realmente possui para além da sua regularidade discursiva nas práticas sociais, efeito de verdade. Será que realmente não queremos ter uma vida digna? Ou será que este discurso produz e reproduz socialmente as desigualdades que nos afeta, mas as pessoas se fazem de sonsas e não querer ver os efeitos dele?

Enfim, muitas perguntas, que numa sociedade hipócrita como a nossa, fica difícil avançar por conta dos excessos de ódio e violência que eles(as) produzem. Um olhar científico como bem assinalou Andrade (2012) vai nos levar a entender que as cenas de transfobia vividas por travestis-transexuais-transgêneros em diferentes lugares podem confirmar o fato de um porquê não nos vemos nos espaços institucionais formatados por uma moral cruel para muitos(as) e tão liberal para poucos(as).

Uma situação que preocupa para assinalar a discussão feita aqui é sobre os dados que a ANTRA (Benevides, 2023) apresenta para obter com precisão como é o percurso formativo de estudantes travestis, transexuais e transgêneros. Segundo essa fonte de informações, 82% das pessoas trans abandonam o Ensino Médio entre 14 e 18 anos. Como podemos ver, é um dado recente. Acreditava-se inclusive com os estudos de Silva (2019) que, a partir das falas das suas interlocutoras, que se tratavam de questões que ficaram no passado, porque há 5 anos, quando realizou a sua pesquisa, todas tiveram acesso à escolarização e as discussões dos direitos humanos associadas com gênero e sexualidades, possibilitou outros rumos.

No entanto, é válido discutir sim sobre educação para pessoas trans. Neil Franco e Graça Cicillini (2016) quando realizaram um estudo de estado da arte sobre travestis, transexuais e educação, entenderam por meio de 20 publicações sobre o tema que ainda precisa-se avançar na constituição de um campo de estudos com maior força no contexto educacional. Segundo o(a) autor(a), o assunto começou a ser explorado na segunda metade da primeira década do século XXI com maior incidência nas regiões Sul e Sudeste.

A emergência de maiores estudos sobre a inserção e permanência de pessoas trans no cotidiano escolar é uma das constatações mais relevantes evidenciadas neste estudo. Dentro das diversas dimensões que abrange as discussões sobre gênero e sexualidades dissidentes, travestis, transexuais e transgêneros permanecem historicamente como o segmento social mais exposto às mais variadas formas de vulnerabilidades e exclusão. Como descrito na maioria dos estudos aqui apresentados, a escola é uma das principais instituições sociais que contribui para a reafirmação desses processos, portanto, seu interior torna-se um espaço propício para a construção de conhecimento no que se refere ao reconhecimento das diferenças e a criação de estratégias teóricas, práticas e políticas que melhor se aproximam dos princípios da inclusão (Franco; Cicillini, 2016, p. 135).

Desse modo, é possível dizer que estamos mais distantes das oportunidades sociais, sendo que a escolarização como uma das possibilidades de se ter uma vida digna, está mais distante. A população trans é um grupo levado à precarização de suas vidas quando as estratégias para a conclusão do itinerário educacional são bem mais difíceis para nós. Requer, então, olhar para as experiências de escolarização trans no passado para que se possa criar ações concretas e educacionalmente justas.

Ághata (2024) diz:

*Bom, Tattiana! O que eu posso dizer é que eu tive momentos bem difíceis. Tive momentos bons, mas a maioria foram difíceis, porque desde pequena eu sempre fui afeminada. Sempre tive fascinações pelo lado feminino, então isso acabava me prejudicando na escola. Sofria agressões! Passava por coisinhas, coisinhas, coisinhas.*

Ao explorar sobre esta memória citada por Ághata, no momento em que diz “coisinhas, coisinhas, coisinhas”, ela diz “discriminação do professor” (Ághata, 2024).

E acrescenta:

*Teve uma vez que eu fui jogar. Eu estava na aula de Educação física. Eu nunca gostei de jogar bola (futebol). E, meu professor de Educação*

*física, me fez jogar bola e eu acabei me machucando. Por causa disso, ele me deixou muito apavorada. Ele falou que se eu não jogasse, eu iria perder o ano. Então, eu acabei ficando apavorada e acabei jogando. Aí, me machuquei feio por causa disso (Aghata, 2024).*

No entanto, tais práticas transfóbicas não ocorriam apenas por parte do professor, mas também de outros estudantes da escola: *“No banheiro, já sofri agressão por parte de alguns alunos que estudavam comigo. No banheiro masculino da escola, às vezes eu aguentava o xixi a manhã inteira pra poder ir em casa fazer. Eu ficava com medo (Aghata, 2024).*

Além da experiência que teve com o Professor de Educação física, Agatha cita um evento que entende por se configurar como um assédio:

*Então, eu lembro de um professor que me assediou quando eu era mais nova, acabou abusando de mim porque eu era nova, tinha 12 anos. Entendeu? Eu estava indo pra Fernandópolis, ia indo de um ônibus e ele foi me seguindo. Ele perguntou se eu queria uma carona. Como ele era meu professor, eu acabei indo. Chegando ali, ali perto de Fernandópolis, tinha um motel. Ele entrou por ali. Eu nunca sabia o que era um motel na minha vida. Eu entrei lá e aí ele acabou abusando de mim. Ele tirou a roupa, mandou fazer coisas terríveis naquela época. Eu fiquei muito mal por isso, fiquei dias sem ir pra escola (Aghata, 2024).*

As falas de Agatha nos levam a entender que a transfobia tem dimensões institucionais graves na vida de uma pessoa trans. No caso da fase da infância e da adolescência, a situação fica atenuante uma vez que contribui para o abandono escolar. Não conseguir ter respeito nos espaços escolares torna-se um agravante para assegurar a permanência de estudantes trans nas escolas.

Inúmeros acontecimentos, nesse caso, fazem a pessoa trans se entender deslocada e como não pertencente à escola. Franco e Cicillini (2016) também pontuam que situações como essas acontecem e a pessoa violentada e distratada não se vê na posição de se movimentar para buscar melhores formas de protagonismo e respeito dentro das unidades escolares. Elas vão aprendendo a se enxergarem como pessoas anormais, o que vai retroalimentando uma sensação de não ser um corpo que também tem direitos como qualquer outro corpo.

Marcos Torres, Rubens Modesto e Thaynara Menezes (2020) fazem uma discussão interessante sobre como a formação docente pode ser o diferencial para assegurar inteligibilidade para corpos trans dentro das escolas. As experiências de Agatha revelam que a ausência de um(a) professor(a) independente de que função



exerça dentro da unidade escolar, seja um(a) docente, coordenação ou gestão escolar, com conhecimento de identidade de gênero e de sexualidade contribui para a evasão escolar.

Consideramos que uma possibilidade de enfrentamento dessa situação seja a problematização da cisheteronormatividade e do discurso transfóbico ainda muito presente na formação docente. Para isso, uma das principais estratégias que avaliamos é a elaboração de análises que se disponham a dialogar com a produção de conhecimentos que travestis, transexuais, entre outros sujeitos marcados pelas sexualidades, têm elaborado (Torres; Modesto; Menezes, 2020, p. 123).

Os(as) autores(as) entendem que a formação docente é capaz de movimentar significativamente este cenário transfóbico com que muitas pesquisas tem demonstrado a respeito de experiências de evasão e fracasso escolar de pessoas trans. O discurso transfóbico pode potencializar as práticas de expulsão compulsória que insistem em culpabilizar estudantes trans por não conseguirem concluir a escolarização básica.

Quando temos um corpo docente preparado para lidar com as diferenças que o seu grupo de alunos expressam, possivelmente teremos uma comunidade escolar afeita ao desenvolvimento escolar de todos os alunos e as alunas. Muitos dos discursos transfóbicos como apontam Torres, Modesto e Menezes (2020) são proferidos sem visão crítica e de forma despercebida. Assim, os autores apontam três formas para se trabalhar a importância do reconhecimento das pessoas trans na formação docente.

**Primeiro**, entender que lutamos com nosso próprio quadro normativo, em que não raro essas pessoas são des/classificadas de diversos modos: para determinadas ocupações, por transtornos médico-psiquiátricos, por inadequação de seus corpos, entre outras questões [...] A **segunda** consideração é sustentar a tensão da pergunta sobre “como você quer ser tratado”, bem como compreender a legítima instabilidade dos relatos oferecidos como respostas. [...] Por fim, a **terceira** consideração traz uma certa dramaticidade necessária à cena do reconhecimento de pessoas trans. Precisamos compreender nosso fracasso em reconhecer de modo mais reflexivo o que é uma travesti, uma/um transexual, uma pessoa não binária, entre outras expressões de gênero a partir da cisgeneridade. Isto não pela nossa incapacidade intelectual, ou coisa semelhante, mas pelo regime de verificação que nos constitui (Torres; Modesto; Menezes, 2020, p. 130).

No espaço da escola, geralmente se convive com as primeiras expressões da transição de gênero. É o lugar, onde crianças e adolescentes experimentam estilos, roupas, incertezas, medos, afetos com outros de sua mesma idade. Como um espaço de acolhimento, a escola e os seus profissionais podem ofertar um local de respeito, dignidade e tolerância com um enfoque dos direitos humanos.

Aghata (2024) traz narrativa de que vivenciou esse momento relevante de sua vida durante a escolarização básica (último ano do ensino médio):

*Com 17 anos, eu consegui o meu primeiro trabalho. Eu fui vendo aquele meio feminino, aquilo lá foi me encantando. Eu trabalhava num salão de beleza. Aquilo lá me fascinava! Mega hair, estilos de cabelos, essas coisas, me fascinava. Aí eu comecei a fazer a transição assim, comecei a tomar hormônios sem medicação ou por receita médica. Tomei por conta própria, isso acabou me fazendo muito mal. Não recomendo isso, mas naquele momento era o que eu mais queria. Eu queria ter um corpo e parecer uma mulher. Eu olhava na internet, eu pesquisava no YouTube. Eu via, o que mais me inspirou foi a Roberta Close, porque eu olhava as coisas dela, me fascinava.*

Bento (2011), ao discutir sobre como as unidades escolares são espaço reprodutores as desigualdades para pessoas que se expressam diferente dos padrões, aponta que no início da década de 80, o Brasil se deparou com as reivindicações de Roberta Close. Uma mulher que se dizia transexual, reivindicada naquele momento a retificação de seus documentos civis para ser reconhecida com uma existência social no feminino.

Na concepção da autora, a travestilidade e a transexualidade começou a ser vista de forma nacional como uma questão que precisava ser problematizada. Mas isso não alterou a compreensão de normal e anormal que se tinha à época, sendo que o corpo de Roberta Close era visto como um corpo anormal. Esse não reconhecimento perpassava pela ausência de uma visão transgressora que entendesse que os corpos produzem próteses identitárias que, em muitos casos, não correspondem às expectativas sociais criadas em torno do biologicismo dos órgãos genitais.

Após o nascimento da criança, as tecnologias discursivas dirigem-se à preparação do corpo para que desempenhe com êxito o gênero. O mundo infantil se constrói sobre proibições e afirmações. Essa pedagogia dos gêneros hegemônicos tem como objetivo preparar os corpos para a vida referenciada na heterossexualidade, construída a partir da ideologia da complementaridade dos sexos (Bento, 2011, p. 551).

Segundo a autora, os corpos que transgridem essas normas para pessoas cisgêneras são socialmente patologizadas. Especialmente, porque há um endereçamento social de qual é a identidade social demarcada como sendo cidadã e protegida pelos direitos humanos: “[...] são heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica/intelectual/ política” (Bento, 2011, p. 554).

A adentrar mais especificamente na narrativa desta transição durante a escolarização, Aghata (2024) explora memórias em que tinha espaços que podia ser uma mulher e espaços em que ainda tinha que se esconder por conta de questões familiares (o pai). Isso é um reflexo do que Bento (2011) caracterizou como a patologização social: o excesso de cuidado para não aparecer em alguns locais que não compreendem ou toleram quem Agatha estava se construindo. E assim, ela diz:

*Dentro da escola, na “caladinha”, eu colocava uma camiseta baby look. Colocava um band-aid no peito que começou a inchar devido aos hormônios. Então, eu escondia e comecei a fazer escondida de todo mundo. A minha primeira vez que eu saí montada, eu estava com 17 anos. Foi num rodeio da minha cidade, em Jales, aqui na Facip. Aquilo lá pra mim me fez olhar e falar, não, é isso que eu sou. Eu nasci uma transexual e é assim que eu vou ser. Aí eu comecei. Coloquei o mega hair, e aí nisso eu fui escondida. Tudo que eu fazia era escondido. Coloquei o cabelo, coloquei um boné na cabeça, lembro até hoje. E aí fui, cheguei em casa...*

Como é possível notar, concorda-se com Bento (2011) quando a autora enfatiza que toda mulher trans ou travesti passou por um processo de patologização social. Isso nos faz interpretar que a sociedade e o mundo não são para nós. Ousamos desrespeitar o patriarcado enquanto padrão de poder. somos seres que nos construímos na abjeção e, com isso, justifica-se as inúmeras estratégias violentas para nos fazer enxergar que não somos pessoas dotadas de direitos humanos e merecemos a desumanização

O afastamento desses pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los. Os direitos humanos se transformam, nesse processo, num arco-íris: lindo de se ver, impossível de se alcançar. As normas de gênero só conferem vida àqueles seres que estão “ajustados” a essa expectativa (Bento, 2011, p. 554)

A todo o momento, somos atingidas pela desumanização. Amanda (2024) traz também, a mesma experiência de passabilidade<sup>13</sup> Em relação aos profissionais da escola, professores(as) e gestores(as), Amanda (2024) disse que também passou por situações desagradáveis uma vez que começou o processo de transição na fase da infância para a adolescência durante a escolarização:

*Olha! Tinha uma professora. Não uma, mas duas professoras que não gostavam de mim por conta de eu querer já me transicionar. Eu era muito criança quando comecei a minha transição. Eu sofri muito por conta disso. É! Tomei hormônio, deixei o cabelo crescer. De hormônio foi uma outra travesti que eu conheci na rua em São Paulo, e aí ela me falou. Bom! Eu tinha, quando eu comecei a tomar hormônio, 12 anos. Saí da escola. Comecei a me transicionar.*

Ao ser questionada sobre o porquê saiu da escola, Amanda relata novamente que não tem como você decidir fazer transição, ao menos na época dela, em torno do início de 2000, e querer continuar em um ambiente, onde você vai ser motivo de chacota, piadinha e discriminação. Esse fator é um reflexo da abjeção como nós podemos analisar também na experiência de Agatha.

Ao evadir da escola, Amanda relata que foi trabalhar com a mãe no bar durante o dia. Mas diz que não foi muito bom: *“Mas por conta da minha transição, não foi muito legal”*. Segundo Amanda, a mãe sempre soube que ela seria diferente. Mas não imaginava que seria tanto assim, pensava que ela fosse se tornar um homem gay: *“E a primeira vez que ela me viu vestida de mulher, ela chorou. Foi essa a reação. Ah, chorou. Muito”*.

Aqui, temos uma noção de como as expectativas sociais registram no corpo aquilo e, com reflexo, nas relações sociais e familiares como a transgressão da cisheteronormatividade como princípio de existência social das pessoas serão vistas por toda a sociedade. O discurso de normatividade segundo Foucault (2010), na obra *Os anormais*, produz efeito de verdade sobre as pessoas quando elas (re)produzem tais sentidos em suas subjetividades. A medicina como uma instituição cujo padrão de poder estabiliza saberes cuja legitimidade é inquestionável.

---

<sup>13</sup> O conceito de passabilidade refere-se ao apagamento de traços e outros aspectos que possam nos capturar dentro ou fora dos limites de nossa identidade de gênero: “A passabilidade, implicada em uma performatividade de gênero, dispõe um conjunto de atos regulados e repetidos que asseguram uma imagem substancial de gênero no registro de uma matriz heterossexual e cisgênera” (Pontes; Silva, 2017, p. 407).

[...] está em produzir nos sujeitos a incômoda e terrível certeza de que ele não é normal e de que, se ele se sente fora do lugar, é porque não existe lugar para ele. Há um processo incessante de produção de anormalidade. Ao problematizar a visão patologizante das identidades, terminamos por encontrar as normas de gênero (Bento, 2011, p. 558).

O fato de Agatha e Amanda sentirem pessoas que não merecem proteção dos direitos humanos, nos apresenta o funcionamento de um sistema discursivo que colocou em prática as engrenagens das normas de gênero. Já na experiência de Monique, observamos os reflexos da repressão sexual (Chauí, 1986). Em muitas passagens de sua experiência de transição e escolarização, Monique (2024) diz que assuntos ligados à sexualidade não eram tratados dentro de casa. Acredita que isso está ligado ao fato de que a sua família sempre viveu na área rural, tradicionalmente pessoas que moram neste local são adjetivadas de sérias e não conseguem compreender coisas fora do comum com tanta tranquilidade.

Nesse sentido, Monique (2024) fala:

*Eu estudei até a oitava série. Não me aprofundei no estudo, porque a gente trabalhava muito. Quando eu era criança, ia para a escola na parte da tarde. No outro período, eu ia ajudar minha mãe e meu pai na roça. Então, eu quase não fui de estudar. O primeiro colégio que eu estudei aqui é chamado NPS hoje. Foi no NPS que eu dei os primeiros passos na escola. Aí com poucos anos que eu estava estudando no NPS, eu comecei a estudar no Dom Arthur. Uma escola muito conhecida aqui, que é de frente. Eu estudei acho que até a quarta ou quinta série, eu não me lembro muito bem. Depois fez a escola do Arapuã, que é aqui no bairro onde eu nasci hoje, perto da casa da minha mãe.*

Monique foi se constituindo trans aos 12 anos de idade: *Eu deveria ter uns 12 anos, quando eu percebi que eu não era um menino. Porque eu brincava muito com menina, com a minha irmã, e estava sempre no meio das meninas (Monique, 2024).* Como é possível observar, Monique tem as suas informações para caracterizar o porquê se sentia mulher. Ela usa o fato de não corresponder às expectativas sociais para o corpo de macho como uma forma de justificar a contradição do determinismo biológico.

Monique (2024) traz uma questão importante para ser pensada em relação à identidade de gênero e de sexualidades. Ela relata que se achava e se via um menino gay até o 3º ano do Ensino Médio, tendo amizades com meninos gays. Ela diz que desistiu da escolarização, porque ficou por 3 anos cursando o terceiro ano do ensino

médio e resolveu desistir. Após isso, relata que decidiu se envolver com um grupo de mulheres trans. Relata que sempre teve sorte para encontrar serviços bons com boa renda, ajudava nas contas de casa e da sua família.

Segundo Santos (2015), a transexualidade como uma questão pública não era entendida antes do século XX posto que tais sujeitos não eram entendidos como sujeitos com cidadania. Eram, ao contrário, capturados por falas médicas, moralistas e criminais como pessoas que desrespeitavam os preceitos humanos de determinação biológica. Ao entender essa relação da transexualidade, na concepção da autora, com o ambiente escolar, notamos que há “[...] um traçado histórico singular. Para sua compreensão é preciso desconfiar do que é tido como uma questão resolvida ou natural” (Santos, 2015, p. 635).

As escolas não suportam trabalhar com transexuais, pois empreendem toda uma maquinaria com vistas a estabelecer e reiterar a norma heterossexual. Talvez pelo afastamento das normas operado por essa experiência, pois uma vez iniciado o processo de transexualização, com a ingestão de hormônios, a colocação de próteses ou a retirada de partes do corpo, dificilmente se retrocede às normas de gênero e sexualidade. Esses são sujeitos que escapam à eficiente política de governo de corpos e subjetividades no funcionamento da maquinaria escolar (Santos, 2015, p. 639).

É o que se torna possível observar na experiência de Nicole, ela usa o termo bullying para explicar os insultos que vivia, no entanto, é válido caracterizar que este termo mascara a transfobia. E estas cenas de zombaria foram vividas por ela da seguinte forma:

*A gente sempre passa por muito bullying. Os meninos da escola, às vezes, porque eu mesmo, no meu caso, odiava jogar bola (futebol). Sempre gostava, assim, de ficar com as meninas. Fazer coisas de meninas, gostava de jogar vôlei. Sempre tinha um que zoava tudo, mas a gente levava, assim. Tinha que levar. Ah, é a “bichinha”. A “boiolinha”. Essas coisas. Sabe? Bullying mesmo (Nicole, 2024).*

Sara Sonetti e Marcos Garcia (2020) ao pesquisarem sobre a transfobia nas escolas da região de Sorocaba/SP, puderam entender que ao analisar o *bullying*, precisamos discutir sobre qual a motivação do ato. Não podemos confundir o *bullying* com a Lgbtfobia. Geralmente a prática da transfobia que motiva o bullying pode ser gerada por discursos cisheteronormativos. Isso ocorre no ambiente escolar, no momento em que estudantes LGBTI+ “[...] são frequentemente “corrigidas” ao

demonstrarem algum comportamento “incompatível” com seu gênero. Cabe lembrar que essa “correção” atravessa também funcionários e professores, que poderão ser considerados como “maus exemplos” para os alunos” (Sonetti; Garcia, 2020, p. 177).

No que se refere a ter notado alguma experiência desagradável vivida dentro da escola no que se refere à Lgbti+fobia, Monique (2024) relata um episódio com uma professora de educação física: *“Eu não sei falar se era meio diferente, mas na escola mesmo, a professora de educação física, ela não gostava que eu jogava vôlei. Ela queria que a gente jogava futebol com as meninas, e eu odiava.”*

Em relação ao uso do banheiro na escola, Nicole diz que quando ainda não tinha vivido a transição, ela teve experiências de piadinhas desagradáveis que a impediam de querer frequentar o banheiro masculino:

*Banheiro, eu ia no banheiro dos meninos, mas não gostava. Me sentia ruim. Não, é assim, às vezes, piadinha de eu entrar no banheiro dos meninos. Eu pensava assim, vai se alguém me vê e fazer piada assim: seu “viadinho”. Vai saber né?. Mas também eu gostava, na época, de entrar no banheiro das meninas. Mas, as professoras me tiravam (Nicole, 2024).*

Silva (2019) pesquisou quatro mulheres trans que antes de iniciarem o processo de transição de gênero, também tiveram experiências em que foram enquadradas como homens gays. Segundo o autor, as suas interlocutoras narraram que sabiam que o processo de permanecer na escola durante a transição não seria tão tranquilo assim. Especialmente, porque elas sempre imaginavam que se sendo lidas socialmente como homens gays, já sofriam com o excesso de práticas de corretivas e de exposição vexatória; a situação seria pior quando fossem travestis ou transexuais.

Sobre a transição, Nicole (2024) traz que sua experiência envolveu o uso de roupas e adereços estéticos de sua mãe:

*Quando eu não conhecia o mundo das trans, uma vez eu fui me amontar. Peguei a peruca de um amigo meu, a bicha se chamava Renata. Me amontei! Olhei no espelho e vi que aquilo lá era pra mim. Gostei da imagem feminina que eu vi no espelho. Em casa, peguei a calcinha e vestido da minha mãe. Fui pra esquina de prostituição. Fica no centro de Jales. Atrás da escola Antigo Doc. Famoososa! Todo mundo conhece. Ali eu... Só travestis e transsexuais. Só trans, só bonecas.*

A transição de Nicole vincula-se diretamente com a experiência de prostituição. Utilizando da cartografia como um método de pesquisa, Ercoles e Maio (2020) de duas mulheres, travestis e putas. O questionamento feito pelas autoras envolve pensar em como a escolarização cujos artefatos formativos caminham para o mundo do trabalho, fizeram para formá-las mesmo diante de dois espaços (escola e trabalho) que expulsão corpos travestis e transexuais.

Parte da análise da pesquisa de Ercoles e Maio (2020, p. 14) podemos notar falas de suas interlocutoras como abaixo:

Por mais que haja diferenças nas faixas etárias e suas formações escolares, Carol de 25 anos de idade e Ensino Básico completo e Anne de 50 anos de idade e Ensino Fundamental incompleto, ambas enfrentaram dificuldades no período escolar, mesmo que tenham sido violências diferentes e em intensidades distintas. Anne ainda itera que “se você for conversar com a maior parte das trans, travestis da minha idade, todas elas passaram pela minha situação, tipo, muitas delas têm a quarta, quinta série, terceira série”. Assim, para ela, mulheres transexuais e travestis de sua faixa etária e de seu ciclo social não tiveram muito sucesso na formação escolar.

Utilizando estudos de Megg Rayara, Ercoles e Maio (2020, p. 15) afirmam que “[...] nem sempre é o lugar que aprisiona e faz delas vítimas ou sofredoras, mas pode significar autonomia e aceitação”. As interlocutoras que participaram da pesquisa de Ercoles e Maio (2020) colocam o espaço da prostituição como um local de resistência a um ambiente formal totalmente transfóbico e abusivo. Uma profissão, segundo as falas das trans putas que participaram da pesquisa, que pode ser acessível a qualquer pessoa.

As experiências de tornar-se trans e travesti articulada com os espaços da prostituição intensificam as vias de exclusão social. Recorrer à prostituição, no caso das pesquisadas de Ercoles e Maio (2020) foi um forma de acelerar o processo de transição de gênero, considerando as dificuldades de um trabalho assalariado e formal para dar um bom retorno financeiro e rápido. Nicole (2024) traz em sua fala que iniciou a transição concomitante à prostituição quando ainda era menor de idade. Ela aponta que já observava as trans de Jales no ponto e ficava vislumbrada como a feminilidade delas. Nicole se aproximava das trans para saber como era ser uma mulher trans. A questão interessante a ser analisada na experiência de transição de Nicole durante a fase da adolescência envolve discutir sobre a patologização que se faz das travestis



e transexuais que, em muitos casos, impedem o reconhecimento de que crianças e adolescentes vivenciam experiências de transgenerização.

Natacha Kennedy (2010) aponta que o silenciamento e o reconhecimento de que crianças e adolescentes podem expressarem-se com identidades de gênero trans pode ser uma estratégia de suprimir a possibilidade da vivência trans nessa fase da vida que é tão capturada por discursos religiosos e moralistas.

Nesse sentido, a autora vai entender que a maioria das crianças passam por todo o percurso escolar sentindo que sua identidade de gênero é diferente daquela que as cobranças sociais os levam a representar.

Parece que o radar social da maioria das crianças transgênero (assim como o da maioria das outras crianças) é suficientemente bom, mesmo em idade jovem, para detectar que ser transgênero é “inaceitável.” No entanto, é evidente que, de acordo com as duas respostas acima, mesmo aqueles que são suficientemente corajosos para revelar algo de suas identidades aos colegas correm o risco de sofrerem socialmente (Kennedy, 2010, p. 28).

Como se vê a partir de um recorte da pesquisa de Kennedy (2010), estamos diante de eventos que ocorrem sim, mas que poucas pesquisas se debruçam a entender o assunto por conta de uma forte preocupação religiosa e moralista que paira no universo LGBTI+, colocando tais pessoas como seres imorais.

### **3.2 Religiosidade e famílias**

Bento (2012) entende que a família exerce um papel importante no processo de formação da identidade de gênero e da identidade sexual de seus filhos e de suas filhas. Especialmente, porque segundo a autora, a noção de família se baseia numa perspectiva de leitura da heterossexualidade mesmos nos casos em que a formação familiar não se constitui por vínculos de procriação.

Para dar respaldo a essa afirmação da autora, optamos por apresentar uma das falas da participante de sua pesquisa, onde ela diz como a família a tratava por ter práticas de gênero distantes daquelas expectativas criadas em torno do seu órgão genital: “Uma delas contou que a vergonha de sua mãe em ter um filho com um jeito ‘afeminado’ era tamanha que, ao receber visitas em sua casa, trancava-a no quarto e a proibia de falar” (Bento, 2012, p. 280).

Bento (2012, p. 281) ainda questiona:

Como ser/tornar-se um sujeito singular fazendo parte de uma instituição que se caracteriza pela reprodução das normas? Qual o espaço que a família reserva para a emergência de subjetividades divergentes da norma? Essas questões nos remetem, de certa forma, para o debate sobre o “meu lugar no mundo”.

Segundo a autora, mesmo que as travestis e transexuais passem por um processo que autora entende por exilamento de suas famílias, elas vão recriar estes vínculos: “[...] uma marca de grupos de pessoas que foram expulsas de suas famílias, o que passa a conferir à amizade um caráter singular como espaço de construção e manutenção de vínculos afetivos” (Bento, 2012, p. 281). Elas reconfiguram a visão tradicional de família, constituindo “[...] redes de apoio e solidariedade, para além da visão normativa do Estado [...]” (Bento, 2012, p. 281).

O peso da expulsão de sua família é presente na memória de Agatha:

*O meu pai, ele era muito preconceituoso. Ele não podia nem falar o nome. Essa palavra. Pra ele, na época, era travesti. Ele não podia nem falar isso, que ele achava uma abominação. E aí, o que que acontece? Um dia eu cheguei em casa do trabalho e eu estou na mesa de jantar junto com eles e eles me viram. Meu pai me percebeu alguma coisa estranha. Alguma coisa volumosa no boné. Ele pediu pra tirar o boné. Quando eu tirei o boné, ele viu o aplique. Não deu outra! Ele me agrediu. Me bateu muito, muito, muito mesmo e me expulsou de casa.*

Experiência correlata a de Agatha foi a de Monique (2024), onde conta como foi a reação de seu pai e de sua mãe. Segundo Monique (2024): *“Ah, eles ficaram bem apavorados, mas eles sabiam do que eu ia fazer. A proposta que me deu foi a vizinha de frente da minha casa. A moça que frequentava lá, que me levou. Isso, eu era, assim, bem afeminado, mas um garoto.”*

Muitas pessoas enquadradas e obedientes às normas de gênero dizem que somos merecedoras de todo esse sofrimento que passamos. Referimo-nos a sermos negadas e expulsas de nossas famílias como se fôssemos descartáveis. Muitas lidam tranquilamente com isso, regulando-se emocionalmente. No entanto, muitas outras vivem constantemente negações em outras esferas da vida social. É uma questão de sociedade e Estado pensarem sobre isso.

Segundo Cruz (2019), em sua pesquisa com travestis e transexuais que se prostituem em um município de Mato Grosso do Sul, o autor diz que a família deveria ser a primeira instituição a gerar confiabilidade, porém reproduz um discurso religioso,

patriarcal e opressor que geram sérias dificuldades para permanecer mantendo vínculo.

Dentre as 20 participantes de sua pesquisa, ao menos 3 demonstraram manter o vínculo com a família e ter conseguido respeito. Situação muito crítica que nos faz observar que a maioria cita que passaram por violência e expulsão. Agatha (2024) cita alguns lugares que acolheram ela diante da expulsão:

*Fui pra minha avó, mãe da minha mãe. Mas nesse meio tempo, onde eu trabalhava, acabei conhecendo outras travestis. Conheci outras travestis e uma delas me indicou eu viajar para São Carlos. E eu estava com medo. Fiquei apavorada, que meu pai queria me mandar embora. Acabei indo por conta disso.*

Geralmente, a expulsão familiar torna-se um evento que leva ao rompimento total com a família e maior exposição à prostituição como forma de sobrevivência. Amanda relata que a sua mãe e seu padrasto brigavam muito, mas que a mãe não a expulsou de casa. No entanto, Amanda não se sentia bem do jeito que estava e gostaria de se encontrar dentro do meio trans, porque na família não tinha tanta referência de pessoas LGBTI+.

Ela relata um sentimento de não pertencimento e de se ver diferente em razão de que na sua família não existia pessoas trans.

*Eu não via... o que estava passando comigo em outras pessoas. Eu queria ver. Foi quando eu conheci a Elisette, que é cafetina em São Paulo. E aí, ela me levou. Porque era outra trans. Aí ela me levou pra morar... Eu já tinha... Eu ia fazer 13 anos. Ela me levou pra morar com ela. Morava com ela, assim. Ela não morava no apartamento conosco. Morava eu e quatro outras meninas trans.*

Amanda demonstra a vulnerabilidade que as adolescentes trans vivem no nosso país, quando se sentem desajeitadas dentro de suas casas, sendo tratadas com falta de respeito e humilhação. Mesmo que tal situação não tenha sido o exemplo da experiência de Amanda, ainda assim, a mesma passava por desajustes entre as expectativas do sexo biológico e a identidade de gênero feminina que estava em processo de formação.

Redefinir o conhecimento sobre o assunto da transexualidade e da travestilidade é algo urgente. Muitas famílias reproduzem preconceitos por desconhecerem sobre o assunto, interpretando e acolhendo desinformações divulgadas em redes sociais e outros canais de informação. Andrade (2012, 248)

caracteriza que diferentes espaços são responsáveis por executar uma pedagogia da violência direcionada para pessoas trans:

O que ocorre com as travestis na escola é que esta instituição tenta reproduzir os ditames do sistema social, portanto isso não é algo peculiar a ela, mas reflete nela, assim como na família, na universidade, no trabalho, na rua, etc. Educadores, funcionários, professores e gestores em sua maioria aprenderam desde a convivência familiar, escolar e social em geral que os sexos definem o gênero e conseqüentemente o desempenho social, como se tudo fosse natural, fixo e intransponível.

Vários espaços constroem-se na manutenção das cisheteronormatividade, realizando empreendimento simbólicos que tem o corpo como um espaço onde serão empregados os esforços de correção, coerção e disciplinamento.

Paty (2024) relata como foi a sua infância, mesmo se escondendo de seus pais:

*Eu estudei da 5ª à 8ª série no Euphly. Sempre tive amizade com meninas. A partir da sétima série, eu já comecei a demonstrar que eu era menina. A minha família começou a perceber, porque eu nunca tive interesse por futebol, biroca, pipa... Esses tipos de coisas de meninos. Eu morava num bairro bom, porém pobre. Sempre quando tinha época das crianças. Festividades assim, especial, distribuíam-se brinquedos. Eu nunca tive interesse por bola, por carrinho. Eu sempre queria a boneca mesmo. Eu me lembro até hoje, numa data especial, onde as crianças na Casa da Sopa, lá do bairro, fizeram uma fila. Chegaram na hora, eu tinha o cabelo meio comprido, encaixado. E o meu jeitinho de ser, eles me deram... não sei, por eles perceberem que eu era daquele jeito. Ou até por maldade também, eles me deram uma boneca. Eu cheguei contente em casa, a minha mãe pegou a boneca e fez eu ir lá trocar por um carrinho de menino, um carrinho de plástico. Amei a boneca, mas...*

O comportamento de querer brincar com brinquedos socioculturalmente definido para meninas cis, levou a família realizar a prática da correção. Tentar exitosamente corrigir o que poderia ser visto como homossexualidade futuramente. Esta situação é vista por Bento (2011) como o espaço em que o heteroterrorismo vai se manifestar. Patty (2024) relata que o seu pai e a sua mãe a tratava sem tanta preocupação e interesse por conta da forma como ela se expressava feminina.

Relata ainda que os pais nem se importaram com a situação de uma possível evasão escolar. Traz uma narrativa de uma situação em que tanto a escola como a família não se importaram com o fato de ela não estar frequentando a escola e sim, o ponto de prostituição. A escola não fez questão de entrar em contato para resolver ao

passo que os pais também não se importavam, porque sabiam que ela não gostava muito de ir à escola.

Como não foi bem aceita na unidade escolar, ela decidiu ficar apenas trabalhando no ponto: “Aí foi onde eu decidi, coloquei na cabeça, como eu já tinha saído da escola. Me maquiava, pra ir pro ponto. A partir da oitava série foi a noite. Eu dei um ano, repeti, no segundo ano aconteceu isso.”

*Aí, a partir desse momento, eu decidi. Já tinha amizade com as meninas que faziam programa. Conversando com elas, perguntei se poderia ficar no ponto. E... E as meninas, na época, como eram todos “bichas montados”, as travestis, eram poucas que usavam o cabelo próprio, mas a maioria era peruca. Na realidade, era igual a mim. A maioria, era menino de dia e menina à noite. Tinha algumas que eram travestis. Tanto é que nessa época, em Jales, dava pra contar no dedo quem tinha silicone e prótese. Tinha que ter silicone industrial no bumbum e no peito. Dessa época em diante, eu comecei a fazer programa. Naquela época, dava dinheiro. Isso que me fez apegar!*

Teve um tempo, ainda menor de idade, que Patty se envolveu com o uso de maconha. Ela diz que foi abordada por várias vezes, fazendo o uso de drogas no recinto de exposição da cidade de Jales/SP. Patty fala que só podia sair da Delegacia se a mãe e/ou o pai fossem busca-la, porque menor de idade:

*Mas nessa época, tinha uma mulher na delegacia. Não lembro se ela era delegada, se ela trabalhava lá. Eu expliquei pra ela. Falei amiga, eu me visto de mulher. Mas minha mãe nunca me viu. Então, conforme minha mãe entrou por um lado de uma sala, eu saí pela outra. Eu passei do lado dela. Ela não me conheceu, nessa época. As minhas irmãs, sim, sempre me conheciam. Quando me viam vestida de mulher nas festas de peão dos lugares, elas passavam, olhavam, dava risada, dava tchauzinho disfarçadamente. Mas meu pai e minha mãe até então nunca tinham chegado a me ver vestida de mulher.*

Ela relata que a família ficou sabendo, porque houve informações dos outros que ficaram sabendo: “Mas até o momento que aí os meus próprios familiares começaram a falar. O Adriano (nome morto), está se vestindo de mulher. Eu o vi vestido de mulher lá no ponto. Aí foi onde ela me perguntou, você tá vestido de mulher? Eu falei, tô.” Paty (2024) disse que permaneceu em casa ainda, mesmo saindo para ir para o ponto. A mãe sabia e tomava as devidas medidas para que o pai não visse:

*Foi onde eu falei pra ela se eu poderia sair de casa. Ela falou, você pode sair, depois que teu pai for dormir. Meu dormia cedo, porque trabalhava no outro dia cedinho. Então era 20h30/21h, eu estava saindo sem meu pai ver. Minha mãe me via. Foi quando a minha mãe começou a aceitar. Conheceu as meninas do Pontilhão, que de vez em quando, alguma delas ia em casa se montar.*

Com a fala de Patty, notamos que existem famílias e famílias como Leticia Lanz (2014) afirmou em sua pesquisa de mestrado. Segundo esta autora, o medo e a falta de suporte, faz com que muitas trans se neguem, enquadrando-se ao (c)istema. O tempo todo somos envolvidas por uma sensação ruim “[...] decorrente do sentimento de culpa pela transgressão cometida (ou que se pensa em cometer...) [que] é ainda maior em pessoas educadas sob os rígidos princípios e valores burgueses, como é o caso das pessoas entrevistadas” (Lanz, 2014, p. 244).

Bento (2012) diz que os sofrimentos gerados pela família para pessoas trans relacionam-se ao fato de que a maioria não corresponde às expectativas sociais criadas em torno das normas cisgêneros. Diferentemente do caso de Patty em que a sua mãe soube lidar com a situação, muitas tem uma convivência muito conflituosa com as suas famílias.

### **3.3 Violências, prostituição e mercado de trabalho**

O que notamos com as falas das travestis e transexuais entrevistadas é que a transição de gênero ocorre por meio da prostituição para ter condições de financiar próteses mamárias e dos glúteos, que, na maioria das vezes, são procedimentos realizados de forma clandestina e sem acompanhamento médico da saúde. Essa situação é narrada em pesquisas como a de Bento (2006); Pelúcio (2005b); Andrade (2012); Lanz (2014); Oliveira (2017).

Travestis e transexuais oriundas de classe social com baixo poder de renda não possuem condições financeiras para subsidiar um acompanhamento médico para a construção de suas feminilidades. É preciso ter recursos financeiros para isso. A prostituição, neste caso, como veremos mais à frente trata-se de uma estratégia para a transição de gênero quando não se é acompanhante de luxo. Sobretudo, porque quando você só se monta e não tem um corpo tão feminino, isso reflete na diminuição dos atendimentos sexuais. Poucos clientes vão querer!

Garcia (2008) confirma a afirmativa acima trazida, posto que existe uma peculiaridade na forma como é constituído o campo de trabalho de travestis putas na prostituição. O autor leva em consideração para fazer esta afirmação, o fato de que a profissão puta foi historicamente associada à condição da mulher cis. Nesse sentido, o autor observou que: “Entre as travestis estudadas, a prostituição aparecia, assim, não somente como motivada pela necessidade econômica, mas também como um espaço de afirmação da feminilidade [...]” (Garcia, 2008, p. 243).

Apresenta também que a história de vida de mulheres travestis e transexuais na prostituição, enfatizando as violências vividas por parte de clientes, da população e da polícia local próxima aos pontos de prostituição. Considerando que a pesquisa realizada pelo autor faz parte de um recorte tempo da primeira década deste século, muitas questões ainda não são diferentes da apresentada por nossas interlocutoras.

O envolvimento de Agatha com a prostituição se deu a partir dos seus 18 anos de idade, buscando como ela mesma relata a sobrevivência. Isso a fez ter um trajeto como ponto de prostituição, de Jales a São José do Rio Preto (metrópole paulista próxima e ponto de referência para as cidades vizinhas).

*Eu fui pra casa da Verônica Rios. Uma trans bem conhecida na época. Ela já é falecida, mas eu fiquei lá durante um ano. Nossa! Eu nunca tinha visto trans na minha vida. Era uma casa com 32 transexuais. Era tipo uma pensão. Tinha até alvará. Nessa casa tinha alvará, mas teve outras casas que eu entrei que não tinha. Eu fiquei bem apavorada de ter um monte de trans desconhecidas. Conheci e fiquei amiga de algumas (Agatha, 2024).*

A prostituição é um lugar em que você aprende a lidar com situações muito perigosas para sobreviver. Segundo Aghata é um lugar sem lei, muito violento e te tratam das piores formas possíveis. Tem momentos em que o grupo se fortalece para enfrentar as coisas juntas, mas há muita rivalidade e disputa dentro dos pontos de prostituição.

Agatha diz que a prostituição é um lugar de desrespeito e luta para sobreviver financeiramente e também a sua própria vida fica vulnerável. Em um certo momento quando percebeu que em São Carlos/SP, o comércio estava ruim para a prostituição. Ela resolveu ir para Ribeirão Preto/SP, onde viveu por 6 anos e se envolveu com a drogadição. Em alguns episódios sobre a sua experiência com seus clientes, Agatha diz que não há respaldo algum do sistema de segurança quando tem um trans em situação de risco e de perigo: “eles fazem deboche da gente” (Agatha, 2024).

Butler (2006) vai dizer que embora sejamos todos e todas seres humanos, alguns corpos estão mais expostos aos efeitos da vulnerabilidade:

O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agencia: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao contato e à violência. O corpo também pode ser a agência e o instrumento de tudo isto, ou o lugar do “fazer” e do “ser feito” se tornam equívocos. Ainda que lutemos pelos direitos sobre nossos próprios corpos, os mesmos corpos pelos quais lutamos não são nunca totalmente nossos. O corpo tem invariavelmente uma dimensão pública, meu corpo é e não é meu. Desde o princípio é dado ao mundo dos outros (Butler, 2006, pp. 40-41).

O que a autora quer nos dizer é que independente do que fazemos ou deixamos de fazer os nossos corpos estão lançados na sociedade para depender de decisões e vontades dos outros. Pensando por um lado quando nos inserimos na coletividade e por outro, considerando também os reflexos das decisões dos(as) outros(as) sobre ele. A questão da desumanização com que travestis e transexuais sermos tratadas nos colocam na condição de vistas como não humanas, merecendo todo e qualquer desrespeito e prática cruel de violência.

É como se o ser qualificado como abjeto estivesse invisível com uma vida impossível de ser amparada para viver bem. Em 2015, Amara Moira (Rede Brasileira de Prostitutas, 2015, s.p) fez uma fala em curso ofertado pelo Observatório da prostituição sobre o ser travesti e prostituta:

Eu gostaria que vocês soubessem que estar no movimento brasileiro de prostitutas tem um significado todo especial para mim porque quando eu pautei isso, pautei a necessidade do movimento de travestis e transexuais em São Paulo não fingir que essa também é a nossa realidade, que o movimento adora falar que 90% das travestis são prostitutas ou estão na prostituição, mas ao mesmo tempo se recusa a pensar a regulamentação, não tem nenhum acúmulo sobre esse debate não faz nenhuma [mesa] sobre isso. Quando eu coloquei essa questão no começo desse ano o que aconteceu foi que eu fui sumariamente expulsa do movimento de São Paulo de travestis e transexuais e quando eu me recusei a ser expulsa a liderança de São Paulo bateu minha cabeça na parede e disse que não era mais o lugar de eu estar me expondo. E uma das coisas mais impressionantes é que aqui eu me sinto muito mais acolhida, aqui eu sinto que posso dizer as coisas sem esse higienismo de vamos falar só sobre coisas limpinhas. Não, vamos falar sobre a realidade de todas as formas, de todas as perspectivas, vamos lutar contra a violência, vamos lutar contra a discriminação, vamos falar as palavras sujas, as palavras que ninguém quer ouvir. Então estar aqui hoje significa muito para mim.



No que se refere a viver na prostituição, a vida das travestis e transexuais não são tão valorizadas e preservadas como trabalhadoras. Moira (2015) pontua que há certa exposição à violência de travestis e trans que se prostituem, mas que não demonstra preocupação por parte do movimento.

### 3.3.1 Bombadeiras, prostituição e transição

Ao narrar a rotina nas casas de prostituição de travestis e trans, Aghata (2024) traz que:

*Fiquei 8 anos enfurnada numa casa de travesti. Olha! Comigo não aconteceu tanta violência, mas já passou trans na casa onde eu estava, que passou por extorsão da Cafetina. Falava que a cafetina queria bombar [colocar um silicone industrial, aquele óleo de avião. Coisa ilegal isso] a bicha sem ela querer. Isso já aconteceu comigo. Teve uma época que eu fui pra Rio Preto e tinha uma Cafetina muito malvada. Aproveitava das trans mesmo e eu cheguei na casa, na verdade eu nem ia, foi eu e uma amiga. Nós fomos para ficar e ir embora no outro dia. Por fim, a trans acabou indo embora, me deixando sozinha lá. Essa Cafetina era viciada em dinheiro. No outro dia, eu cheguei, acordei, almocei. Ela começou a conversar comigo e do nada ela falou: Ó, daqui três dias a “bombadeira” vai vir te “bombar”. Bombadeira é a que coloca silicone industrial no corpo, pra dar bunda, quadril. Eu fiquei em pânico, porque eu não estava preparada pra isso. E aí eu acabei pulando [fugir] da casa.*

Ao observar a narrativa de Agatha, notamos que a maioria das travestis e transexuais que se prostituem iniciam o período de transição de maneira clandestina, por meio da ingestão de hormônios e colocação e próteses sem o devido acompanhamento profissional.

Situação de hormonização também trazida por Amanda, é possível ver quando ela diz que uma trans vai contando para a outra o que tomar, partindo do pressuposto que entre uma e outra, alguém teve orientação médica. Ela fala que tomou o Diclin<sup>14</sup> e que colocou silicone nas coxas com 14 anos de idade:

*Bom! Na época era assim, né? Era uma travesti mais velha que colocava nas meninas. E... E eu não sabia! Não tinha noção de dor. Ah, as outras ficaram bonitas? Por isso, eu tinha vontade. Aí, coloquei dois litros. Não me lembro como paguei. Só sei que foi bastante dinheiro. E eu tinha até guardado esse dinheiro. E ela me colocou dois litros. Nossa, foi horrível. Ó... Eles te colocam de bruços. Aí, vai*

<sup>14</sup> O diclin é um medicamento usado sem prescrição médica por travestis e transexuais a fim de realizarem uma hormonização feminina.

*furando. Era uma agulha muito grossa, diferente das que a gente vê hoje. É uma agulha bem grande e grossa bem diferente das que a gente vê hoje. E vai furando e colocando. Tudo sem anestesia, sem nada. Ela falou que eu tinha que ficar os sete dias deitada. Mas você vê, a gente não consegue ficar sete dias deitada sem levantar. Acaba levantando. É onde o silicone se espalha. Espalha nas pernas, sobe para tudo... porque ele é líquido. É um óleo. Enquanto ele não fica sólido ali no corpo (Amanda, 2024).*

Amanda também se lembra de trans que conheceu que haviam passado pelo mesmo procedimento e vieram a falecer em razão da aplicação de silicone sem supervisão médica. Nicole também experienciou situações como essas com as bombadeiras. Nicole foi para uma casa administrada por uma cafetina que também aplicava silicone industrial:

*No outro dia, a gente pegou o ônibus. Fomos pra Rio Preto, chegamos no endereço. Andamos uma avenida inteira pra chegar na zona do Meretriz, no Jardim Paraíso de São José do Rio Preto. O zonão da cidade. É um bairro de prostituição. Três ruas. Rua 1, 2 e 3. E quando nós chegamos, nós já demos de cara com cada uma da casa. A Cafetina, a Luciana, hoje finada Luciana, era travesti. Travesti, transexual, ela de prótese, silicone, bombadeira também. Colocava silicone nas meninas. E ali foi o meu primeiro... (Nicole, 2024).*

Em relação ao uso de silicone industrial, Nicole diz que as trans mais antigas, chamadas por muitos de “bombadeiras”, assediavam as mais novas para colocar, porque senão não serão vistas como mulheres, mas como “viadinhos”.

*A gente colocava, enchia o cú de silicone por causa das trans mais antigas. Se não tem silicone no corpo, você é um viadinho; elas diziam. Mas é tudo mentira! As meninas mais lindas que têm o corpinho de hormônio: as trans belíssimas, de cara, de peitinho. Não se iludam! Graças a Deus que meu corpo é lindo. Amo meu corpo. Não reclamo das meninas que fizeram meu corpo. Mas hoje em dia, você vê meninas novinhas com os corpos estragados. De silicone. As meninas novinhas não se iludam, porque silicone industrial não faz do viado. Eu fui viajar pra bem longe, coloquei numa cidade fora aí. A menina fez a primeira vez, coloquei três litros. Eu paguei R\$ 1.500. Fora os repousos, as coisas, na época a gente gasta uns R\$ 2 mil ou R\$ 2mil e pouquinho. Mas eu não sei hoje em dia como as meninas cobram. Numa casa, tudo limpinho. Mas é uma coisa muito de louco, pra quem passou, sabe? É uma coisa de doido. Que você deita ali, passa um álcool no seu bumbum, te amarra com umas fitas bem apertadas. E começa a fazer a aplicação. Primeiro no lado direito, depois no lado esquerdo, com seringas. As seringas, só pra quem não conhece, é aquelas bem grossas, que é de cavalo. Só quem sabe, é coisa bem de louco. E por isso que eu falo, não se iludam, porque essa coisa de silicone... Fica uns cinco dias de bumbum pra cima. Aí não pode levantar pra nada. Tem que ficar ali. Mas como eu pus bastante,*

*eu tenho que ficar fazendo exercício físico, cuidando, tomando colágeno. Porque é muito arriscado o silicone industrial. E também que já até faleceram por causa do silicone industrial. Muitas amigas minhas conhecidas... (Nicole, 2024).*

Nicole traz várias experiências de aplicação de silicone industrial não exitosas até porque é um procedimento estético clandestino feito por muitas trans que não tem dinheiro para fazer isso adequadamente. Denuncia, neste caso, a exposição que as trans passam por não ter uma supervisão adequada e uma política pública específica. Além disso, tem as complicações e/ou sequelas que ficam nos casos daquelas que passaram pelo procedimento.

Pelúcio (2005b, p. 101) aponta que a transição de gênero de mulheres trans e travestis apontam para eventos muito dolorosos posto que a maioria objetiva “[...] o hormônio circulando pelo sangue limpa a travesti daquilo que é masculino: pelos, pele grossa, traços angulosos. Atribui a elas também qualidades morais vistas como próprias da mulher: sensibilidade, delicadeza e até mesmo dedicação ao lar”. No entanto, elas fazem isso sem um devido acompanhamento.

A autora explica que as bombadeiras são as travestis mais velhas, muitas chegam a dizer que ficam dias, tentando se recuperar. Isso quando não ocorre problemas de saúde mais sérios a longo ou curto prazos. Alguns estudiosos apontam que o silicone industrial não é próprio para pessoas devido a presença de impurezas em sua composição. Geralmente, o corpo não reconhece a ingestão dessa substância. Dentre as complicações citadas por um pesquisador da área da medicina, Daniel Mello *et al* (2013, p. 101) trazem que:

As complicações locais após injeções de silicone líquido industrial vão desde alterações na coloração e consistência da pele com a formação de nódulos e granulomas a intenso processo inflamatório, com necrose e ulcerações, formação de abscessos e fístulas eliminação do material injetado, retrações e deformidades cicatriciais. Devido ao potencial elevado de migração do material, relacionado à utilização de maiores volumes, as alterações teciduais podem ser identificadas em locais distantes daqueles em que o silicone foi injetado. O acometimento de linfonodos regionais e a infiltração de tecidos adjacentes podem ser encontrados em longo prazo. Afecções respiratórias como o edema pulmonar e a pneumonite são descritas como complicações sistêmicas e podem ocasionar o óbito.

Por conta desses riscos que as travestis e transexuais passam por iniciarem a transição de gênero sem uma orientação profissional que as colocam em condições

arriscadas. Muitas trazem narrativas de complicações que levam à morte, porém como vimos, muitas realizavam esses procedimentos por conta das cobranças que eram feitas pelas cafetinas que administravam as casas de prostituição para que ficassem com os seus corpos mais próximos de uma feminilidade padrão.

A questão das bombadeiras é algo clandestino quando olhamos para a pesquisa de Ailton Santos (2014), posto que o autor teve muitas dificuldades para acessar as travestis que realizam tais procedimentos em razão de ser uma conduta ilícita e que põe em risco a vida das clientes: elas “[...] escondem-se; se protegem da visibilidade pública, tornando-se menos acessíveis” (Santos, 2014, p. 35).

Por prática das bombadeiras, Santos (2014, p. 60) entende que:

Podem ser pensadas aquelas práticas que são executadas por pessoas sem formação específica e também sem os cuidados necessários à segurança das usuárias. A aplicação de silicone industrial e injeções de hormônios e medicamentos não prescritos são práticas presentes neste espaço. Tais práticas podem acontecer na casa da bombadeira ou da cliente, além de farmácias que, contrariando o previsto, vendem e aplicam medicamentos previstos para a reposição hormonal em mulheres cis para pessoas que nasceram com o sexo masculino.

Santos (2014, p. 85) vai dizer que muitas trans entrevistadas em seu estudo tiveram problemas de saúde a curto ou longo prazos: “Elas contavam sobre o que aconteceu com os seus corpos e também histórias de adoecimentos e mortes de amigas por causa da substância”. Há falas de muita febre, dores de cabeça e feridas graves pelo corpo todo em razão da rejeição que o corpo faz em muitos casos.

Poderíamos recorrer para o processo de transição à cirurgia plástica séria no âmbito particular ou do Sistema Único de Saúde (SUS), porém o que a maioria das minhas interlocutoras demonstraram é que nos casos de transição anterior ao reconhecimento do direito à identidade de gênero, não se havia tanta legislação que possibilitava isso, além de ser muito demorado a espera.

No que se refere à hormonização, Aghata faz comparações entre o atendimento que recebeu nos municípios em que passou. Ela entende em São Carlos, Ribeirão Preto, o atendimento é completamente diferente de Jales. Ela diz que em Ribeirão Preto no Hospital de Base, as trans são bem valorizadas, faz tratamentos específicos para trans com Psicologia e Fonoaudiologia, com direito a hormônios gratuitos: *“Tipo assim: você vai de três em três meses. Faz o exame de sangue. Tem*

*acompanhamento de psicólogo, tem acompanhamento de fonoaudiólogo. É o que falta aqui em Jales, porque a gente também tem esse direito” (Aghata, 2024).*

### **3.3.2 Envolvimento com as drogas**

Uma questão que surge com muita força nas experiências das travestis e transexuais investigadas neste estudo, é a questão do envolvimento com as drogas. Agatha, Nicole Amanda e Paty trazem isso em suas experiências.

*Nesse meio tempo, eu acabei caindo nas drogas. Assim, nas drogas mesmo (intensificou). Dez clientes atendidos, oito cheiram, dois não. Cocaína, pedra, de tudo, de tudo, de tudo. Nós ganhamos mais dinheiro quando participamos. Para você aguentar a noite de prostituição, você acaba se drogando junto. Fiquei bem viciada por conta disso (Agatha, 2024).*

Nicole (2024) também aponta a mesma questão: uso de drogas para aguentar a noite nas ruas e na prostituição:

*Eu caí na prostituição muito cedo e me envolvi com droga. O uso era com cliente, amigas, quem quisesse. Era mais com amigas nas esquinas. Todas usavam, todas cheiravam, pra aguentar a noite. Bebiam muito também. Para ficar a noite no salto. Era muita droga, e os clientes também trazendo droga. Pagavam o programa, na época era 50 reais. Eu não sei como eles viviam, uma miséria. Eles acham que é muito ainda, esses caras de pau. E chegavam lá com cápsula, às vezes até com droga mais forte.*

A questão diferente neste caso, é o vínculo com a família. Diante dessa situação, Agatha demonstra também a importância do apoio da família para conseguir se reabilitar.

*Um belo dia, a minha mãe me ligou. Eu estava muito destruída, muito drogada mesmo (3x). De não ter nem o quê comer, só droga, droga, droga. Ai, ela faltou que meu pai queria falar comigo. Aí ele falou no telefone, me pediu desculpa, que hoje ele entendia como que era, porque minha ex-cunhada conversou muito com ele. Sabe? Abriu a mente dele. Aí eu vim pra casa (Aghata, 2024).*

Retornou para a casa de sua família e do seu antigo trabalho, sentindo-se estranha e deslocada.

*No começo, como eu fiquei oito anos sem ver eles, eu cheguei, eu parecia uma estranha. Eu me sentia estranha, porque parecia que aquele ambiente não fazia mais parte de mim. E aí, nesse meio tempo a gente vai se adaptando. Mas graças a Deus foi tudo bem. Depois de três dias que eu cheguei em casa, minha ex-patroa, que é essa que eu comecei a trabalhar no salão com 17 anos, soube que eu estava aqui e já me ligou imediatamente perguntando se eu queria voltar a trabalhar pra ela. Não recusei! Quem sabe, eu acho que é isso que é pra ser. E fui (Aghata, 2024).*

No entanto, não parou de se prostituir, mas usando de outros meios:

*Eu comecei a trabalhar sério, mas eu continuei nas ruas. Porque quando, a gente mexia com dinheiro constantemente. Era toda hora, todo dia, toda noite, tinha dinheiro. Então, a gente fica deslumbrada pelo dinheiro. Então, além de eu trabalhar no salão, eu ainda fazia programa. Pelo site. Aí eu já estava no site, eu não ficava na rua. Aí veio a pandemia. A pandemia fechou tudo, o salão fechou e eu precisava pagar minhas contas, não tinha o que fazer. Acabei voltando pra rua, mas aqui em Jales mesmo, onde eu resido, onde eu moro (Aghata, 2024).*

Temos que discutir ao falar sobre as experiências de Agatha, duas questões sérias para a formação da identidade social de gênero de travestis e transexuais: 1) apoio da família; 2) a chance no mercado de trabalho. Essas duas experiências são muito latentes na trajetória de Agatha e que também pode ser que ocorra com outras.

Fernando Silva (2016) entende que a formação cisheteronormativa que permeia os nossos sentidos em sociedade se cristalizam na cultura e são reproduzidos na formação familiar. Refletem fortemente por meio de cobranças sociais acerca do que é expectativa para homens cis e mulheres cis, neste caso heterossexual. Tudo gira em torno de cobranças referentes ao que serão para a família, quando pessoas trans não conseguem atender a tais expectativas dos seus grupos familiares, elas vão reconstruir as suas experiências de famílias em outros locais – no caso das trans que pesquisamos, elas fazem isso no ponto e nas casas de prostituição.

Silva (2016, p. 20) pontua que: “Mesmo com a existência de conflitos entre família e comunidade, vale destacar que esses espaços são fundamentais para a garantia da proteção, acolhimento e amparo”. Foi a experiência de Agatha, que perpassou inclusive pelo âmbito do trabalho, demonstrando que uma pessoa trans e travesti também pode ter uma vida dentro dos padrões estabelecidos pela sociedade.

Pode-se dizer que, em muitos casos, as reprovações no contexto familiar – que geram a expulsão de filhas travesti – são seguidas de uma suscetibilidade de desistências, dentre elas as que se referem à escolarização básica e também profissionalizante. Consequentemente, essas condições vulneráveis de existência podem ser utilizadas por instituições que determinam regimes de verdade como fator que institui a identidade travesti como desvirtuada dos padrões da política sexual predominantemente heterossexista. Com base nisso, cabe problematizar as condições de cidadania que são oferecidas às travestis em seus espaços de convivência e exercício de direitos sexuais, civis e políticos (Silva, 2016, p. 18).

Deste modo, a família pode rejeitar ou acolher. Em ambos os casos, é preciso apropriar de questões voltadas para o gênero para entender como seus filhos e suas filhas estão se construindo sujeitos de cidadania e responsabilidades sociais. Adentramos num aspecto um pouco complicado de se falar que é entender o trabalho sexual como uma profissão reconhecida. Parece-nos que, a ideia de exercer diferentes profissões sem um vínculo formal, refiro-me a pessoas que possuem inúmeros empregos e vínculos, se desgasta de trabalhar e isso é romanticamente visto pela sociedade como a luta pela sobrevivência.

Leva a um questionamento, por que a prostituição também não pode ser vista da mesma forma? Afinal, estamos com um vínculo formalizado nos termos do que o pensamento higiênico nos normatiza, mas não podemos exercer uma profissão para além, porque ela é não bem vista pela sociedade.

Amanda mesmo vivendo com a avó, tendo referência de apoio de alguém da família, não foi motivo para não trabalhar. O que a retirou do contato com a família foi o envolvimento com a drogadição e não a prostituição como bem relato abaixo. Viveu um tempo em Curitiba/PR também, onde assinala que foi um momento em que o uso de drogas foi intensificado.

*Assim! À noite, na rua, não tinha tanta polícia. Mas droga, eu comecei a usar: a cocaína no começo. Depois, fui pro crack. Aí minha vida começou a já não dar tão certo. Porque o crack, ele arrasta muito a gente. É uma droga terrível. O dinheiro que você ganha? O dinheiro, vai tudo (2x). Comecei a usar todos os dias. Eu usava no cigarro. Depois, começou a usar de outras formas. Não, aí já, depois que eu fui pra noite mesmo, aí já perdi o contato com a minha família (Amanda, 2024).*

Amanda vai dizer que a situação do envolvimento com as drogas só piorou, depois que resolveu trabalhar em uma casa de prostituição.

*Lá comecei a usar droga junto com a dona da casa. Chegou uma hora que ela não tinha mais condições de pagar o aluguel de onde nós morávamos. Acabou entregando a casa. Fui para outro lugar, morei por mais 2 anos em Curitiba e voltei para São Paulo na casa da Elisette. Nesse tempo, continue usando muita droga (Amanda, 2024).*

E continua trazendo eventos em que o uso abusivo de drogas a levou para as ruas.

*Em Rio Preto, foi bem complicado. Porque lá, a dona da casa não se importava o que você fazia ou não fazia à noite. Ela queria saber de receber o dinheiro dela. A gente usou muita droga em Rio Preto. Crack principalmente, foi o que mais me afundou mesmo. A gente ficava, trabalhava à noite, ficava a noite toda trabalhando. Durante o dia, usava. À noite... e foi muito difícil pra mim. Porque aí, depois de lá, eu acabei não conseguindo mais pagar onde eu morar. E aí, foi quando eu fui mesmo pra rua. Fui morar na rua, de novo. Em São Paulo... Aqui, em Rio Preto, eu fiquei acho que uns seis anos, viu.*

Nas memórias de Amanda, é notório o descaso que as vidas não formatadas nos padrões cisgêneros passavam cotidianamente. A sua experiência de situação e rua demonstram a ausência de políticas educacionais e de forma geral para compreendê-la como um corpo que demanda de certos cuidados com ações específicas. Como é possível observar na experiência de Amanda, por diversas vezes tentou organizar a sua vida dentro das expectativas sociais, morando em um lugar, convivendo com um companheiro, constituindo aproximações com o padrão social de família cisgênero. Mas mesmo assim, não foi possível sustentar esse modelo por muito tempo em razão das inúmeras limitações que tinham para não conseguir sozinhas deixar de usar drogas.

Nas ruas, elas experienciaram:

*Aí fomos morar na rua. A gente tinha uma sacolinha. É o que a gente levava, uma sacola nas costas. Com uma troca de roupa, que é o que a gente usava. Com ele, eu não fazia programa. Ele não aceitava. O dinheiro, ele trabalhava durante o dia. A gente chamava de mocó, na época. Ficava lá, na barraquinha, esperando-o. Todo dia, ele saía cedo. E chegava às 6, 7 horas da noite e já trazia droga. E a gente usava.*

Depois desses eventos, Amanda veio morar em Jales/SP, tinha 30 anos e parou de usar drogas. Resolveu, para isso, deixar o companheiro. Relata que um dia,



ele saiu para trabalhar, ela pegou as roupas e sacolinha que ela tinha e veio parar em Jales/SP.

*Nossa! Minha mãe levou até um susto quando me viu. Eu estava pesando bem pouco mesmo. Se eu não me engano, eu estava com 38 quilos. Fiquei morando na minha mãe, na minha avó. É, porque quando eu saí da rua... Quando eu saí da rua, das drogas, que eu vim pra cá, todo mundo estava achando que eu já estava morta. Ninguém acreditou. E eu estava bem debilitada mesmo, da droga, bem caída. E aí, eu parei, parei de usar, eu não queria mais. Eu acho que o sofrimento de morar na rua com o menino que eu morei. Tudo que eu passei me levou a parar de usar. Aí tipo, fui procurar um emprego. E aí achei...*

Foi aí que Amanda (2024) conseguiu o emprego na reciclagem, ela relata que não podia pensar em prostituição, porque estava muito magra devido ao uso de drogas. Neste momento, que sentiu que teve uma guinada na reabilitação que a deixou mais tranquila: *“Já transformada, mas o psicológico da gente sempre fica pensando, né, a mesma coisa. É, foi uma fase bem difícil da minha vida. Acho que a pior que eu tive foi essa fase das drogas”*.

Amanda faz uma narrativa de uma série de eventos que a levaram para a vulnerabilidade social, mas segundo ela a maioria de suas conquistas vieram da prostituição. Deixa explícito em nosso diálogo, uma questão vivida por muitas trans a exclusão do mercado de trabalho. No Manifesto travesti escrito por York, Rayara e Benevides (2020, p. 9) aponta que: *“Prostituição não é crime no Brasil, poderia ser uma opção para muitas de nós, mas numa sociedade justa não podemos suportar que qualquer pessoa esteja nesta profissão enquanto destino compulsório, inicial e final de sua existência”*.

O trabalho é uma fonte de sobrevivência para as pessoas, no entanto, ele não pode ser visto como tão bom assim quando se é diuturnamente explorado e se vive em condições desumanas como tem sido o caso de brasileiros e brasileiras que vivem em situação informal no nosso país. Don Kulick (2008) ao falar da prostituição de travestis como um prazer, ele vai tratar de alguns pontos interessantes no que refere ao olha que se dá à perspectiva desumana de trabalho formal direcionada para as pessoas atualmente.

A prostituição travesti não é apenas uma fonte de renda, mas também – como Erica enfatiza – uma fonte de experiências prazerosas e recompensadoras. Portanto, ela é pensada e praticada pelas travestis

de modos bem diferentes daqueles relatados na maioria dos trabalhos e estudos sobre o tema. Ao invés de considerar a prostituição como uma forma degradante de exploração sexual, as travestis a vêem como um trabalho assim como qualquer outro com a diferença que na rua elas não tem chefe, exceto elas mesmas – e que Ilhes garante acesso a muito mais dinheiro do que seriam capazes de ganhar em outros empregos assalariados. Além disso, a prostituição é a única esfera da sociedade brasileira onde as travestis podem ser admiradas e reconhecidas. A prostituição faz com que as travestis se sintam sexy e atraentes. É o único contexto em que elas podem desenvolver auto-estima, autoconfiança, valor pessoal, além de se sentirem como objeto de verdadeiro e intenso desejo” (Kulick, 2008, p.77)

É uma leitura, a de Kulick (2008), que espanta muita gente. Geralmente, se vê profissão e trabalhador(a) sexual como uma profissão imoral, desprivilegiada, vergonhosa. Por conta disso, acredita-se que não é possível ter o prazer de se reconhecer uma trabalhadora do sexo.

Há muito ainda o que fazer para mudar os estigmas sociais em relação à prostituição. Segundo Alessandra Pereira (2016), a prostituição é uma profissão legal devidamente reconhecida pelo Ministério do trabalho e emprego. Isso nos permite entender que a criminalização da prostituição é baseada em aspectos morais e religiosos, o que leva a autora enfatiza que a criminalização é inconstitucional.

Seguindo na análise desse item da drogadição e prostituição, Paty também já teve experiências de apanhar da cafetina por ter demorado para pagar a diária. Ela traz que a dívida dentro das casas só vai acumulando quando você deixa um dia sem pagar. Paty também disse que na casa, já havia o uso de drogas antes do atendimento aos clientes, porém o vício falava mais alto. Além disso, ela traz uma narrativa em que se envolveu com o roubo para sustentar os seus gastos.

*Mas, quando eu aprendi a roubar também, eu apanhei várias vezes de homem. Teve uma cena que eu estava na avenida Domingos Falavina. Eu estava sentada e o bofe parou, veio lá de cima. Parou no quarteirão, parou pra uma, parou pra outra, parou de uma em uma. Na hora que ele parou nos meus pés, eu já falei o valor do meu programa. Eu lembro como se fosse hoje, na época era 30 reais. Ele falou assim: - Não pode fazer por um valor mais baixo? Joguei R\$ 25, foi pra R\$ 20, foi pra R\$15, foi pra R\$5. Porque na realidade, o que eu queria era entrar pra roubar. Era uma rua de subida. Tanto é, que nessa rua, quando eu joguei R\$ 5 pra ele, ele falou que ia dar uma volta pra ver a concorrência. Foi onde eu me joguei no carro dele. Eu fiquei com metade do meu corpo pra dentro do carro, outra metade pra fora. Meu salto arrastando no chão, saindo faísca de fogo. Até que eu me segurei pelo volante, sentei do lado dele. E ali do lado dele, eu falei, você vai me dar tudo? E ele, eu não tenho nada. Eu falei, você*

*vai me dar. Onde ele pegou do um lado do volante, jogou pro outro, e eu joguei pra outro. O canto que eu joguei passou em cima de uma lixeira, quebrou o muro da casa da mulher e entrou na área da casa da mulher. Meu dente da frente quebrou, o meu braço quebrou, ele deu fratura exposta. Eu tenho 12 pinos no meu braço devido a esse acidente. Cheguei em casa, amarrei meu braço com uma meia calça.*

Paty diz que ela apelou para roubar, porque estava na abstinência de drogas. Inclusive, narra que com o braço quebrado, ela ainda ficou dois dias usando drogas com uma amiga trans que havia roubado em torno de R\$ 3 mil reais no centro da cidade de SJRP. Após o efeito das drogas, Paty começou a sentir muita dor, porém o atendimento médico foi muito demorado e havia agendado para vários dias após o ocorrido. Por conta disso, ela resolveu ligar para o seus pais que foram buscá-la.

*Chegando aqui em Jales, nessa época, como eu morava na Vila União, era três quarteirão do pronto-socorro da cidade, de Jales. Eles me levaram. Lembro como se fosse hoje, cheguei às 7h manhã e fizeram raio-x. Já deram fraturas expostas, meu braço quebrou em três lugares. Depois, eu fui transferida pra Santa Casa. No outro dia de manhã, chegando na Santa Casa, 6h30. Até que me falaram que seu braço está quebrado, você vai ficar internado. Se você quiser ligar pra sua família para eles trazerem roupa, peças íntimas pra você, higiênicas também, você já pode ligar, que você vai ficar internado aqui hoje. Fiz a cirurgia, fiquei internada. Eu fiquei 12 dias internada na Santa Casa de Jales, tomei muito remédio até que chegou o dia que o médico passou no quarto e falou, amanhã cedinho, 5 horas da manhã você desce pra sala de cirurgia. Acordei, tomei meu banho, coloquei o jaleco, aí nós descemos. Assim que ele foi aplicar a anestesia geral na bolsa de soro, ele perguntou pra mim se eu usava droga na época. Sou usuária de crack, de cocaína e de maconha. O médico disse: -Sobe! Fiquei mais 6 dias pra fazer a cirurgia, não fiz a cirurgia naquela madrugada, porque eu estava intoxicada de entorpecentes de droga. Tomei muito remédio pra desintoxicar e fazer a cirurgia. Fiz a cirurgia e voltei para a casa depois de 2 dias (Paty, 2024).*

A Paty diz que teve que ficar 30 dias de repouso até esperar sair o pedido de fisioterapia. Passado este prazo dado pelo médico, ela não conseguiu esperar e mesmo em condições que não conseguia mexer os braços, ela decidiu sair para o ponto para fazer o uso de drogas. Mesmo a mãe, implorando para que ela não fosse “Na hora que ela já viu, eu estava com a bolsa, subindo pro ponto. Foi onde eu cheguei, uma amiga minha tinha acabado de roubar. Ela falou: - Paty, vamos fumar. Eu falei: - vamos” (Paty, 2024).

*Na hora que eu fumei, pulando o murinho. Fumei crack! As bichas sempre usaram droga ali, na época tinha uma casa abandonada. No ponto de prostituição, tinha uma casa abandonada. Tinha o murinho virando o quarteirão, o lugar de usar. Nessa época, eu lembro que o primeiro trago que eu dei, já conseguia abrir meu braço na hora. Aí eu não tive problema com meu braço, devido a isso, né, o perigo da realidade Paty, 2024).*

Em seu trabalho com travestis e transexuais que se prostituíam em um bairro de Campinas/SP, o Itatinga, Paulo dos Santos (2012) abordou a construção social do sujeito diferente das normas para o sexo e o desejo heterossexual. A sua pesquisa já assinalou o que resta para travestis e transexuais em nosso país: “As percepções coletadas entre minhas entrevistadas em Campinas apontam a falta de oportunidade de trabalho, de alternativas de lazer e a grande vulnerabilidade à violência, o que se traduz na morte precoce de tantas travestis adolescentes” (Santos, 2012, p.231).

Para esta cultura heteronormativa, a vida da travesti e o seu entorno encontram-se fora da ordem: prostituição, cafetinagem, drogadição e alteração do corpo masculino em desacordo com a ética médica (aplicação de silicone líquido industrial não indicado para uso humano, ingestão de hormônios femininos, etc.). Desta maneira, as travestis vivenciam cotidianamente formas variadas de constrangimentos e violências, pois não estão protegidas pela legislação (Santos, 2012, p. 233).

O autor vai discutir que a trama da violência de gênero atravessada pelo machismo patriarcal assujeita travestis e transexuais a todo e qualquer tipo de exposição social pelo desrespeito à cisheteronormatividade. Elas são levadas para estes espaços por conta das péssimas condições existenciais que lhes são impostas em todo o lugar, restando poucas que confrontam o (c)istema-mundo (Vergueiro, 2014).

Garcia (2008, p. 249) entende que o envolvimento com atos ilícitos como roubos e a alta exposição ao uso de drogas decorre da insuficiência de renda que muitas passam, porque tiveram que romper com famílias, o trabalho e a escolarização: “Isoladas de outros grupos sociais, sem relações de apoio, sem reservas financeiras adequadas para os períodos de menores ganhos, se utilizavam frequentemente dessa estratégia para possibilitar a satisfação, na maior parte das vezes, de necessidades imediatas, como alimentação e moradia”.

Vitor Serra (2018) traz que o discurso de criminalização de travestis e transexuais no Estado de São Paulo, geralmente aparece consoante com o sentido

de antídoto à redução da criminalidade de travestis, aquelas fazem prostituição e se expõe à drogadição.

Entre 2013 e 2017, Serra (2018) buscou pelo termo travesti no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Esta primeira busca, o levou ao acesso e 397 acórdãos, sendo que analisou em torno de 100 deles. Conseguiu acessar também crimes, recursos e posições processuais. Durante este levantamento, Serra (2018) identificou o total de 16 tipos penais distribuídos da seguinte maneira: 40 crimes contra o patrimônio; 28 crimes de tráfico de drogas, e um por porte de drogas; 20 homicídios, tentados ou consumados; 2 crimes de trânsito; 2 por ato obsceno e atentado violento ao pudor; e 1 de cada referentes a resistência, corrupção, sequestro, porte ilegal de munição, falsa identidade, lesão corporal e manutenção de casa de prostituição.

Ao analisar mais de uma centena de decisões, fica evidente que prostituição, uso e tráfico de drogas, roubos, violências e abandonos permeiam grande parte das trajetórias das travestis capturadas pelo sistema de justiça criminal – e também que, salvo raras exceções, todo esse contexto é desconsiderado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e todo o sistema de justiça paulista, quando não usado como prova de um suposto desvio natural (Serra, 2018, p. 22).

O autor nos provoca à necessidade de fazer um diálogo com o encarceramento em massa. A análise do discurso criminal nos propõe a fazer uma discussão sobre o encarceramento em massa, porque nos faz entender se o sistema judiciário interpreta friamente a vulnerabilidade social que essas pessoas estão expostas na condução do julgamento. Nos permite

[...] desvendar as decisões políticas de proteger, reconhecer ou criminalizar determinadas subjetividades. Permite compreender a construção narrativa que juízes e desembargadores fazem delas, os juízos de valor reatualizados, desvelando, dessa forma, os mecanismos de seletividade permeados por processos profundos de revitimização e criminalização (Serra, 2018, p. 58).

Da análise do material coletado, Serra (2018, p. 58) identificou que o Estado de São Paulo interpreta a travesti “como um sinônimo de prostituição, violência e crime. E é essa mesma representação das travestis como desajustadas e perigosas, (re)produzida pelo sistema de justiça, que fundamentará seu ajuste ao papel de acusada, criminosa, desajustada”.

### 3.3.3 A prostituição

Nas falas das participantes de minha pesquisa, elas vão trazendo os lugares de prostituição em Jales/SP. Aghata diz que há dois pontos de prostituição:

*Um que é no pontilhão, ali da Francisco Jalles, e um mais pra frente, pra cima um pouco do Proença. O do pontilhão é onde reside as bichas, onde as bichas de Jales moram, as trans de Jalles moram. E as de baixo são trans de fora, que tem uma cafetina aqui, que ela ajuda as meninas que querem vir pra cá. É um pensionato também. E a rua onde eu ficava, na época que eu estava, era... Comparado com as três cidades que eu já rodei, é bem calmo. Não tem mortes. Roubos tem, como qualquer outro ponto, tanto das trans como de nós, que sofremos também roubo. Mas eu gostava bastante.*

Geralmente, esses lugares possuem uma visão de espaços sem lei para quem mora na cidade. Isso significa que independente de quem esteja circulando por esses lugares, a visão é a de que coisa boa não se foi fazer ali. Marcio Ornat (2008) analisou a relação do território com a sociabilidade dos grupos que a pertencem. No caso das travestis que se prostituem, Ornat (2008, p. 47) ressaltou que o território de prostituição se torna fundamentais no processo de construção do ser travesti: “Estas performances não se estruturam apenas na reprodução e consolidação de papéis sociais pré-definidos, mas como na situação das travestis, na re-significação e construção de novas formas de comportamento”.

Em relação à característica desses territórios de prostituição, Ornat (2008, p. 50) leva em consideração o município de Ponta Grossa/PR: “[...] pouca circulação de carros familiares nos horários em que as travestis estão trabalhando, vias com acentuada passagem de pessoas que cruzam a cidade, ou pela cidade, e área em sua maioria comercial”.

A experiência espacial das travestis desenvolve-se marcadamente por interdições e práticas de apropriação de determinados espaços do urbano por um período de tempo. É nesses espaços apropriados que elas conseguem impor condutas consensuais no grupo e desta forma, instituem os territórios da prostituição travesti. É apenas na prática da prostituição que elas conseguem um tipo de organização grupal capaz de ser reconhecida e identificada socialmente. Embora haja organizações não-governamentais em que a participação das travestis ocorre, a visibilidade do grupo é constituída pelos espaços apropriados pela atividade da prostituição (Ornat, 2008, p. 50).

O que é possível observar nas pesquisas de Ornat (2008) é que o território de prostituição travesti imprime as relações sociais deste grupo a partir da forma como elas são tratadas pelo meio social. A apropriação do espaço decorre da atividade na/da prostituição. O ponto de prostituição é definido como um local de atividade comercial em que é o sexo, enquanto atividade laboral moralmente desqualificada alia-se a outras práticas que, reconhecidas ou não como atividades ilícitas, constroem a identificação geográfica dentro da cidade.

Nesse sentido, Aghata (2024) traz eventos em que as trans convivem com os riscos na disputa por pontos *“porque é muita competição, tem muita violência entre trans, disputa por programa, saindo até morte”*:

*Olha! Tudo tem um lado bom e um lado ruim. Eu conheci muitas trans maravilhosas, maravilhosas mesmo. Mas eu já conheci trans de ser assim: mal, cruel, ruim. Vou te contar um episódio que aconteceu. Estava na avenida, fazendo programa e tinha uma cafetina que era de outra casa de Ribeirão Preto. Estávamos sentadas em um barzinho que tinha ali perto do ponto. Essa cafetina encrespou com uma amiga minha que estava do meu lado. Essa minha amiga, ela era aquela pessoa do Nordeste, bem brava mesmo. Ela não aceitava desaforo. Como ela não era do trecho, ela não sabia quem era a cafetina. Ela tinha chegado fazia pouco tempo, ela não tinha descido nesse ponto ainda. Ela enfrentou a cafetina. Do nada a cafetina só tirou a faca e enfiou nela. Graças a Deus não aconteceu nada de grave assim. Foi só um corte mesmo. Do meu lado.*

Na mesma medida, Ornat (2008) já demonstrou a despeito de seu estudo sobre território e prostituição travesti que o cotidiano desses lugares não é construído em meio à amabilidade e o prazer de compartilhar com o grupo a atividade de prostituição. Segundo o autor: “O território é um local de aprendizado de comportamento, em que os conteúdos socializados referem-se à esperteza, à força e à malícia, elementos sempre lembrados nas falas das travestis” (Ornat, 2008, p. 51).

O que as pesquisas demonstram tal como aponta Ornat (2008) e as falas das minhas colegas é que a relação de afeto entre as travestis e transexuais que se prostituem tem a ver com o mesmo grupo ao qual compartilham o mesmo espaço de prostituição. Sendo grupos fechados e pouco afetos a compartilhar o mesmo local, é o que ocorre ao não aceitarem travestis novas no ponto: “O território da prostituição travesti é um amálgama, constituído por afetos, disputas, relações amorosas e comerciais, estruturado em redes de significados que as travestis constroem em relação ao território e sobre si mesmas” (Ornat, 2008, p. 52).

Ao caracterizar a relação meio trans e prostituição, Aghata (2024) entende:

*O meio trans é o meio mais podre que tem. Eu digo em relação a programa, ao ponto de prostituição. Porque querendo ou não, não deixa de ser uma competição, onde elas vão brigar mesmo por dinheiro. Ainda mais numa crise dessa. Na época que eu estava em Ribeirão, pra descer você pagava uma diária. A diária era 50 reais na época. Todos os dias. Você ganhando ou não ganhando, você tinha que entregar a diária pra elas. Se não entregasse, ia acumulando, acumulando, acumulando. Até virar uma bola de neve.*

Ornat e Silva (2013) entendem que na relação que as travestis que se prostituem e as cafetinas, há presente afeto e violência. Isso traz em destaque uma relação ambígua de proteção e exploração. Segundo o autor e a autora, a cafetina possui papel significativo na vida das travestis e vice-versa, porque ambas se tornam protagonistas nas vidas umas das outras. No caso das travestis, porque ter um vínculo com uma cafetina agiliza o processo de transição mesmo que em condições insalubres como ocorre na aplicação de silicone por meio das bombadeiras e, no caso das cafetinas, por ser uma forma de acesso à renda fácil.

O envolvimento de Monique cedo com a prostituição revela o reflexo de um momento histórico em que travesti não era vista em espaços moralizados das instituições familiares, públicas e etc. O vínculo com a prostituição como um trabalho era um espaço e quem podia ter acesso fácil à renda e à transição de gênero. Monique diz que foi convidada para ir para Minas e o objetivo dela era “*Lá eu ia beber, comer e ajudar a minha família a ficar rica*”, levando em consideração a vida sofrida que tinha com a sua família na colheita.

*Eu saí daqui de Jales, de carona, para ir para Minas. Quando eu cheguei lá, não me falaram que tinha que ter idade para ficar nesse lugar. Aí eu tinha 17 anos e era permitido com 18. Então, quer dizer, eu não podia me prostituir dentro da boate como as garotas. Por eu ser um homossexual, eu tive que limpar a boate. Eu fiquei durante um ano limpando os quartos das meninas, limpando a boate, lavando roupa para elas. À noite no salão, eu não podia aparecer, porque tinha polícia. Era uma cidade chamada Fronteira/MG (Monique, 2024).*

Monique diz que continuou a trabalhar na mesma boate por uns 4 anos e, que, mesmo sendo menor de idade, a dona da boate, organizava os atendimentos aos clientes escondidos da polícia.



*Eu sobrevivia disso também, de programa, mas não ficava sentado no salão com as meninas, porque se a polícia chegasse, eu não podia estar ali. Mas eu trabalhava escondido. Tinha um quarto no fundo da boate, eu fazia programa lá. Eu só não ficava no meio do salão. Até inteirar os 18. Aí eu fui uma das travestis que até hoje sou comentada naquela cidade. Deixei um legado muito grande (Monique, 2024).*

Ao falar de legado, Monique cita que viveu por 16 anos na cidade. Foi nesta cidade que viveu o seu processo de transição. Lá, ela relata que teve quatro maridos conhecidos inclusive dentro da boate. E, quando não dava certo o relacionamento, ela voltada para a boate. Ao narrar sobre esta Monique que vivia naquele momento na cidade de Fronteira, em Minas Gerais, Monique diz que se entendia como travesti, mulher trans e aos olhos da população como um gay vestido de mulher. Sobre os seus relacionamentos e como entendia o preconceito na cidade, onde vivia:

*Naquela época, eu seria uma travesti. Na cabeça do pessoal, do povo, eles falavam, mas como pode um fulano amigar com um travesti? Esse travesti deve ser... Porque quando eu saía com ele, não desfazendo das outras, que eu não lembro mais. Mas eu sempre fui uma pessoa, eu sempre fui estrela. Onde eu passo, eu sou comentada. E quando eu era mais nova, se eu chegava numa lanchonete, num baile, em algum lugar. Olha, ela acabou de chegar, ela chegou. Aí fazia mutirão de gente pra me ver. Porque eu era nova, bonita, e eu era loira. Na época que a Roberta Close e Rogéria estavam fazendo sucesso, então o pessoal via travesti só pela televisão. Eu gostava de sair pra chamar atenção. Mas era aquela atenção assim, na postura. Todo mundo elogiava, sabe? Não tinha aquelas... Discriminação. Não tinha discriminação. Era cidade pequena do tamanho de Paranapuã [cidade com uma população de menos de 5 mil habitantes próxima a Jales/SP]. Imagina o impacto de uma boate numa cidade dessa. Alguém de uma cidade pequena dessa se casar com um homem. Lá é uma cidade pequena, mas é turística. Tem o Rio, a usina, a Furnas. Então é uma cidade de muito rancho. Então vinha muita gente de São Paulo, de capital. Era lotada a boate. E tinha gente que vinha de fora pra ver eu nessa boate, que eu era comentada na região. Ribeirão Preto, Bebedouro, São José do Rio Preto, Frutal, Uberaba, Minas, aquele pedaço ali, tudo.*

Monique se vê como uma estrela por estar mais perto das pessoas, diferente do fato de que travestis e mulheres trans só eram vistas pela TV na sua época de transição de gênero. Monique apresenta as suas experiências na prostituição. Segundo ela, após este período de sua vida, entre relacionamentos e a prostituição em uma boate em Minas Gerais, ela resolveu viajar para se prostituir nas ruas por um tempo de cidades maiores próximas a Jales/SP.

A respeito das diferenças entre a prostituição nas ruas e nas boates:

*Na rua você ganha mais, mas é mais arriscado. Em boate, você embriaga mais. Acaba com a sua saúde. Ganha razoável. Sobrevive, porque ali você não pagava diária, não pagava comida, não pagava nada. Você dava o lucro da bebida e dos quartos na boate. Ficava com a dona. Na rua, você paga uma diária e o que você ganha na rua era pra você (Monique, 2024).*

Essa fala de Monique coaduna com a discussão feita anteriormente por Ornat e Silva (2013) a respeito da relação cafetina e travesti-trans que se prostitui. Já as experiências de violência nas ruas, Monique diz que não passou diretamente ligada a ela, mas que já viu muita coisa: *“Morte, machucar as travestis, jogar carro por cima delas. E, antigamente as polícias batiam. Eles batiam, vinha a cavalaria, a gente tinha que subir em árvores, esconder debaixo de carro”*.

Em relação à segurança pública, Monique cita eventos do passado que acontecia muito nas décadas de 60, 70 e 80 no nosso país:

*Tinha um tal de pente fino. Toda sexta-feira tinha em cidade grande, tinha um tal de pente fino. Pente fino é um ônibus da polícia, passava pegando tudo quanto é “curva de rio” [pessoas fora dos sistemas de normas sociais]. Travesti, prostituta, homem. Levava pra delegacia, lá eles faziam um controle, a gente assinava uma folha de vadiagem e liberava. Aí quem era perdido, quem tinha algum problema com a justiça, já ficava preso.*

Roberto Efrem Filho (2021), discute os discursos de ódio e como ele se reproduz na prática da segurança pública por meio de noções de humilhação, nojo e desprezo da população LGBTI+. Efrem Filho (2021) colheu dado entre 2012-2016 de um movimento social da Paraíba por meio de entrevistas com membros deste movimento e de acesso aos dados de autos judiciais.

Segundo o autor, a violência policial ainda é algo presente na vida de profissionais do sexo independente da questão de ser uma mulher cis ou uma mulher trans. Porém, o autor entende que, no caso dessas últimas, há o emprego de formas cruéis de matança deliberada e violenta. Como bem aduz o autor, a violência policial está relacionada com o vínculo que o agente público de segurança faz entre prostituição e degeneração social tal como se observava em um passado não muito distante e que fez parte do processo de transição de Monique.

Efrem Filho (2021, p. 38), ao olhar para as narrativas das participantes de sua pesquisa, ele faz uma caracterização de como ocorria a violência policial:

Se as narrativas de violência a que me dedico neste texto são densamente significadas como de “violência policial”, é possível argumentar que parte do que as constitui como sendo “de violência” se relaciona intimamente a uma compreensão do fazer policial como produtor de hierarquia, rebaixamento e humilhação. Isto, de certo, apresenta-se mais contundente nas histórias de Lua sobre seus contatos com policiais, as vezes em que ela e as demais meninas eram jogadas num camburão em direção à delegacia “só pra a gente passar por constrangimento, de ficar aquela coisa de tá jogando pra um, jogando pra outro, olha tua irmã aí, isso é tua irmã”.

Trata-se de uma população muito exposta à violência policial de todas as formas possíveis. Questões que observamos às vezes que não são tão recentes ou não faz parte de nosso tempo, mas as engrenagens sociais de uma época permanecem impondo os corpos que serão aceitos e aqueles que merecem ser eliminados socialmente. A prostituição neste caso não é entendida como um trabalho como outro qualquer, mas por meio de uma visão de degeneração social como foi no passado.

É o que Monique faz quando interpreta a prostituição como um trabalho. No que se refere aos clientes, Monique relata que:

*Ah, são os engravatados. Os magnatas. Esse pessoal assim, da alta sociedade. Tem também os mais humildes, mais simples. Os pais de famílias. Mas a gente dá preferência para os engravatados. Pagam bem mais. Eu sempre gostei de ir [fazer o sexo] no carro, porque o carro é mais rápido. Agora, no motel você perde muito tempo, tem que fazer tudo que eles querem. Para uma profissional do sexo, já não dá. Eu sempre fui assim, eu ia pra rua pra trabalhar. Sexo, eu tinha na minha casa com meu marido. Eu ia profissionalmente. Trabalhava, vinha embora. Me satisfazia com a pessoa que morava comigo (Monique, 2024).*

Como é possível perceber, Monique encara a prostituição como um trabalho quando o diferencia da relação sexual que tem com o parceiro dentro de casa. Esquivando-se de relações que tenham outro sentido que não o profissional. Relata que foi morar um tempo fora para tentar fazer recursos, viveu por 12 anos na Itália. Ela diz que foi financiada por duas cafetinas, uma de São Paulo e outra do Rio de Janeiro, o problema é que elas recrutam iludindo.

*Eu achava que eu ia viver uma vida na Europa. Pensava que eu iria dançar em boate, ganhar milhões como elas [cafetinas] falavam. Mas não é nada do que o que elas nos passam. Não é nada daquilo. Só quem esteve lá pra ver. Eu fui do Brasil, já fui velha. Eu fui em 2003. Eu cheguei lá, achei que ia ter um apartamento finíssimo, uma casa*

*linda, maravilhosa. Eu fui pra Roma. Cheguei achando que eu ter uma casa bonita só pra mim como tinha aqui no Brasil. Pra começar, eu já fui errada. Já fui levando contrabando sem saber. Me puseram 3 litros de silicone na minha bolsa. Tiraram o rótulo, puseram na minha mala. Me falaram assim: se pararem você na Dogana, isso aqui é óleo de cabelo. Nós fomos em 3 nesse voo. Eu fui bem discreta, que mandaram eu ir de calça, camiseta, sem maquiagem, sem nada.*

Em continuidade do relato, Monique aponta chegou sozinha no destino, porque as cafetinas haviam sido deportadas para o Brasil. Na casa de prostituição da Itália, Monique encontrou outras 14 travestis dentro de um cômodo, todas brasileiras, dormindo em 3 beliches. Na Itália, Monique disse que viveu uma vida de presídio.

Monique diz que a travesti que vai para a Itália e diz que não sofre, está mentindo. Ao mesmo tempo em que traz diferenças entre o atendimento sexual do Brasil e da Itália, Monique se coloca frente a uma realidade difícil na prostituição. Monique tem experiência de prostituição no que ela considera como pista morta, a pista que liga uma cidade a outra, sendo que ela conhece todo o trecho que vai de Aparecida do Taboado/MS a São Carlos/SP. Ela diz que é melhor usar as pistas para fugir do controle das polícias, que na maior parte das vezes, nos centros e nos pontos dentro da cidade, vivem à paisana para prendê-las. Situação bem caracteriza quando Efrem Filho (2021) fala da violência policial.

O período que viveu na Itália, Monique diz que conseguiu comprar muita coisa, ajudar os pais, comprou um sitio e mandava muito dinheiro para o Brasil. Com muito recurso, decidiu deixar a prostituição na Itália depois de 8 anos. Antes de voltar para o Brasil, começou a frequentar a Igreja na Itália que lhe fez repensar sobre a maneira como vivia, mesmo continuando a se prostituir.

Flávia Teixeira (2008) diz que o sonho de deslocamento Brasil-Europa é encontrado na bibliografia sobre estudo travestis e transexuais no nosso país. Ao olhar para essa situação em suas pesquisas, a autora vai demonstrar que a falta de reconhecimento profissional de travestis e transexuais na prostituição fazem como que fiquem mais vulneráveis ao tráfico de pessoas para a prostituição. Essa situação é que justifica a ida de Monique para o exterior e o sonho que depositou de uma vida melhor no exterior para retornar ao Brasil com mais recursos financeiros.

Teixeira (2008) vai apresentar nos resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido com travestis e transexuais entre 2006-2008 que há duas questões que merecem destaque dentro do tema da prostituição travesti no exterior. Uma relacionada à ausência da possibilidade de reconhecimento profissional para travestis

e transexuais que vão para o exterior para serem trabalhadoras do sexo e, em segundo lugar, o discurso ambíguo e insidioso criados por Organizações Não-Governamentais de proteção às trabalhadoras sexuais de que:

O não reconhecimento por parte das travestis de que são/foram exploradas/traficadas cria uma situação ambivalente, ora o discurso oficial empregado pelas ONGs coloca as travestis no lugar daquelas consideradas traficadas, exploradas e, portanto, necessitam de proteção ou as deslocam para a situação de “perigosas e bandidas” ao vincular a prostituição à marginalidade (indocumentadas) e à (des)ordem pública (Teixeira, 2008, p. 280).

Um discurso que ora protege, ora trata travestis e transexuais com alto grau de periculosidade. A autora vai dizer que é preciso desconfiar das propostas feitas por agências para mulheres travestis e transexuais especialmente porque majoritariamente o trabalho feito por elas será de exploração sexual e até mesmo, pensando em tráfico de pessoas: “Em todas as entrevistas, é imperativa a negativa de que são enganadas ou aliciadas para exercer a prostituição forçada no exterior” (Teixeira, 2008, p. 288).

Apenas Monique teve a experiência de viver esse sonho de ir para o exterior para ter melhores formas de acesso à renda. Nicole, por sua vez, não conhecia o ponto, ela se “montou” (vestiu de mulher) juntamente com os outros dois amigos e foram ver qual era a experiência de se prostituir. Disse que não conhecia ninguém no ponto e que hoje em dia, os seus amigos são gays. Ela relata que eles não são se tornaram trans e não vivem de prostituição.

*Eu fui conhecendo, pegando amizade com as meninas. Conheci a Francieli, a primeira que eu peguei amizade, que foi na casa dela que comecei a me montar, a aparecer pra rua, que minha mãe não sabia. Fiz, esse dia, a primeira vez que eu desci da rua, parou uma maricona lá pra mim. Aí, ele me deu dinheiro, acho que fiz R\$ 100 reais aquele dia. Aquilo já me iludiu, aí eu comecei a descer na rua. Por conta do dinheiro. O dinheiro estava me ajudando. Aí, passou o tempo, comecei a descer, ganhar dinheiro (Nicole, 2024).*

Nas noites, Nicole (2024) narra como sentiu a vida na prostituição, deslocando a ideia de que muitas fazem isso porque gosta, porque há outras alternativas. Andrade (2012) e York, Rayara e Benevides (2020) trazem que é preciso reivindicar outros espaços para travestis e transexuais para que o destino da prostituição não seja a única possibilidade emprego e renda. Com essa consideração, as autoras não fazem

uma análise depreciativa do trabalho na prostituição, mas provoca um questionamento sobre a possibilidade de deslocar o olhar social que vincula prostituição como única alternativa de renda para travestis e transexuais.

*Então, amiga, não só aqui em Jales como em toda cidade, todas as meninas trans que trabalham na rua sabem. À noite é difícil. Nenhuma gosta de ficar na esquina pra tirar o pão de cada dia, nenhuma merece essa vida. Todas que estão ali sabem que é chuva, é frio no lombo, é cafetina tirando dinheiro da gente. É babado isso! Mas eu caí na rua aqui em Jales com 18 anos. Naquela época tinha umas 15 trans aqui em Jales. Hoje em dia tem poucas, que muitas foram embora pra Europa. Mas naquela minha época, tinha muitas meninas. Todas ali, lindas, de salto, tudo, pra todas era noite encantada. Mas na esquina tem muita competição. Nessas competições você tem que ir relevando as amizades suas. Fora que também, é muita droga. E se você não tiver com cuidado, você pode pegar até uma doença (Nicole, 2024).*

A transição de Nicole ocorreu durante a fase de escolarização, envolvendo o ponto de prostituição da cidade que ficava na região central de Jales/SP.

*Era o que eu queria, eu já sabia. A partir da sétima série, que eu já fui criando outra cabeça, aí chegou a oitava série. Foi quando saía da escola, às vezes matava a aula. Ia pra cidade, naquela época tinha a Antiga Lusitana, onde eu passava a ver as meninas. A Lusitana era um supermercado que ao lado tinha o Centro Cultural, que era um ponto de prostituição das bichas mais antigas da cidade de Jales, as veteranas. Então eu passava, eu olhava... não tinha amizade nessa época. Passava, olhava, ficava de longe, vendo como é que funcionava, como é que era. Até que chegou um ponto que eu comecei a me envolver com algumas bichas femininas, afeminadas. Foi onde eu comecei a matar a aula e frequentar praticamente toda noite. Matava a aula, às vezes saía na hora do recreio, fingia que estava passando mal pra ir pro ponto (Nicole, 2024).*

Paty (2024), no entanto, faz menção ao ponto de prostituição de cidades próximas a Jales. A noite na Zona de SJRP é caracterizada por Paty como muito perigosa: “Lá, a prostituição é 24 por 48. Você acorda fazendo programa, você dorme fazendo programa. De dia, você coloca a cadeira em frente da casa. São casas normais, com meninas, mulheres, gays, travestis, transexuais”. Mas, mesmo diante do que aparentava estar tudo bem, nos bastidores ou mesmo muito explicitamente, Paty disse que as cenas de roubo, violência, prostituição aconteciam normalmente.

Paty fala que entre as trans ocorriam muita violência, ela traz uma cena que aconteceu dentro da casa da cafetina que as acolhia em SJRP. Paty diz que sempre também esteve muito envolvida em roubos e outras coisas ilícitas. Por conta destes

comportamentos e atitude, Paty aponta que já foi presa entre 2009 e 2010. Ela traz um evento que ocorreu, onde se envolveu com um senhor que pagou o programa e pegou o dinheiro dela. Mas o processo caminhou e ela foi presa tempos depois na cidade de SJRP e futuramente, depois de um tempo, após intervenções de familiares que também trabalhavam no sistema de segurança pública do Estado de São Paulo, ela conseguiu ficar próxima da família em Estrela do Oeste/SP.

*O tempo passou, até que eu estava na cidade de São José do Rio Preto, isso foi de 2009 para 2010. No final de 2010 para 2011, eu estava saindo do quarto do motel da cidade de Rio Preto, da zona, com três pedras de crack. Eu estava com um cachimbo, eu estava com um pedacinho de piso, cartão que eu usava pra usar a droga. A polícia me parou, eu estava com uma droga na boca. Engoli a droga, eles acharam os utensílios de usar a droga dentro da bolsa. Então, eles me abordaram e perguntaram meu nome. Eu disse: Patrícia. Segunda vez, pediu o nome. Eu novamente: Patrícia. Terceira vez. Eu: Patrícia. Na quarta vez, eles perguntaram meu nome. Eles me deram um tapa na minha nuca e falaram quero saber o teu nome de homem. Foi onde eu falei meu nome, o nome do meu pai, o nome da minha mãe, que eles puxaram, e falaram você está pedida desde o meio do ano. Então, quer dizer que eu estava pedida desde 2010 pra 2011, no meio do ano. Acho que em julho, julho. Aí foi onde eles pegaram, me algemaram, colocaram no camburão, me levaram pra Delegacia.*

Paty relata que ficou sete meses presa na cadeia masculina em Estrela do Oeste. Na cadeia, ela relata que o tratamento é no gênero feminino e toda a semana a sua mãe ia visita-la. Paty foi condenada a ficar em torno de quase cinco anos em regime de semi liberdade, tendo que retornar para a penitenciária.

*Mesmo nessa condição, eu voltei a fazer programa. Era adrenalina. De sair. Ganhar dinheiro rápido. Fácil. Por eu estar com as meninas que na época eram as meninas as mais antigas de Jales. Eram as meninas do bem, eu preferia ficar naquele lugar pra gente conversar, brincar, dar risada, sair, fazer programa. A gente saía do ponto, dava volta na praça. A gente ia comer lanche. Voltava, pegava carona pra ir embora. Ia para um motel fazer programa. Então era uma noite para a prostituição. Na época que eu vivia nesse mundo, era uma época gostosa, porque por mais que a gente não trabalhasse na época. Ficasse parada, porque não era toda noite que tinha programa. Tinha noite que era parada, uma trabalhava, outra não. Mas quando tinha, a gente ficava, três, quatro horas da manhã, brincando, dar risada e pegava carona, os bofes que levava a gente embora, levava cada um na porta da casa (Paty, 2024).*

Paty relata que sempre dependeu financeiramente do pai e da mãe por conta do envolvimento com a drogadição, porque a prostituição era dinheiro passageiro para

sustentar o uso de drogas e pagar as contas nas casas de prostituição que ficava. Mas na atualidade, ela trabalha como cuidadora e faz bicos de cozinha nas cidades vizinhas há oito anos. Ainda continua morando com os pais

*De vez em quando eu saio, quando quero ir pra boate. Esses lugares da cidade. De vez em quando, me dá louca, eu coloco minhas perucas, me monto, saio, faço programa, venho embora. Hoje em dia, do que eu era antigamente, graças a Deus, cerca de 80%, eu não sou mais aquela pessoa que eu era. É, porque, agora eu falo, tudo na vida da gente é uma lição. Então, acontece fatos e fatos na vida da gente. Ou a gente decide para melhorar ou para piorar. Já morei com várias amigas minhas, belíssimas, que eram todas feitas, tinham silicone (Paty, 2024).*

Paty não fez como algumas trans mais antiga, colocar silicone industrial com as bombadeiras. Ela mantém o seu corpo feminino com o uso de hormônios, no entanto, sem prescrição médica. Finaliza registrando as suas percepções da prostituição trans.

*Quando dá louco, eu também uso minhas porcarias [drogas] na rua. É, porque o meio GLS [sigla antiga] também virou um meio podre. Porque é uma querendo ser mais do que a outra, é uma que sai com o cliente e fala: - Ai, ela tem HIV; - As bichas da cidade tem HIV; - Ela rouba; - Ela vai aprontar com você, não sai com ela. Então tem tudo tipo. Hoje em dia, é uma vida muito mais arriscada. Eu falo, porque como elas aprenderam a roubar de uma forma muito fácil. Hoje em dia, eles estão dispostos a tudo também. Os homens, você sai com eles, eles têm faca guardada, escondida. Eles têm revólver. Você está sujeito a tudo. Apanhar. Às vezes, uma amiga está comigo na esquina. Ela roubou o cara, ele volta e desconta toda a raiva. Se você estiver próximo, o ódio dele vai para você também. Tem tudo isso.*

Paty teve uma experiência peculiar de prostituição e envolvimento com o crime de forma paralela. Tais eventos a levaram vivenciar diferentes episódios de violência durante a prostituição.

### **3.4 Experiências de transfobia e sobrevivência às ruas**

Lucas Podestà (2019) entende que transfobia é um conceito em ascensão para discutir, designar e analisar as múltiplas violências contra as pessoas trans. Algumas leituras anteriores a 2015, inclusive utilizadas neste trabalho, utilizam o termo homofobia para designar as formas de violências direcionadas para pessoas trans.



Neste estudo, defendo que as formas de violências direcionadas para travestis e transexuais devem ser entendidas sob o enfoque do termo transfobia.

Por outro lado, reconheço também que o conceito tem uma densidade interessante para esses objetivos, considerando-se que normalmente ele se refere a um conjunto heterogêneo de violências contra pessoas trans, como a violência moral, sexual, física, discursiva, simbólica, etc. O conceito de transfobia também se refere a violências muito específicas que atinge pessoas trans, como a exposição genital para verificação do gênero, uma violência correlata à generalização – imposição forçada do gênero – e o desrespeito ao nome social, escolhido pela pessoa trans (Podestà, 2019, p. 375).

Aghata (2024), sobre episódios de transfobia no cotidiano:

*Você sai pro mercado, você está passando. Você ouve uma piadinha. Hoje mesmo, fui no posto de gasolina. Estava passando três caras zombando de mim. Entrei na conveniência, um deles entrou pra pegar uma cerveja. Eu acabei me cedendo e acabei brigando com o cara. Não contente, acabei discutindo com os outros. Porque, tipo assim, eu achei uma falta de respeito, porque eu passo por ali, eu não mexo com ninguém. Nunca distratei ninguém. Agora, fazer piadinha, não. A gente é trans, mas não é capacho de ninguém. Isso acontece sempre. Sempre (3x).*

Outra situação de transfobia que Aghata (2024) passou foi no trabalho: *“Teve um caso de eu estar num salão onde eu trabalho. Uma cliente não queria ser atendida por mim, por eu ser trans. E teve um episódio agora, que faz pouco tempo, que eu fui na casa de uma cliente e ela...*

*Eu entrei lá. Comecei a fazer o cabelo dela. Tudo certinho. O cara entrou, o marido dela. Ele começou a mandar mensagens pra ela. Nisso, eu já estava terminando. A minha cliente falou para a empregada descer para ir no mercado. Eu acabei acompanhando-a para ir para o lugar, onde eu trabalho. Nesse meio tempo, deu alguma briga no WhatsApp entre ele e ela e ela ficou apavorada. Quando eu cheguei no trabalho, ela me ligou. Ela pegou e falou assim, Agatha, era com você mesmo. Eu peguei e falei assim, mas por quê? O que aconteceu? Ela falou assim: - Ó, ele me xingou tudo. Aí, ela começou a ler o que ele estava falando. Ele pegou, eu lembro tudinho o que ele escreveu. Ele falou assim: - Eu não acredito que você trouxe essa aberração para dentro de casa. Aquilo que ela leu pra mim, acabou comigo. Me deixou muito mal. E eu ainda estou mal. Tive que passar por médico. Estou tendo que tomar remédio de ansiedade, porque me deu uma síndrome de pânico depois disso. Me atacou isso. Tive que parar no pronto-socorro. Minha tia teve que marcar uma psiquiatra pra mim. Essa palavra me afetou muito. Muito, muito mesmo.*

Jesus (2013) entende que a transfobia envolve pensar o preconceito e a negação dos direitos sociais e civis de travestis, transexuais e transgêneros femininas e masculinos. Assim:

No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido a educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada “transfobia” (Jesus, 2013, p. 5).

Como se vê a transfobia não diz respeito apenas à morte. A morte se torna a expressa mais cruel do ato transfóbico, sendo indispensável buscar informações sobre a materialização da transfobia de outros formatos. O último dossiê de assassinato e outras violências contra pessoas trans de 2023 (Benevides, 2024, p. 12) aponta que a transfobia é um projeto político e posicionam pessoas trans como uma ameaça: “[...] seja ao Estado (e à sociedade), à família, e mais recentemente às mulheres e crianças (cisgêneras), como uma pauta fortemente instrumentalizada pela extrema direita para atacar governos progressistas e tornar pessoas trans indignas de direitos”.

Eventos cruéis como estes citados por Benevides (2024) intensifica inúmeras expressões das violências direcionadas para pessoas trans. Segundo Benevides (2024), se trata de um projeto cujas ações vociferam um discurso de que mulheres cis e crianças precisam ser protegidas de pessoas trans como resultantes de um pensamento ultraconservador da extrema direita.

Na concepção de Benevides (2024, p. 13, grifos da autora), trata-se de uma discussão que precisa ser problematizada por parte dos movimentos sociais que ocupam espaços decisórios: “Principalmente porque não são as pessoas trans as responsáveis pela violência contra meninas e mulheres e/ou que estruturalmente têm colocado meninas e mulheres cis em risco, não há razão aceitável para alguém afirmar isso”.

Benevides (2024) diz que o discurso anti-trans dependem do mito do essencialismo sexual ou de gênero para o seu funcionamento. Geralmente, este discurso é acionado para atacar pessoas travestis e transexuais. Outro fator

importante de se destacar, nesta pesquisa, é que não se entende a prostituição como um campo profissional que se produz vulnerabilidade, mas a transfobia é o evento que produz essa vulnerabilidade social.

É importante chamar atenção para o fato de que não acreditamos que não é a prostituição que necessariamente coloca pessoas trans em situação de vulnerabilidade, mas a transfobia e as condições que lhe retiraram as oportunidades que antecedem a sua busca pela prostituição como única opção. Inclusive, urge discutirmos o fato de que nem toda profissional do sexo está em vulnerabilidade social e que muitas encontraram ali uma saída frente aos processos de empobrecimento impostos a corpos trans pela ausência de oportunidades (ANTRA, Benevides, 2023, p. 41).

A truculência da abordagem policial nas ruas e nas noites, os roubos que as trans passam; esses eventos refletem um cenário transfóbico. Amanda (2024) aponta que às noites: *“Duas vezes à noite, eles [policiais] começavam a perseguir a gente. E aí, as que não conseguiam correr, eles levavam presas. Levavam e deixavam a noite inteira. Por vadiagem, né. Por vadiagem, a gente só saía durante o dia”*.

Para abrir um parêntese na discussão encadeada neste tópico, resalto uma experiência de exploração sexual na adolescência. Amanda traz que foi viver com uma cafetina que a recrutou cedo para a exploração sexual. Elisette a levou para exploração sexual<sup>15</sup> precocemente, onde Amanda viveu dos 13 aos 16/17 anos. Mas, Amanda não fazia essa correlação entre prostituição e a sua fase de desenvolvimento. Ela não conseguia enxergar dessa forma.

Sobre ter iniciado a vida na exploração sexual na infância, Amanda analisa com uma sensação que transita entre estar pasma e também olhar para a ingenuidade e não saber caracterizar que se tratava de uma situação que poderia afetar o seu desenvolvimento.

*Eu era praticamente uma criança. Nossa! Tudo era diversão pra mim. Dava risada das coisas que aconteciam, as coisas horríveis que aconteciam. Foi uma lembrança muito chocante que eu tenho. Acho que a menina chamava Eduarda, Eduarda, se eu não me engano. Ela trabalhava junto comigo na esquina. Na época, eram muitas, muitas na esquina. Eu e ela sempre ficávamos juntas. Conforme a gente corria, quem conseguia se esconder, se escondia. Quem não conseguia, não se escondia. Tinha um grupo chamado Skinhead. Eles*

---

<sup>15</sup> Utilizamos o termo exploração sexual, porque não concordamos com a fala de prostituição antes dos 18 anos. Especialmente, por se tratar de uma discussão que crianças e adolescentes não se prostituem, mas sim, são explorados sexualmente dada a condição peculiar de desenvolvimento.

*pegavam, faziam um círculo na travesti e eles matavam a travesti. E eles mataram essa minha amiga.*

Ao narrar a morte de Eduarda, Amanda justifica o porquê se sentiu entre o reconhecimento de uma vida marcada pelo ódio e pela morte e as práticas de correção insistentemente arquitetada para dizer que corpos trans não são passíveis de serem reconhecidos como humanamente vivíveis (Butler, 2019). E acrescenta sobre essa memória de Eduarda, como ela foi morta:

*De corrente, acorrentada e pedrada. Então, além de ser perseguida pela polícia, tinha esses grupos. Tinha os grupos, os Skinheads. Na época que eu comecei, não foi nada fácil. É porque, eu era muito jovem e pra mim tudo era diversão. Mas nada era divertido, tudo era muito difícil mesmo (Amanda, 2024).*

Ao narrar sobre como este grupo de *Skinheads* matavam as travestis, Amanda cita que eles passavam de dois em dois dias: “Assim, de dois em dois dias, eles passavam. E quem tivesse... E quem tivesse, eles batiam, né, até matar” (Amanda, 2024). Como se vê, a vida da travesti e das transexuais sempre estiveram marcadas de ódio, morte e luta pelo direito de existir diferente da cisnormatividade (Vergueiro, 2014).

Nicole apresenta uma experiência de vida nas noites e nas ruas da prostituição. Drogas, bebidas... tudo para aguentar a noite segundo ela. A vida nas ruas segundo ela é muito difícil, porque elas passam por muitas situações constrangedoras e preconceituosas inclusive da população que não é clientela. Ela diz que viveu com isso porque a sua família é da cidade e ela era conhecida também: “*Mas antigamente eu tinha meio vergonha de ficar ali. Até acostumar o pessoal a acostumar comigo por fato de família (Nicole, 2024).*”

Nicole (2024) traz duas experiências interessantes para a análise. Uma referente ao público que elas atendem nas ruas de prostituição e outra referente aos perigos da vida na prostituição. Ela traz uma experiência de risco de morte que viveu há um tempo:

*Ah, passa muito homem de família. Zoando. Ah lá, o viado. Já passaram tacando pedra, ovo, extintor. Uma vez um “trouxa” passou e arremessou um extintor. Esse mesmo trouxa que faz isso com a gente, é o mesmo que vai lá dar um “cinquentinha” para as meninas à noite. Mas são os mais preconceituosos hoje em dia. É os que querem e não assumem.*

Benevides (2024) faz uma discussão sobre a criminalização da prostituição de travestis e transexuais. Segundo a autora, é importante pensar em estratégias públicas para melhoria da segurança dos espaços, onde essas profissionais realizam o trabalho sexual:

E ao invés de criminalizar a prostituição ou responsabilizar as trabalhadoras por essas violências que são cometidas em geral por homens cisgêneros em decorrência do gênero (feminino) expresso das vítimas, é crucial promover diálogos e pensar em alternativas para garantir a segurança e os direitos das pessoas que atuam como profissionais do sexo (Benevides, 2024, p. 55).

Em continuidade, Nicole (2024) comenta sobre a sua experiência com um homem que tinha intenção de fazer algo ruim com ela:

*Igual eu mesmo, teve uma época da minha vida aqui mesmo em Jales. Eu estava ali na esquina e tinha mais uma amiga minha na esquina de cima. Aí eu lembro que parou um cara pra mim, eu entrei no carro dele. Aí eu lembro que esse cara me levou, passou em frente do motel: o motel Stúdio. O cara continuou reto, passou na frente do outro motel. Aqui em Jales. Passou na frente dos dois motéis, aí eu me liguei, perdi pra ele. A outra rodovia vai pra Ponta Linda. Aí ele continuou reto, acabou indo mais pra frente. Entrou numa rua de terra com tudo. Aí eu estava recém bombada [silicone industrial]. Eu fui pra rua de terra, pulei do carro dele, consegui correr. Aí naquilo ali eu consegui me salvar dele. Ele foi dar ré para passar por cima de mim, mas Deus foi tão maravilhoso que ele caiu num buraco. Ele ia fazer alguma coisa comigo. Maldade. Eu sofri já esse fato. Aí eu consegui pedir ajuda, ver os policiais, me ajudou tudo. A minha bolsa ficou tudo no carro. Meu celular ficou no carro, o dinheiro ficou no carro. Cheguei perto daquela zona da Vanessa. A zona da Vanessa, que é onde as meninas. Cheguei lá, ligaram pra mim e para a polícia. Lembro que na época veio quatro camburão. Aí chegou lá o carro do filho da puta, estava virado ao contrário. Mas, ele tinha fugido. Aí pegou, tirou vários bafões no carro dele. Mas aí até hoje, isso tinha saído há cinco anos. Até hoje ninguém me chamou na Delegacia pra nada. Se a bicha tivesse morrido, eu estava lá. Porque o preconceito é tanto com viado, que se fosse um filho de papai, no mesmo ano já tinha acontecido a ocorrência. Como é viado. Mas graças a Deus, eu estou aqui, firmona.*

O que Nicole (2024) traz é que o mesmo homem hetero que se entende por pessoa e cidadão de bem, é aquele que solicita atendimentos e programas sexuais de travestis e transexuais. Essas falas confirmam o que a ANTRA (Benevides, 2024) apresentou sobre o fato de que a vulnerabilidade não é a prostituição, mas sim as pessoas que tratam com transfobia.

## Considerações finais

O início destas considerações me leva a pensar as situações que me trouxeram até aqui. Não me imaginei pesquisadora ou chegando próxima a um percurso que pode tornar uma doutora na área da educação. Como travesti e transexual, as minhas colegas e eu, tivemos um percurso como foi possível observar nas nossas experiências, em que as situações e as possibilidades nos levam para fora do centro das oportunidades, nos colocam à margem. É obvio que não se trata de um percurso predefinido, afinal sempre teremos as exceções.

No entanto, a transfobia de uma sociedade cisheteronormativa nos repele e, podemos dizer que, radicalmente, nos elimina de tudo que o ci-hetero-patriarcado solidificou. O nosso processo de transição ocorre em meio a autoaceitações e as dificuldades de uma sociedade que não nos querem em espaços formatados a preceitos morais e religiosos. Somos consumidas nas pistas de prostituições por estes mesmo que nos repelem e com a bíblia diz que somos perversas, vivemos uma vida sem Deus e que somos nojentas.

Quando vejo pessoas dizendo-se ex-trans, aquelas que fizeram o processo de destransição e divulgam isso nas redes sociais, sempre me questionei o que as fazem dizer que estão curadas? Sempre fiz com muito questionamento, a relação disso com o fato da vida de cão que eu e minhas amigas enfrentamos na prostituição? Será que para ter uma visão desta, essas ditas ex-trans passaram por situações como essas? Mas, o que as levam a acreditar que o problema está em ser trans? Elas não veem que a sociedade nos leva para essas condições de vida?

Um exemplo de ex-trans, temos a Catty Lares, hoje Carlos Manuel. Não questiono a destransição como uma questão particular a cada um/uma, no entanto, o atual Carlos Manuel insiste em nos atacar com o discurso de cura *gay* por meio da religiosidade evangélica específica. Há todo um cenário de extrema emoção e adoração a Deus, quando o atual Carlos Manuel se filma chorando, clamando a Deus pela redenção, pedindo a intervenção divina em sua vida.

Trata-se de uma questão de transfobia. Não vejo de outra forma, porque o atual Carlos Manuel agora se expressa um homem *gay*. Significa transfobia, por que quer dizer que ser *gay*, você vai ser mais aceito no reino dos céus? Por que uma trans não pode ser bem vista independente se ela é profissional do sexo ou não? Infelizmente,

a minha pesquisa demonstrou que as seis travestis e transexuais entrevistadas, de Jales/SP, seis trans, iniciaram as suas transições de gênero em meio à prostituição como recurso mais acessível para tornarem-se femininas.

Foram histórias que misturam beleza e o sentimento de impotência. No caso da beleza, porque foram histórias específicas e, sim, independente se trans/travesti ou não, cada um/a possui suas limitações e sabe onde o “calo aperta”. O sentimento de impotência, nesta situação, envolve pensar como uma sociedade hipócrita trata com violência e expulsão um grupo social que ela consome pornografia. Quer dizer que somos e servimos para as práticas mais instintivas e perversas da sexualidade, mas não servimos para sermos professoras universitárias, juízas, vereadoras e outras tantas profissões moralizadas?

As trans participantes de minha pesquisa tal como eu, também tiveram projetos de vida e de felicidade. No entanto, muitos ambientes foram essenciais para demonstrar para elas que suas existências não podem coexistir nos mesmos termos de pessoas ditas e consideradas normais. Mas como eu trouxe anteriormente, há que se questionar essa ideia de normalidade quando o mesmo crucifixo que nos é apontado, é o mesmo que compra nossos serviços sexuais. Normalidade, então, estaria relacionado a ser um falso-moralista?

Como profissionais do sexo, as minhas amigas eu, tivemos inúmeras experiências de crueldade, violências sexuais e policiais que trazem para a sociedade a necessidade de reconhecimento de nossa profissão. Somos tantas que realizamos serviços sexuais, mas as péssimas condições de exercício desta profissão nos levam a experienciar eventos transfóbicos como as narradas pelas minhas interlocutoras. Não temos vergonha de nos posicionar travestis e transexuais trabalhadoras do sexo, temos vergonha de ter que nos submeter aos mesmos termos de cidadania que qualquer cidadão/ã tem que fazer e, no entanto, não usufruímos dos mesmos direitos humanos que tem. É de se questionar!

É preciso radicalizar e mostrar as péssimas condições a que estamos cotidianamente expostas nas avenidas e pontos de prostituição como foi demonstrado no município de Jales/SP. Estar na condição de ser levada a uma desumanização nos faz crer que não somos cidadãs ou não podemos ser professora como é o meu caso. Muitas não têm esclarecimentos para se verem detentoras de projetos de vida dentro da cisnormatividade.

Não explorei dentro do meu texto de pesquisa a ideia de sub-humano que os processos de desumanização na perspectiva de Frantz Fanon (2008) nos levam. Creditei a necessidade trazer isso na minha finalização desta pesquisa, porque a condição de sub-humano anteriormente é construída como uma norma social e, sobretudo, incorporada psicologicamente com um efeito alucinatório. Ficamos viciadas em crer que não somos parte da sociedade e, ainda, somos tratadas como pessoas barraqueiras, briguentas e ladras. Ninguém questiona os porquês temos que recorrer e práticas como essas para termos melhores formas de vida.

Os sentidos da cisheteronormatividade nos termos da leitura da visão colonial nos leva a agir sempre questionar os formatos e enquadramentos da identidade de gênero e identidades sexuais essencialistas que nos são impostas. Quanto mais agirmos como seres aversivos por meio da incorporação dessa transfobia alucinatória que nos impõem nos enxergar invisíveis, mais assimilamos os valores cisheteronormativos sem nenhum questionamento como bem retrata Fanon (2008).

As pouquíssimas vezes que conseguimos acessar algum lugar, alguma política pública, servimos de laboratório para nos dizer que somos humanas. Mas só chegamos lá, porque teve alguém que se sensibilizou por acreditar que somos humanas. É uma situação muito crítica discutir isso com tanta naturalidade, reconhecer isso, que nossas vidas são lançadas para as outras pessoas decidirem o que vão querer fazer. Isso pode ter uma via de mão dupla, nós, travestis e transexuais, começamos a nos sentir fora da norma por não reproduzirmos tais padrões cisheteronormativos. Por outro lado, não temos como desaparecer. Por conta disso, é preciso que sejam construídas formas de nos dizer que estamos em desacordo com as estruturas sociais existentes.

Fanon (2008) discutiu que o negro não é um ser ontológico, a mesma afirmação pode ser pensada em relação as travestis e transexuais. Estamos em contradição com o (c)istema-mundo (Vergueiro, 2016), somos levadas duas vezes ao não reconhecimento como humanas. Ora por ser travesti/transexual ora por ser trabalhadora do sexo. O reconhecimento de nossas existências por parte de tantos outros é o que pode nos colocar em outras imagens capazes de sermos reconhecidas com humanidade. Significa dizer que estamos vulneráveis a todo momento.

Somos vítimas constantes do olhar criminalizante e julgador no cotidiano social e em outros sistemas de justiça. Crianças e adolescentes convivem com identidades de gênero trans e travestis e não são bem dialogadas com as suas famílias e outras



instituições. Como vimos em histórias de travestis e transexuais, o vínculo com a exploração sexual começa cedo no caso daquelas que tiveram rupturas familiares. Quando não questionamos e nos sentimos responsáveis enquanto sociedade por situações como essas, a questão não diz respeito à proteção à infância, mas evitar que crianças e adolescentes se tornem travestis e transexuais.

Na perspectiva deste estudo, para realizarmos rupturas com este modelo cis heteronormativo que vem de tempos remotos com o projeto colonialidade/modernidade como apontou Quijano (2009), podemos pensar em um giro decolonial como resistência à reprodução cis-hetero-patriarcal no cotidiano. Maldonado-Torres (2020) diz que isso é preciso para resistir. Essa resistência, no caso específico da proposta que se pretende com estudo, situa pensar contrário ao cristianismo, conservadorismo, racismo e sexismo presente nas nossas vidas.

Falar do ponto em que eu me localizo, o de travesti-transexual-trabalhadora sexual-professora, me coloca na contramão deste projeto societário que se acredita universal quando aponta segundo uma visão essencialista que todos reproduzem o modelo cisheteronormativo. Me coloco resistência quando olho para as vivências travestis e transexuais e não aceito que a prostituição seja o nosso único destino. Discutir também sobre as histórias de travestis e transexuais de Jales/SP é uma forma de observar que o modelo que cria de nossas existências não pode ser visto como um modelo abstrato, o de que todas sofreremos demais com as nossas escolhas como resultado catastrófico de termos decidido enfrentar a norma cisheterocêntrica.

Não nos arrependemos de ser travestis, transexuais e trabalhadoras sexuais. Nos arrependemos, às vezes, por não termos uma formação que nos dê o ensinamento para nos encorajar estar nos espaços de decisão e lutarmos por melhores formas de vida. No entanto, isso não é uma situação de responsabilidade apenas de travestis e transexuais pensar, mas da sociedade e do Estado.

As biografias das participantes de minha pesquisa não demonstram dores e sofrimento pelas péssimas condições de trabalho na prostituição, mas a vergonha de um país que mais mata pessoas trans e travestis. A discussão não se relaciona mais com aceitar ou não a prostituição como um trabalho, mas qualificar com respeito, dignidade e proteção a prestação deste serviço que deveria possuir reconhecimento como qualquer outro.

Ao me incluir no texto, baseei-me na pesquisa autobiográfica, por não sentir constrangimentos pelo caminho que percorri para na universidade chegar. A narrativa

autobiográfica como bem pontua Valéria Marques e Cecília Satriano (2017) reúne autor e espectador na mesma figura e como foi possível ver na narrativas autobiográficas das minhas colegas de pista e de trecho de Jales/SP, o eu é formado por vários “eus”. Concordo com os autores quando dizem que não se nasce sujeito, se torna um. Em nossa narrativa é possível observar que tivemos o mesmo trajeto de cobranças cisheteronormativas ou heteroterroristas como bem nos aponta Bento (2011) a respeito das pedagogias de gênero.

Passamos por problemas de aceitação, respeito e violências desde muito cedo. A nossa adolescência demarca o lugar, onde os processos de transição de gênero ocorrem e não tivemos apoio da família e da instituição escolar para nos auxiliar e fortalecer diante das transfobias que iríamos vivenciar por decidido desrespeitar a cisnorma. Por conta disso, crescemos corpos travestis e transexuais que encontrou apoio em famílias que foram constituídas nas pistas, casas e trechos de prostituição. Quando não tivemos a nossa adolescência tomada pela exploração sexual como foi o caso de uma colega.

Os perigos da clandestinidade como é o caso da aplicação de silicone industrial por meio das travestis mais velhas, as bombadeiras. Tudo isso demonstra que desde muito cedo, os nossos corpos estão lançados à sorte. O uso das narrativas autobiográficas aqui traçadas nesta pesquisa voltou-se para colher informações que legitimam o reconhecimento de corpos trans e travestis na prostituição como sujeitas capazes de olhar com protagonismo para as suas histórias.

Passeggi, Nascimento e Oliveira (2016) entende que o uso da pesquisa autobiográfica colhe narrativas dos sujeitos. Essa perspectiva metodológica propõe acessar a complexa relação entre o sujeito e as suas relações (representações, crenças e valores sociais). As autoras apontam que essas narrativas são resultantes de relações sociais que nos expressam como somos, sentimos e agimos no contexto social bem como nos forma a partir dos acontecimentos.

Diante disso, Passeggi, Nascimento e Oliveira (2016) trouxeram uma possibilidade de eu pensar em fazer uma pesquisa que não apenas utilizasse as trans e travestis trabalhadoras sexuais de Jales/SP como objeto de estudo. Com este recurso, pensei em possibilitar momentos que as autoras denominam de apropriação de sua história e de empoderamento dela. Assim: “a escuta sensível do outro fundamenta-se no reconhecimento de sua historicidade e de seu pertencimento social, com base na hipótese de que o ato de narrar as histórias por ele experienciadas está

na origem do conhecimento de si” (Passeggi; Nascimento; Oliveira, 2016, p. 115). Nesse sentido, ao falar de si, ao narrar-se para alguém, a pessoa aponta eventos em que se sentiu confortável ou desconfortável de sua posição no cenário social.

Nicole, Amanda, Monique, Paty, eu e Agatha, trouxemos histórias que nos colocaram diante de eventos de rejeição e de prazer consequências de todas as nossas escolhas e das sanções sociais que nos foram impostas decorrente do fato de termos desrespeitado as normas cisgêneras. Vergueiro (2014) aponta que pensar o gênero para além da cisgneridade nos coloca diante do poder biomédico de decidir por meio da normalidade o que é anormal. Desse modo, ao usar a lente descolonial como prevê a autora, eu me coloco diante de um sistema biomédico de base eurocentrada.

Esse poder biomédico enquanto um padrão nos agencia como sujeitas dotadas de corporificações patologizantes, justificando todo os problemas que enfrentamos para nos construir mulheres. Vergueiro (2014) vai dizer que esse movimento de se enxergar anormal como um padrão de poder colonialista porque se trata de cobrir ou eliminar qualquer possibilidade de trânsito entre os gêneros. O padrão de poder cisgênero como bem indica Vergueiro (2014) atua significativamente nas nossas vivências trans e travestis.

Ao olhar para as experiências trans e travestis dessa pesquisa, entendo que a normatividade Cisgênera também pode ser considerada “como uma normatividade eurocêntrica é importante para que a gente tenha alianças mais profundas e mais críticas em relação a esses projetos, que são interseccionais e que dialogam entre si” (Vergueiro, 2014, p. 17). Quando a autora discute a ideia desse projeto colonialista cisgênero ser interseccional é porque ele se expressa de superioridade machista, racista e elitista. Diante deste projeto, as nossas vivências são levadas para o não ser e o subhumano como bem pontuou Fanon (2008).

Para finalizar, as nossas histórias demonstraram que o dispositivo de colonialidade de gênero nos captura como corpos que merecemos viver péssimas condições de vida, porque ousamos desrespeitar a visão moralista e essencialista de homens e mulheres cisheterossexistas. Somos, por conta disso, corpos que merecem conviver com a violência, matança deliberada e os diferentes dispositivos que disciplinam nossos corpos para nos fazer concordar com a precariedade que temos que viver. Esse sentimento de não fazer parte da sociedade quando olho para as

minhas experiências e as das minhas participantes de pesquisa é algo comum desde muito cedo em nossas experiências familiares e da instituição escolar.

## Referências

ALVES, Claudio Eduardo Resende. **Um nome sui generis: implicações subjetivas e institucionais do nome (social) de estudantes travestis e transexuais em escolas municipais de Belo Horizonte/MG**. 301f. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ANDRADE, Daniel Francisco de. **Os desafios de transgêneros em sua trajetória escolar em um município do interior do estado de São Paulo**. 105f. 2020. Dissertação (Mestrado em educação) – Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2020.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 279f. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ANPED. **Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **A diferença trans no gênero para além da patologização**. *Periódicos*, Salvador, n. 5, v. 1 maio-out. 2016 p. 87-100. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/download/17178/11335>>. Acesso em: 17 jul 2024.

BARCELLOS JUNIOR, Waldyr. **Trajetórias escolares das travestis do interior: história, (des)aprendizagens e educação**. 104f. 2018. Dissertação (Mestrado em ensino) – Universidade Federal Fluminense, Santo Antônio de Pádua, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: gênero e sexualidade na experiência transexual**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

BENTO, Berenice. As famílias que habitam a família. **Sociedade e Cultura**, Goiania, v. 15, n. 2, jul/dez, 2012. p. 275-283. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70325252004.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549–559, maio 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 17 jul 2024.

BRAVIN, Rodrigo. **(Trans)Pensando a educação social: os sentidos de ser (trans) educadora social**. 141f. 2016. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BRUM, Indira Saad. **Da nomeação às práticas de prostituição: um olhar sobre travestis e transexuais a partir de artigos científicos encontrados na Scielo**. 67f. 2014. Dissertação (Mestrado em educação em ciências: química, saúde e vida) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

CÂMARA, Amanda Boner Peixoto. “Cair na vida”: o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis. **Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 48-62, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1401>.

Acesso em: 18 jul 2024.

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. **(Des)pregamentos e táticas nos cotidianos narrados por travestis: desalojamentos nos espaços prisionais como modos de (r)existências**. 111f. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

CAVICHIOLO, Anderson. **Uma história de extermínio transfóbico no Brasil: a disputa de nomeação do assassinato da travesti Dandara Katheryn**. 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CÉSAR, Maria Rita de A.; SANTOS, Dayana B. C. dos; SILVA, Amanda da. Narrativas trans: docência e prostituição. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 4, n. 11, p. 573-589, 2019. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5974/pdf>. Acesso em: 15 mai 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. 9ª ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984.

COSTA, Maria Aparecida Alves da. **Educação e docência da Travesti Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2007-2018)**. 204f. 2023. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023.

COSTA, Mariana E. da. **“CIS” tema de educação e alunas travestis e transexuais: Representações Sociais de professores e professoras da rede pública de Belo Horizonte**. 98f. 2022. Dissertação - (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CRUZ, Edimilson C. **Travestis e transsexuais no mercado de sexo em Três Lagoas/MS**. 207f. 2019. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2019.

CRUZ, Elioneide Cardoso. **Educação e Travestilidades, no foco: trajetórias escolares das travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá**. 209f. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016

DICIO. **Dicionário on line de Português**. 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. 2023.

DOMINGOS, Kylderi Lima dos Santos. **Educação sistematizada com mulheres trans e travestis no sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro: formação humana e processo de exclusão**. 114f. 2023. Dissertação (Mestrado em educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

DUARTE, Jessyca Barbosa. **Transpassando os limites da educação: os significados do acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras**. 194f. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

EFREM FILHO, Roberto. À queima-roupa: rebaixamento, prazer e desejo em casos de violência policial contra travestis. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 46, n.3, set. 2021. p. 30-48. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.8904>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ERCOLES, Clara Hanke. **Sereias do asfalto e suas trajetórias educacionais**. 141f. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

ERCOLES, Clara Hanke; MAIO, Eliane Rose. O canto vinha de longe, de lá do meio do mar: trajetórias de putas transexuais na escola e no trabalho. **Cadernos eletrônicos de Ciências Sociais**, Vitória, v. 8, n. 2, p. 5-21. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/36066/23695>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FALSBORDA, Orlando. **Ante la crisis del país: ideas-acción para el cambio**. Bogotá: El Áncora Editores, 2003.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FERNANDES, Sanderson Fardim. **As trajetórias de “jovens trans” na fronteira Brasil/Bolívia: (in)visibilidade nas escolas públicas de Corumbá (MS)**. 117f. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça A. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. **Cadernos de Pesquisa**, São Luis, v. 23, n. 2, p. 122–137, 1 Set 2016 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5349>. Acesso em: 27 ago 2024

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing** New York: Oxford University Press, 2007.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 11, n. 2, pp. 241-256. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25783>. Acesso em: 12 jul. 2024.

GOMES JÚNIOR, João. O pajubá como tecnologia linguística na constituição de identidades e resistências de travestis. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 300-314, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3895/cqt.v14n43.12174>. Acesso em: 01 out. 2024.

HERMANN, Nadja. Ética. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019, p. 18-23.

KENNEDY, Natacha. Crianças transgêneros: mais do que um desafio teórico. **Cronos**, Lagoa Nova, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2151>. Acesso em: 27 ago. 2024.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição. Sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: UNB, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, p. 101-123, 2014. Disponível em:

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista de Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./abr. 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, jul./dez. 2013.p. 481-498. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 342f. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LIMA, Antonella Gessi de. **Os corpos das mulheres travestis e a sua exclusão no processo educacional**. 55f. 2023. Dissertação (Mestrado em estudos latino-



americanos) – Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2023.

LIMA, Marcelo Rodrigues de. **A rainha da Lapa e o padre: uma análise discursivo-crítica das representações socio discursivas de Luana Muniz nas práticas midiáticas digitais brasileiras.** 2019. 211 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019.

LIMA, Tatiane da Silva. **O acesso de transexuais e travestis à educação superior.** 193f. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

LUSTOSA, Tertuliana. Manifesto travesto-terrorista. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, set. 2016. p. 385-409. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25929/18560>. Acesso em: 23 nov. 2024.

MAINARDES, Jeferson; CARVALHO, Isabel C. de M. Autodeclaração de princípios e procedimentos éticos na pesquisa em educação. In: ANPED. **Ética e pesquisa em Educação: subsídios.** Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. p. 130-133.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 27-54.

MARQUES, Valéria; SATRIANO, Cecilia. Narrativa autobiográfica do próprio pesquisador como fonte e ferramenta de pesquisa. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 23, n. 51, p. 369-386, 2017. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v23n51/1981-0431-lc-23-51-369.pdf>. Acesso em: 19 ago 2024.

MARTINS, Lucivando Ribeiro. **Entre ocós, truques e ataques [manuscrito]: a produção de confetos sobre as experiências de educadoras Trans do projeto TRANS FORMA AÇÃO.** 218f. 2016. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

MATOS, Camila Saraiva de. **Narrativas de travestis em situação de rua: cultura, educação e sexualidade.** 88f. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

MELLO, Daniel F. *et al.* Complicações locais após a injeção de silicone líquido industrial: série de casos. **Revista do Código Brasileiro Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p.37-43, fev. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/cg59H9jfjDQMPwffhgJn3Kz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2016.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as miséria da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado.** São Paulo: Cortez, 2004. P. 667-710.

MOLINA, Luana Pagano Peres. **Vamos por Más: O Bachillerato Popular Mocha Celis na experiência educacional das travestis e transexuais em Buenos Aires/Argentina.** Tese. (Doutorado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, 2017.

NASCIMENTO, Leticia do. Prefácio (isso não é um prefácio). In: MOURA, Iago; MONTEIRO, Nai; PERUZZO, Renato; AFONSO-ROCHA, Rick. **Cutucando o cu do cânone: insubmissões teóricas e desobediências epistêmicas.** Curitiba: Devires, 2022. p. 7-9.

OLIVEIRA, Maria Izabela Zanzotti de. **Nas margens do corpo, da cidade e do Estado: educação, saúde e violência contra travestis.** 137f. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e de gênero.** São Paulo: Devires, 2021.

ORNAT, Marcio. Território e prostituição travesti: uma proposta de discussão. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 41–56, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5212/TerraPlural.v.2i1.041056>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ORNAT, Marcio; SILVA, Joseli Maria da. Território descontínuo paradoxal e prostituição na vivência travesti do Sul do Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, 2013, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.1-12.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (orgas). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** Belo Horizonte: Mazza edições, 2014. p. 23-46.

PASSEGGI, Maria da Conceição; NASCIMENTO, Gilcilene; OLIVEIRA, Roberta As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 33, 2016. p. 111-125. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/349/34949131009.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de; VICENTINI, Paula P. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto) biográfica, docência e profissionalização. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, abr. p. 369-386, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hkW4KnyMh7Z4wzmLcnLcPmg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2023.

PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de. O movimento (auto) biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional. **Revista Investigación Cualitativa**, v. 2, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23935/2016/01032>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 25, p. 217–248, jul. 2005a. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cpa/a/5QYynt9X5b35dCjrMcN7npc/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 15 jun 2024.

PELÚCIO, Larissa. Toda quebrada na plástica” – Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos – Revista de Antropologia social**, v. 6, n. 1-2, dez. 2005b. p. 97-112. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/cam.v6i0.4509>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PEREIRA, Alessandra Margotti dos Santos. **A inconstitucionalidade da criminalização das casas de prostituição e demais atividades de lenocínio**. 179f. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PEREIRA, Ernane Alexandre. **Docência TRANS em evidência: entre TRANSições, TRANSfobias e práticas pedagógicas TRANSformadoras**. 153f. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em periferias urbanas) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

PODESTÁ, Lucas Lima. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revistas Periódicus**, Salvador, n. 11, v. 1, mai./out. 2019. p. 363-380. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i11.27873>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PONTES, Julia C. de; SILVA, Cristiane G. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**, Salvador, n. 8, v. 1 nov. 2017. 2018 p. 396-417. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Julia-C-Pontes-2/publication/324851652\\_Cisnormatividade\\_e\\_passabilidade\\_deslocamentos\\_e\\_diferencas\\_nas\\_narrativas\\_de\\_pessoas\\_trans/links/5da0be7845851553ff88d3df/Cisnormatividade-e-passabilidade-deslocamentos-e-diferencas-nas-narrativas-de-pessoas-trans.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Julia-C-Pontes-2/publication/324851652_Cisnormatividade_e_passabilidade_deslocamentos_e_diferencas_nas_narrativas_de_pessoas_trans/links/5da0be7845851553ff88d3df/Cisnormatividade-e-passabilidade-deslocamentos-e-diferencas-nas-narrativas-de-pessoas-trans.pdf). Acesso em: 12 mai. 2024.

PORCINO, Carlos Alberto. **“Quem você pensa que ela é?”: representações de estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia acerca da travesti**. 98f. 2016. Dissertação (Mestrado em estudos disciplinares) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina, 2009. P. 73-118.

RABELO, Samuel Francisco. **“A intolerável companhia que me faço”**: a presença das mulheres transexuais e travestis no campo da educação. 132f. 2022. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2022.

RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. In: SEMINÁRIO MICHEL FOUCAULT, Marília, UNESP. **Anais...** 2010. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/570/o/Margareth\\_Rago\\_-\\_A\\_aventura\\_de\\_contar-se\\_Ivone\\_Gebara.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/570/o/Margareth_Rago_-_A_aventura_de_contar-se_Ivone_Gebara.pdf). Acesso em: 23 nov. 2023.

RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade: Luce Fabbrì e o anarquismo contemporâneo**. São Paulo: Unesp, 2001.

RBP. Rede Brasileira de Prostitutas. Disponível em: <http://www.redeprostitutas.org.br/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RIBEIRO, Ruy T. C. **Educação e diversidade de gênero**: experiências escolares de travestis em São Luís-Ma. 124f. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

RODRIGUES, Marlene T. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sG4V4bWD8yHJVwGQnBJrkTn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul 2024.

SANTOS, Ailton da Silva. **O gênero encarnado**: modificações corporais e riscos à saúde de mulheres trans. 218f. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Dayana Carlin Brunetto dos. A biopolítica educacional e governo de corpos transexuais e travestis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n.157, Jul-Sep. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/dTmDL3Cr4VTzGq6vZ58n4Vr/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SANTOS, Dayana Carlin Brunetto dos. **Docências trans\***: entre a decência e a abjeção. 447f. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, Gabriela da. **(TRANS) Trajetórias de vida e de escolarização de travestis e transexuais no contexto da educação de jovens e adultos em Santa Catarina**. 201f. 2023. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SILVA, Luciano Marques da. **Trajetórias de alunos e alunas transgêneros na educação de jovens e adultos do município de Nova Iguaçu**. 159f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

SANTOS, Paulo R. dos. Desejos, conflitos e preconceitos na invenção de si: história de uma travesti no mundo da prostituição. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 32, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4936>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SERRA, Vitor Siqueira. **“Pessoa afeita ao crime”**: criminalização de travestis e o discurso judicial criminal paulista. 118f. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

SILVA, Tamires Barbosa Rossi. **Experiências multissituadas**: entre cursinhos trans e ativismos: quais narrativas, que cidadania é essa? 132f. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2017.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. Confluências entre famílias e cidadania de filhas travestis. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, Ponta Grossa, v. 24, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/8426>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; MAIO, Eliane Rose. Gabrielly, diferenças e educação das trans no Oeste Paulista. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 7, p. 1-25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8660491/23016>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. Perspectivas de um campo de pesquisa travesti-transsexual-transgênero ou transvestigeneres. **Revista Koan – Educação e Complexidade**, Cianorte, n. 10. Mai. 2022. Disponível em: <http://www.crc.uem.br/departamento-de-pedagogia-dpd/koan-revista-de-educacao-e-complexidade/educacao-10-maio-de-2022/arquivo-educacao-10/perspectivas-de-um-campo-de-pesquisa-travesti-transsexual-transgenero-ou-transvestigeneres>. Acesso em: 23 out. 2023.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. **Vidas precárias de estudantes trans: educação, diferenças e projetos de vidas possíveis**. 171f. 2019. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

SILVA, Rosilaine Cristina. **(TRANS)formando no Ensino Superior: Trajetórias de estudantes Travestis e Transexuais na Universidade Federal de Uberlândia**. 172f. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

SONETTI, Sara Laham; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Ensinando a diversidade ou a transfobia? Um panorama da educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas da região de Sorocaba/SP e sua intersecção com saúde mental. **Revista Praksis**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 173-194, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5255/525562379010/html/>. Acesso em: 12 ago 2014.

SOUZA, Elizeu C. de. **Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino**. Edipucrs, 2006.

SOUZA, Fabio Pinheiro Ramos de. **Orelhões emoldurados: a evasão/expulsão escolar de pessoas trans na cidade do Rio de Janeiro**. 135f. 2021. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 2021.

SOUZA, Janaína M. P. de; SENNA, Luiz Antonio G. A narrativa (auto)biográfica na pesquisa em educação: uma prática de linguagem reflexiva. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 8, n. 23, p. e1103, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/10785>. Acesso em: 15 nov. 2023.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 31, jul-dez. 2008. p. 275-308. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gVcSRTFhvNWTmMwLCBRDchg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2024.

TORRES, Marco Antonio; MODESTO, Rubens G.; MENEZES, Thaynara Martins da Costa. Por uma educação não transfóbica: reconhecimento e produção de verdades trans na educação. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 121–134, 2020. Disponível em: <https://mail.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/339>. Acesso em: 27 ago. 2024.

VENCATO, Anna Paula. Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças ente transgêneros. **Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth**, Campinas, v. 10, n. 18/19, 2003. Disponível em: <<<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/download/2513/1923>>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

VERGUEIRO, Viviane. Colonialidade cis-normatividade. Entrevista com Viviane Vergueiro. **Iberoamérica Social: revista-red de estudos Sociales**, 2014. (III), pp.15–21. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidade de gênero inconforme**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista de estudos feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/D5Mthwz5BKTkhX8JTWgJjbd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 jul 2024.

YORK, Sara Wagner. TIA, VOCÊ É HOMEM? **Trans da/na educação**: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação. 185f. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

# Apêndices

**Apêndice A – Declaração de participação****AUTODECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA**

Eu \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que forneci entrevista à TATTIANA ALVES PRADO, orientada pelo Prof. Dr. FERNANDO GUIMARÃES OLIVEIRA DA SILVA, ambos com vínculo com o curso de MESTRADO EM EDUCAÇÃO, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, unidade universitária de Paranaíba). Segundo a mestrande e o seu orientador, a entrevista objetiva cumprir a pesquisa de pesquisa intitulada PROSTITUIÇÃO, EDUCAÇÃO E BIOGRAFIAS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM JALES/SP. Diante disso, acadêmica e seu orientador declaram que AS INFORMAÇÕES PRESTADAS SERÃO DISCUTIDAS NO INTERIOR DA PESQUISA. O presente documento foi assinado por ambas as partes em duas vias, sendo distribuída uma cópia para a acadêmica-pesquisadora e uma para a entrevistada. Além disso, informo que aceitei que o meu primeiro nome fosse divulgado na pesquisa.

Paranaíba/MS, data de 2024.

\_\_\_\_\_  
Tattiana Alves Prado

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fernando G. O. da Silva



## Apêndice B - Instrumento de coleta dados

1 – Fala um pouco sobre a sua história. (De onde você veio, sua família, de onde você é).

1 – Fale sobre a sua família.

2 – Fale sobre como foi a sua transição? Você sempre se viu travestis/trans ou você iniciou como *gay* e depois foi se transformando durante a vida.

3 – Fale como se envolveu com a prostituição, em que idade e como a sua família lida com isso.

4 – Fale sobre a violência nas ruas e na prostituição.

5 – Fale sobre os pontos de prostituição em Jales/SP.

6 – Apresente as dificuldades que teve na prostituição.

7 – Você trabalha com outra função? Ainda se prostitui?